



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **Diário da Sessão**

**V Legislatura**

**Número: 4**

**I Sessão Legislativa**

**Horta, Quarta-Feira, 18 de Novembro de 1992**

**Presidente:** *Deputado Madruga da Costa*

**Secretários:** *Deputados Manuel Brasil e Hélio Pombo*

### **SUMÁRIO**

*Os trabalhos iniciaram-se às 15.00 horas.*

De acordo com o nº 4 do Artigo 182º do Regimento da ALRA, deu-se continuidade, no **Período da Ordem do Dia, à apreciação do Programa do V Governo Regional dos Açores.**

Usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados José Bruges (*CDS*), Paulo Valadão (*PCP*), Francisco Sousa (*PS*), Álvaro Manito (*PSD*), Carlos César (*PS*), Victor Evaristo (*PSD*), Dionísio Sousa (*PS*), Jorge Valadão (*PSD*), Lisete Silveira (*PS*), Humberto Melo (*PSD*), Manuel Serpa (*PS*), Fernando Fonte (*PS*), António Almeida (*PSD*), Brito de Azevedo (*PS*), António Silveira (*PSD*), António Gomes (*PS*), Ricardo Barros (*PS*), Manuel Ávila (*PSD*), bem como os Srs. Secretários da Educação e Cultura, *Aurélio da Fonseca*, da Habitação e Obras Públicas, *Natalino*

*Viveiros, da Saúde e Segurança Social, António Menezes, do Turismo e Ambiente, Eugénio Leal, das Finanças e Planeamento, Gualter Furtado e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional, Mota Amaral, na prestação de alguns esclarecimentos.*

*Os trabalhos terminaram às 20,10 horas.*

**Presidente:** Srs. Deputados, boa tarde. Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

*(Eram 15,00 horas)*

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Silveira, António Almeida, Artur Martins, Carlos Silva, Gaspar da Rosa, Humberto Melo, João Cunha, Joaquim Ponte, Homem de Gouveia, Jorge Valadão dos Santos, Jorge Cabral, José Fernando Gomes, José Nunes, José Manuel Lima, José Maria Bairos, José Aguiar, Manuel Arruda, Manuel Brasil, Manuela Soares, Fátima Oliveira, Manuel Gil Ávila, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - António Silva Melo, António Gomes, Carlos Mendonça, Carlos César, Dionísio de Sousa, Fernando Fonte, Fernando Menezes, Fernando Lopes, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Lisete Silveira, Luís Brito de Azevedo, Manuel António Martins, Manuel Serpa, Mário Machado, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila; **CDS** - José Bruges; **PCP** - Paulo Valadão).*

**Presidente:** Estão presentes 50 Srs. Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar continuação à nossa ordem de trabalhos com a apreciação do Programa do V Governo.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado José Bruges para uma intervenção.

**Deputado José Bruges (CDS):** Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Srs. Membros do Governo:

O programa do Governo, da responsabilidade do PSD, apresenta uma articulação curiosa e define algumas áreas de intervenção que merecem a nossa plena concordância.

Não há dúvida que este programa de Governo poderia ser subscrito por qualquer partido, nas suas linhas gerais, uma vez que o seu conteúdo possibilita a idealização da sua execução ao gosto de cada um. Um caderno de intenções recheado de generalidades que todavia, nalguns casos, se apresenta curiosamente na forma de acerba crítica às actuações dos anteriores governos. É importante que se reconheçam erros e se procurem as formas para a sua correcção, como será útil também, saber ouvir as críticas dos outros, pelo estabelecimento do princípio do dialogo com todas as forças políticas e organizações representativa da sociedade. E que os erros progressivamente acumulados se corrijam, determinadamente, mesmo que resultando da crítica de adversários.

A atenção que se dá a necessidade de melhorar a eficácia e a qualidade da administração pública, reduzindo e, se possível, anulando a burocracia, no que ela tenha de repetitivo, de duplicação de esforços e dispêndios, do abuso do centralismo e de concentração de poder decisório, nalguns casos absolutamente ridículo, - e aponte-se o exemplo da licença de caça que é paradigma, (tem de ir ao Terreiro do Paço de Ponta Delgada, quando era competência de uma Comissão Venatória! ...) -; a qualidade do atendimento e da competência dos servidores de Estado; os meios que se pretendem disponibilizar, com vista à redução do peso da máquina Administrativa; é motivo para nos congratularmos com o Governo, porque ouviu finalmente a voz da razão, que durante muitos anos se tem levantado, e o CDS o tem feito, reclamando por essas medidas.

Porém, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o enunciado das medidas programadas pelo Governo não é motivo suficiente para que aceitemos como certa a sua execução. No passado ficou provado que muitas das propostas do Governo não só não foram executadas, como até, nalguns casos, foram contrariadas. Além disso, este

programa apresenta algumas contradições entre a filosofia preconizada e a capacidade do Governo **abrir mão** de algumas das suas prerrogativas.

Apostando no desenvolvimento, preconiza o Governo a privatização do sector público para de seguida limitar essa actuação a um jogo de diversão, limitando-a à alteração de regimes jurídicos ou a privatizações parcelares, são os casos da E. D. A. e da SATA. Importa esclarecer se o Governo acredita ou não no sector privado, como de resto afirma no seu programa. Se acredita, deve privatizar. Se não privatiza, é porque não acredita.

Curiosamente, no que respeita ao sector privado, pretende o Governo rejeitar o paternalismo e o assistencialismo... Será que vai passar a ser padrasto?... Mas esta intenção, já de si positiva, evidencia a consciência dos erros cometidos neste domínio, durante 16 anos. Esperamos que no decurso deste debate, se esclareça claramente, a forma e os meios pelos quais espera o Governo ver dinamizado o sector privado, para o transformar no verdadeiro "motor do desenvolvimento" A situação financeira da Região é verdadeiramente preocupante. O endividamento crescente, ocorrido num espaço relativamente curto, comprova o grave desfazamento entre a capacidade regional geradora de receitas e as necessidades do investimento público. O peso das despesas correntes tem contribuído também de uma forma significativa, para o evoluir desta situação.

Notamos com preocupação que não se referem neste programa, as fontes de receita para 1993, presumindo-se que sejam a receita interna e o orçamento do Estado. Da Base das Lajes desapareceram os seis milhões de contos anuais e já em 1992 eles não virão ajudar a cobrir o fosso orçamental. Regista-se que, para 1994 espera o Governo que, do pacote Delors II e do Fundo de Coesão, resultem fortes fontes de financiamento para o desenvolvimento dos Açores. Aquela indefinição relativa a 1993 não deixa por isso e até por isso, de ser extremamente preocupante. Daí a necessidade de um perfeito esclarecimento sobre tão importante matéria.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Antes do acto eleitoral de 11 de Outubro, ouvimos falar numa estrutura governativa moderna, eficiente, capaz de enfrentar os novos desafios que se colocam à Região. Temos esperado para ver. O programa do Governo não nos esclarece de forma

satisfatória. E o que nos surge e um Governo mutilado, em que, por ironia, o sector vital de desenvolvimento, qual seja o da economia, nos surge pulverizado, destituído da sua função potencialmente aglutinadora, para um esforço porventura mais eficaz na procura de melhores soluções para o desenvolvimento económico. Ao invés, pelo que nos é dado conhecer, reparte-se o bolo, atendendo a critérios que se desconhecem e com intuits que não se entendem e dificilmente serão aceites. Por outro lado, brigas internas do PSD ...

*(Risos do PSD)*

**O Orador:** ...levaram ao desaparecimento de uma secretaria cujas competências se vão dividir com base em critérios duvidosos e que vão forçosamente alargar o fosso da discriminação a que têm submetido a ilha Terceira.

Sr Presidente, Senhores Deputados, Srs. Membros do Governo:

No início desta legislatura é indispensável sublinhar o princípio de unidade regional, que deve estar presente nas nossas atitudes e nos nossos pensamentos,...

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas** (*Natalino Viveiros*): E as nossas acções!

**O Orador:** ...se quisermos construir uma região em que todos tenhamos gosto de viver e possamos ter orgulho da nossa cidadania.

Isto é para todos os açorianos.

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas** (*Natalino Viveiros*): Bem bom, não é só para alguns!

**O Orador:** O princípio da unidade regional só se constrói, garantindo o direito à diferença de cada parcela, de cada ilha, isto e, à liberdade que cada uma deve ter na sua representatividade; na defesa dos seus legítimos interesses e anseios; no direito de cada uma ao justo e adequado desenvolvimento; no direito de cada uma à justa repartição do investimento. A defesa intransigente destes princípios é dever de cada um dos deputados, naturalmente de acordo com as suas consciências, mas tem de estar acima dos interesses particulares ou partidários.

O diálogo aberto e transparente será por certo a melhor arma para o desenvolvimento dos esforços para a criação desse espírito de unidade. O diálogo que sempre tem afirmado o Senhor Presidente do Governo é atributo do seu Governo e do seu partido. Talvez por isso mesmo, contrariando os hábitos desta Casa, de dezasseis anos, tenha providenciado para que se limitasse o tempo de intervenção, neste debate, dos partidos da oposição.

*(Risos do Presidente do Governo)*

Mau pronúncio para a Democracia e a democraticidade do sistema. Mau pronúncio para a dignificação desta Assembleia.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ao iniciar a participação da Representação Parlamentar do PCP no debate do Programa do V Governo Regional queremos levantar uma questão que reputamos de grande importância e que, certamente, constituiu um dos pontos de separação e diferenciação entre as várias bancadas e deputados que aqui têm assento.

*(Aparte inaudível do Deputado António Silveira)*

De facto nós estamos a discutir como Programa do Governo o Programa Eleitoral do PSD, o que se é legítimo e natural no que respeita à fonte de orientação política, não deixa de ser estranho no que respeita ao âmbito e natureza de muitas das questões levantadas.

É instituído nesta Região dois Órgãos de Governo Próprio com competências interligadas mas específicas de cada um deles, um dos quais - o Governo - responde politicamente perante o outro - a Assembleia

Se é verdade que o Governo tem capacidade de propositura perante a Assembleia, também é verdade que há matérias em que não dispõe dessa capacidade.

O sistema partidário está na base do funcionamento do sistema autonómico, mas fácil é ver que nem todos os assuntos que constam num programa partidário têm cabimento no programa de um Governo desse mesmo partido e isto pela razão simples que poder e governo não são uma e a mesma coisa e que nem todo o poder reside no Governo.

Que o PSD defenda no seu Programa a necessidade de adaptar o Estatuto da Região à Nova União Europeia percebe-se, mas que esse mesmo ponto faça parte do Programa do Governo já não se compreende, uma vez que esse Órgão não tem poder nessa matéria.

Que o PSD defenda a Revisão do Sistema Eleitoral é aceitável, mas que essa medida seja apresentada como ponto programático do Governo já não se percebe, competindo sim ao PSD a apresentação das propostas respectivas no Órgão com competência nessa matéria e que é a Assembleia.

Não estamos aqui a discutir um programa de Governo em sentido lato, mas sim o Programa do V Governo Regional e este terá que se circunscrever às competências governamentais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A questão posta não é uma questão de forma, e liga-se de facto a um problema de fundo que é o de, sim ou não, se defender, praticar ou pretender a governamentalização do sistema político.

O PSD sempre defendeu uma perspectiva governamentalizadora, o que, inevitavelmente, leva à diminuição da participação das populações nas decisões, implica a diminuição do peso político da Assembleia Legislativa Regional e aponta para o reforço de poderes pessoais.

A grande virtualidade democrática do sistema Autonómico prende-se, com a divisão de competências existente entre a Assembleia e o Governo, divisão essa que está concebida tendo em conta a natureza e dimensão da Região.

A melhoria da eficácia nos processos de decisão tem que ser procurada em eventuais revisões de métodos de trabalho e não em processos de concentração de poderes nuns e redução de poderes de outros.

O Programa político do PSD que está a ser apreciado transforma-se em programa de governamentalização do sistema, no exacto momento em que é baptizado como Programa do V Governo.

Não vale aqui sequer o argumento de que é essa a vontade popular porque ganharam as eleições, pois estas destinaram-se directamente a escolher Deputados e indirectamente a escolher o Governo, mas não legitimam a adulteração do sistema político vigente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estamos a analisar o programa de um Governo que é já conhecido, não apenas por ser do mesmo partido que o anterior mas também por ser constituído quase integralmente pelas mesmas pessoas.

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas** (*Natalino Viveiros*): O Sr. também foi eleito... e é o mesmo!

**O Orador:** A diferença fundamental em relação ao IV Governo reside no facto do Presidente do Governo acumular agora a titularidade de duas Secretarias que, segundo foi anunciado, serão extintas.

Convém no entanto frisar que sem o competente Decreto Legislativo Regional sobre a Orgânica do Governo, tal orgânica tem que continuar a reger-se pelo Decreto Legislativo Regional ainda em vigor.

O integral respeito pela legalidade vigente terá que ser a primeira e principal exigência a fazer-se a qualquer Governo, a quem a ele preside e a quem tem por encargo constitucional a fiscalização da legalidade dos actos governativos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No entender do PCP a afirmação da democracia é um elemento essencial para a defesa e aprofundamento do Sistema Constitucional da Autonomia.

Neste contexto a par do inteiro respeito pelos direitos, liberdades e garantias individuais é essencial assegurar condições que permitam salvaguardar os direitos dos trabalhadores, a promoção da participação da mulher na vida política, social e económica e, em geral, garantir a concretização de todas as formas de democracia participativa constitucionalmente admitidas.



No modelo de opções estratégicas do Programa do PSD e do Governo esta questão central da afirmação democrática tem apenas uma presença muito reduzida e tão só no que diz respeito à intensão de proceder a alteração do sistema eleitoral.

Repare-se entretanto que a vida e as práticas políticas regionais continuam a estar demasiado marcadas por procedimentos limitadores da livre expressão do pensamento e acção de largas faixas da população.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (*Gualter Furtado*): Isso deve ser no leste!

**O Orador:** É aqui na Região Autónoma dos Açores. E nós todos, no decorrer do último processo eleitoral, tivemos isso!

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (*Gualter Furtado*): Eu não vi isso!

**O Orador:** Mas continuando, pois como dizia há pouco o Sr. Deputado do CDS, temos que aproveitar muito bem o nosso tempo...

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas** (*Natalino Viveiros*): Que é demais!

**O Orador:** Repare-se também que enquanto a força do trabalho for considerada, essencialmente, como um factor de produção da economia, que se regula, manipula e gere a par de outros factores de produção, não só a economia não crescerá com um sentido socialmente útil, como a sociedade permanecerá muito aquém de uma perspectiva verdadeiramente humanista e globalmente democrática.

Combater a precaridade nas relações de trabalho, garantir remunerações e regalias adequadas a este fim de século são medidas essenciais para se pretender aumentos das produtividades e a afirmação plena dos indivíduos

Repare-se ainda que vivemos numa sociedade onde a participação da mulher continua a ser dramaticamente pequena.

No plano político bastaria olhar para esta Assembleia e para outros órgãos de poder para se verificar essa pequena participação.

Na vida social, em todo o tipo de associações, colectividades e instituições diversas, a participação feminina é, também e, em geral, muito baixa.

(Aparte inaudível do Deputado António Silveira)

O Orador: No plano económico a mão de obra feminina é muitas vezes descriminada em termos de remunerações e garantias e a procura de emprego excede largamente a oferta.

Sem que sejam criadas condições a nível dos comportamentos e procedimentos, a afirmação da mulher na resolução dos problemas colectivos desta nossa sociedade continuará a ter uma expressão diminuta e a natureza de excepção. Tal situação é, no entanto, altamente penalizadora de qualquer perspectiva de afirmação democrática plena.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O chamado modelo de opções estratégicas do PSD resume-se a um elenco de questões assumidas numa perspectiva claramente conservadora, que, como vimos, evita mexer em questões centrais da nossa sociedade.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Analisar, debater e votar um Programa de Governo é sem dúvida um dos momentos mais nobres de todos os Parlamentos

É o momento que estamos a viver e esperamos um debate vivo, informativo e que dignifique esta Assembleia.

O Governo, no Programa que nos apresenta, diz que "rejeita o paternalismo e o assistencialismo económico, social ou cultural".

Esta afirmação não nos teria chamado a atenção se estivéssemos em 1976. Mas infelizmente, já vamos em 1992, e são decorridos 16 anos de acção governativa sob a Presidência do Sr. Dr. João Bosco Soares da Mota Amaral que, em meu entender, mais não fez do que criar, alimentar, cimentar, fomentar "o paternalismo", "o clientelismo", "o assistencialismo", "o subsidiarismo". Basta olharmos à nossa volta, quer seja sector económico, social ou cultural, aí estão a generalidade das pessoas,

colectividades, instituições de mãos estendidas, solicitando e agradecendo participação, prestação ou subsídio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Foi este o espírito que se institucionalizou na Região Autónoma dos Açores. Para bar ou salão de cabeleireiro, filarmónica ou tuna, escola ou casa do povo, comissão fabriqueira, de festas ou de melhoramentos, de tudo se criou e a tudo e todos se deram Subsídios.

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas** (*Natalino Viveiros*): Vocês não reclamaram!

**O Orador:** Tenhamos esperança de que esta boa intenção se venha a cumprir!

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas** (*Natalino Viveiros*): Isso é de gargalhadas!!

**O Orador:** Mas, adiante!

O Governo "elege a educação, a formação e a orientação profissional como factores determinantes do desenvolvimento integral da pessoa humana". Espanta-nos esta eleição pois ela é razão de ser de governos na Europa para a qual caminhamos.

Também aqui o V Governo progrediu, dado que "valorizar a aprendizagem dos meios envolventes (geológico e biológico: flora e fauna), da cultura e da história regional", "contribuir para integração social dos deficientes" e "melhoria da qualidade do ensino em todas as ilhas" são alguns dos seus objectivos.

Finalmente o Governo decidiu-se a assumir que é importante, indispensável, o estudo da Região pelas crianças e jovens, que a situação da educação e do ensino especial foi o sector educativo em que falhou redondamente no quadriénio anterior e que há que melhorar o ensino em **todas** as ilhas, repito, todas as ilhas .

Será que o V Governo, ou melhor, alguém do V Governo, em algum momento pensou que existia alguma ilha onde não fosse necessário melhorar a qualidade do ensino? Estariam a pensar na escola primária do Corvo que tem carteiras da década de 1950 (ao menos guardem-nas para Museu)...

**Deputado Jorge Cabral** (*PSD*): Eram bem boas!

**O Orador:** ... ou no Topo onde a Telescola ainda existe ou na Maia cuja escola preparatória já foi prometida um milhão de vezes e constava dos planos e orçamentos do III Governo?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que mais me espantou no Programa consta da página 16 "desenvolver esquemas de acção que permitam aos educadores de infância e aos professores do ensino básico uma formação inicial de nível superior;".

No mínimo diria que esta parte do Programa foi escrita por alguém que, na área da Educação, está longe, muito longe da realidade, da legislação em vigor, dos educadores e professores que hoje entram no sistema, do que é o ensino básico, da existência de uma Lei de Bases do Sistema Educativo, de um Estatuto da Carreira Docente, e muito mais grave, do que faz a Universidade dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tanta asneira junta, não esperava!

*(Risos do Presidente do Governo)*

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas** (*Natalino Viveiros*): Olha p'ra ele!

**O Orador:** Será que o revisor do Programa não se apercebeu que desde há vários anos os educadores de infância têm o grau de bacharel, que pode ser tirado numa universidade, caso da Universidade dos Açores, ou numa Escola Superior de Educação, caso de Setúbal?

Será que o autor do Programa do Sector da Educação ignora que o ensino básico inclui o 1º, 2º e 3º ciclos?

Será que o autor do Programa desconhece a Lei nº 46/86, de 14 de Outubro de 1986, mais precisamente nos seus artigos 13º e 31º?

No entanto tenho de reconhecer que se fizeram alguns esforços posto que já se fala em "reforçar os incentivos à fixação de professores em áreas e em zonas geográficas carenciadas",

"Desenvolver a orientação pedagógica/profissional", "criar equipas pluridisciplinares alargando a formação a outros técnicos".

Espero que no decorrer do debate se expliquem estas situações.

Já agora como se pretende "desenvolver medidas conducentes à oficialização dos serviços de uma inspecção educativa, tendo em vista a avaliação e a fiscalização da educação escolar nos ensinos básico e secundário" e "formar quadros regionais que implementem estes serviços" se tal competência não foi atribuída à Região quando se procedeu à transferência dos serviços periféricos! Com que competência?

*(Risos do Presidente do Governo)*

**O Orador:** Não se ria Sr. Presidente.

Não tem competência para fazê-lo!

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (*Gualter Furtado*): Qual é a competência?

**O Orador:** Não posso deixar de apoiar vivamente a melhoria da qualidade das infra-estruturas da Universidade dos Açores, as bolsas de pós-graduação e a abertura de novas áreas de formação.

Porém o mesmo já não digo da criação de cursos de formação intermédia. Vamos estudá-los, debatê-los e depois decidir. Que se não tomem decisões erradas como a de manter em funcionamento estruturas de ensino apenas nos Açores e que já desapareceram no resto do País.

Contudo, Srs. Deputados, a minha esperança é que este Governo cumpra o que fez escrever correctamente no Programa, para bem da nossa juventude corrija o que está errado, e que, a maioria que o vai aprovar dele se não esqueça.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Deputado Dionísio de Sousa** (*PS*): Onde é que anda o Sr. Secretário da Educação?

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas** (*Natalino Viveiros*): O Sr. já anda "armado" em fiscal, ou se calhar em "judite"?!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Manito.

**Deputado Álvaro Manito** (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Chegado a esta Casa apenas há alguns dias, com experiência política ainda pouco rodada, não quero no entanto deixar de participar neste debate, como forma de demonstrar o meu apoio ao presente programa do Governo.

Quero manifestar a minha opinião pessoal e profissional, pretendendo chamar a atenção para algumas situações que julgo pertinentes na área social e da saúde, importantes factores que influenciam a qualidade de vida dos açorianos.

Como médico mantenho um contacto permanente com a população da ilha do Pico e mais directamente com a do Concelho da Madalena no qual habito há 11 anos.

Se é certo que aos médicos cabe, em primeiro lugar, o atendimento dos doentes (utentes), contribuindo para que existam melhorias nos cuidados de saúde, tanto a nível primário, secundário e terciário.

Também é verdade que estes possuem, sobretudo a nível de carreira de clínica geral, um conhecimento profundo dos problemas físicos, mentais e sociais das comunidades. Problemas esses que tanto contribuem para um perfeito estado de saúde, tal como é definida pela Organização Mundial de Saúde.

Sendo a saúde um direito de todos os cidadãos, cabe ao Estado proporcionar-lhes o acesso em igualdade de circunstâncias.

Quero aqui salientar o muito que já foi feito neste sector pelos governos da Região suportados pelo PSD.

Verificamos actualmente uma melhoria dos cuidados de saúde prestados, como se pode observar pela melhoria significativa dos indicadores de saúde.

Penso no entanto que muito ainda há a fazer e espero por parte do Governo toda a atenção que merece este sector, aliás como se pode observar nas intenções constantes do documento do Programa do Governo aqui em debate.

Para actuar com segurança devem em nosso entender ser ouvidos os técnicos de saúde por estes possuírem um conhecimento importante da realidade, fruto da experiência vivida no dia-a-dia.

Por outro lado também, as populações que sentem directamente os problemas anseiam ver algumas situações melhoradas, sobretudo aqueles que vivem em ilhas que não possuem hospitais, permitindo-lhes a possibilidade de igualdade de acesso a alguns cuidados de saúde mais diferenciados.

Como exemplo refiro o apoio que deve ser dado às grávidas dessas ilhas, que para terem os seus filhos, necessitam deslocar-se aos Hospitais da Horta, Angra ou Ponta Delgada, sobrecarregando os orçamentos familiares, criando assim desigualdade de acesso à saúde.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não somos defensores de projectos utópicos, querendo que cada cidadão possua um médico e um hospital perto de si. Queremos no entanto lembrar que a saúde não pode ser considerada como uma empresa da qual se esperam lucros no final de cada ano.

A saúde tem custos económicos e sociais e os lucros que achamos deverem existir, são o bem estar e uma melhor qualidade de vida de todos os cidadãos.

Finalmente quero deixar uma chamada de atenção para o problema dos idosos.

Na ilha do Pico, o envelhecimento da população é um fenómeno que nos preocupa, que se deve ao aumento da esperança de vida. Verificamos que muitos dos idosos vivem sós, pelo facto dos seus terem partido para outras ilhas ou terem emigrado para os Estados Unidos ou Canadá.

Julgamos importante a acção que tem tido o Governo, nomeadamente a preocupação em dotar todas as ilhas de lares de 3ª idade, em colaboração com as Santas Casas da Misericórdia a maior parte das vezes.

Queremos que continue a ser dado a este problema, por parte do Governo, especial atenção uma vez que nas ilhas com menos população, e enquanto não forem criadas mais algumas condições que permitam a fixação de jovens, e estes tiverem de partir, o número de idosos sem família irá aumentar e a necessidade de os apoiar também.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Pensamos assim que tal como até aqui os sectores da Saúde e Segurança Social devem ser encarados com coragem e determinação, e ao muito que já foi feito se deve acrescentar muito mais.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos.

**Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos** (*Gaspar da Silva*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Programa do V Governo Regional, nas áreas da Juventude e Recursos Humanos, do Comércio, Indústria e Energia, aposta claramente numa dinâmica crescente em prol da afirmação dum povo, que ao longo dos últimos dezasseis anos, bastante tem evoluído em termos sociais e económicos, numa forma "verdadeiramente excepcionais".

Tal evolução tem encontrado a correspondência dos menos jovens de hoje, para os mais jovens de amanhã, que continuarão a tarefa do progresso.

Eis assim, um ingrediente essencial, que serve de tónica revigorante para o programa do V Governo Regional, pois nada pode ter êxito no futuro, se o presente não for impregnado de ideias rejuvenescidas.

Este jovem V Governo, agora com energias renovadas, inconformista e com vontade de mais fazer, está ciente que nos próximos 4 anos mais um passo significativo de mudança trará aos Açores.

Na área da Juventude e Recursos Humanos os objectivos são claros e coerentes com as restantes áreas, não se perdendo de vista a realização pessoal do próprio jovem. O Governo irá objectivar a sua política de Juventude e Recursos Humanos, apostando fortemente:

- no emprego, formação profissional e trabalho;
- na juventude;



Nestas vertentes o Governo terá como preocupação essencial, que as mesmas possam corresponder às aspirações dos jovens, em termos de melhor nível de vida, promoção profissional e habitação própria, numa perspectiva que os jovens não sejam "meros executores silenciosos" mas, "constantemente participantes activos" serem "mais ouvidos e consultados" para que a indiferença seja suprimida ou atenuada a curto prazo, e a inserção activa seja mais evidente.

Na RAA, sabe-se que, da juventude que participa em actividades sociais, culturais e religiosas e outras, o "desenvolvimento económico e social é o objectivo mais importante em que a mesma juventude gostaria de contribuir ou participar".

Governo ao pôr em prática o seu programa, dará uma particular atenção à participação dos jovens no progresso da Região.

Este progresso terá que continuar a ganhar-se com acções conducentes a uma formação profissional que proporcione mais e melhor emprego, com uma maior interligação entre a sociedade civil organizada e o Governo, pois o desenvolvimento como consequência, obriga a que haja uma constante adequação e actualização dos recursos humanos.

Pelos vários desafios que a Região vai continuar a enfrentar com novos ajustamentos no mercado de trabalho a partir de 1 de Janeiro de 1993, teremos de actuar de acordo com novos métodos e processos que assegurem não só a modernização do nosso aparelho produtivo, mas também o aumento de produtividade e consequentemente a melhoria do nível e da qualidade de vida dos Açorianos.

No que respeita à Formação Profissional não queremos deixar de dizer que continuaremos a dar o imprescindível apoio ao CFPA em todas as suas áreas formativa e em outras que as condições vierem a ditar da necessidade de implementação. A projecção sócio-económica do CFPA está à vista de todos e tem constituído uma contribuição notável para uma adequada formação dos jovens em profissões carentes de especialização. Actualmente, investe-se na construção de um edifício modernamente apetrechado para cursos de hotelaria pretendendo-se dar resposta às novas exigências de formação também nesta área, tão importante para o nosso desenvolvimento.

Vamos também, e duma forma especial, dar atenção ao processo de transição do mundo ensino/mundo de trabalho na sua grande interligação de políticas, de forma a surgir uma qualificação básica dos jovens, mais de acordo com a sua vocação e a um melhor encaminhamento para o sistema produtivo.

O Governo não descurará, o reforço necessário do nosso sistema de informação à população, às escolas e às empresas, com vista a uma orientação profissional dos jovens mais consentânea com o mercado de trabalho e, sobretudo, visando uma maior estabilidade no emprego, diminuição do absentismo e aumento da produção.

Com o desenvolvimento e aperfeiçoamento das competências da Região, procuraremos, duma forma realista e simples, adaptar às novas realidades a estrutura orgânica da área do emprego e da formação profissional, dando especial ênfase à participação necessária dos parceiros sociais em termos consultivos e que permitam uma melhor ligação entre o aparelho administrativo e o aparelho produtivo.

Vamos reformular a Lei Quadro da Política Regional do Emprego e Formação Profissional, propondo regulamentação para o exercício de determinadas profissões, dentro da qualificação profissional adequada e respectivas carteiras profissionais.

O prosseguimento do diálogo e da concertação social vai continuar através dos órgãos próprios e duma forma mais profunda e adequada às novas realidades.

Vamos dar maior ênfase e reforço ao Conselho Regional de Concertação Social, seguindo a mesma filosofia do Conselho Económico e Social, com a chamada de novos intervenientes.

O Governo, vai dar particular atenção à participação dos agentes económicos e sociais nas estruturas de representação em Bruxelas.

Vamos ajustar o quadro normativo que enforma o Serviço Regional de Conciliação e Arbitragem no Trabalho (SERCAT) por forma a obter-se uma maior, e melhor eficiência deste serviço de conciliação entre trabalhadores e empregadores, e que tão bons préstimos tem dado à diluição das tensões sociais entre nós.

Dentro do espírito da Concertação Social, o diálogo vai ser revitalizado de modo a dinamizar a negociação colectiva e a diminuir as zonas brancas, adequando-se também os instrumentos de regulamentação colectiva a alguns parâmetros inseridos dentro do Acordo Económico e Social.

O cooperativismo, como via importante da livre iniciativa associada, será um sector que o Governo Regional continuará a apoiar, tendo em linha de conta o contexto regional, nacional e europeu.

Na Higiene e Segurança no Trabalho, o Governo redimensionará o Gabinete de Prevenção de Riscos Profissionais, condições de actuação e reforço da sua acção, porque considera que a higiene e segurança no trabalho são essenciais para um rendimento mais eficaz no local de trabalho, o que permite contribuir duma forma mais harmoniosa para o desenvolvimento sócio económico.

Continuaremos o processo de sensibilização, divulgação e informação a partir das escolas e formação profissional dos jovens e trabalhadores activos, em termos de prevenção de riscos profissionais, bem como a criação de um sistema de incentivos para a aquisição de equipamentos de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, e ainda a realização de estudos e levantamentos das condições de Segurança, Higiene e Saúde nos locais de trabalho.

Especialmente na área da Juventude o Governo procurará dar uma resposta mais consentânea com as realidades do presente, e aspirações futuras do nosso tecido jovem a todos os níveis, mas tendo em linha de conta que os jovens açorianos, dentro daquilo que se denomina por grupos funcionais, na faixa etária até aos 19 anos, se repartem quase equitativamente entre estudantes e trabalhadores, ou trabalhadores estudantes.

Nestes jovens, bem como nos restantes que se integram já na faixa dos activos sobretudo até aos trinta anos, o Governo procurará ter em linha de conta as suas maiores preocupações e aspirações, tendo sempre em atenção o carácter dinâmico relativo da nossa juventude como componente da sua identificação e a sua dependência do nosso sistema social.

Sobre as maiores preocupações dos nossos jovens, daremos especial ênfase a toda a matéria que esteja ligada, ao tráfico e uso de droga, bem como ao roubo, num esquema de grande interligação com todas as autoridades envolvidas a este processo, bem como ainda, associações de pais e outras, agentes do ensino e movimentos de solidariedade social.

Sobre as aspirações globais dos nossos jovens, tudo faremos, dentro do nosso programa, para a sua satisfação, tendo em linha de conta a nossa realidade e que estes, na generalidade sentem-se bem no local onde vivem ainda e que um dos seus maiores desejos é possuir um grau universitário, como condição essencial à sua evolução em termos de padrão educacional e que o referencial da família lhes é essencial, com uma ocupação de tempos livres inserida nos normais parâmetros, por se considerarem iguais aos jovens de outrora, embora numa época diferente.

O Governo, atento a estas grandes questões que dizem especialmente respeito ao sector da juventude, procurará dar ênfase prático à transição da educação dos jovens para o mundo do trabalho, através duma formação profissional com melhor enquadramento na sua orientação e com áreas novas.

O Governo continuará a apoiar a componente de juventude/desporto, através do cartão jovem.

Continuará também a privilegiar o apoio ao associativismo juvenil e estudantil, respeitando a liberdade e espontaneidade da juventude na tentativa de afirmação de uma política não paternalista, e continuará também a privilegiar a acção do Conselho Consultivo de Juventude.

Em termos de "Inserção Social", o Governo continuará a facilitar o acesso ao 1º emprego, com uma melhor divulgação de oportunidades, para o qual as autarquias terão um importante papel a desempenhar.

Continuará a apoiar o programa de apoio à habitação jovem (uma vez que continua a ser a habitação o problema que mais aflige os jovens), prosseguirá no combate à toxicodependência, continuando o "Projecto "Jovem a Jovem, e com a reinserção social apoiada por toda a comunidade; e criará um "Centro de Informação e Documentação para a Juventude".

Na " Ocupação de Tempos Livres ", vamos continuar o Programa de "Pousadas de Juventude", Alargamento reformulado do programa OTL; Implementação do programa "Descobre os Açores" e a promoção de "Campos de Férias" e Centros de Convívio".

O Governo, através de acções para a juventude, no programa de "Abertura à Europa e ao Mundo" promoverá um mecanismo de acções no sentido de promover relações

com Jovens de outras regiões insulares europeias; e continuará a apoiar programas de intercâmbio de jovens".

Todas estas acções continuarão a ser consideradas pelo Governo, de grande interesse para uma verdadeira política de juventude, no Plano Cultural, Económico e Social.

No campo da Juventude e Recursos Humanos, o Governo, no decorrer dos próximos quatro anos não se poupará a esforços para implementar um conjunto de políticas realistas, que não só esteja enquadrado no seu programa aqui em discussão para aprovação, e realidades futuras, mas também corresponda às reais aspirações e necessidades duma população jovem e duma população laboral, que também anseia pela continuação de um progresso não desfazado da sua própria realização pessoal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na constante evolução do mundo democrático a que orgulhosamente pertencemos, o sector económico ganha foros duma completa emancipação do Estado paternalista, próprio das economias planificadas ou de direcção central e afirma-se por uma interacção cada vez maior e salutar com a iniciativa individual dos agentes económicos, nos múltiplos aspectos que conduzem a um eficaz funcionamento do sistema de economia de mercado.

Tal sistema, tem vindo progressivamente a ganhar raízes e a possibilitar, não obstante os condicionalismos inerentes à nossa condição insular e ultra-periférica, que a concorrência conduza ao funcionamento do mercado, em moldes conducentes à minimização dos efeitos perversos resultantes duma afectação distorcida de recursos. Deste modo importa valorizar a iniciativa individual e proporcionar às instituições regionais uma intervenção adequada, pela diminuição sucessiva e gradual do papel do Estado, e por uma participação mais activa de todos os agentes económicos na vida e progresso da Região.

Como processo e projecto que avança, de uma forma gradual, dadas as nossas especificidades, é necessário que o mesmo se desenvolva num clima de grande diálogo e concertação de interesses, tendo em conta a devolução à sociedade civil de determinadas funções até agora da responsabilidade do Estado.

Só assim, conseguimos de uma forma bastante clara e precisa, assegurar que num clima de confiança plena entre os agentes económicos, consumidores e Estado, a economia fique ao serviço do homem, e não o homem ao serviço da economia.

Os princípios do Governo, a implementar nestes próximos quatro anos, serão claros e não perderão de vista o reforço da coesão económica do conjunto das nossas ilhas.

Tendo como cenário a concretização do mercado único a partir de Janeiro do próximo ano, será dinamizada, com a participação activa dos parceiros sociais, a implementação de iniciativas viáveis, como fórmula vital para diminuir os nossos principais estrangulamentos.

Assim, procuraremos nas áreas do Comércio, Indústria e Energia, conferir prioridade às acções que potenciem o desenvolvimento integrado da Região, privilegiando o protagonismo dos agentes económicos, através dos organismos seus representantes.

O Comércio, como parte fundamental de um processo que está presente em toda a economia, constitui-se como factor essencial de resposta rápida e flexível da produção, às evoluções da procura, e desempenha um papel imprescindível no eficaz funcionamento do mercado.

O sector em questão para além de cumprir, as suas tradicionais funções de garantir o abastecimento dos consumidores nas melhores condições de preço e diversidade, assume-se cada vez mais como prestador de serviços, deixando espaço para a existência de formas de distribuição muito variadas.

A menor acessibilidade de bens e serviços que algumas ilhas apresentam, requer que os poderes públicos continuem a prestar uma especial atenção à necessidade de garantir que o abastecimento de bens de carácter essencial se processe em condições normais, em todo o espaço regional, até que tal objectivo possa ser alcançado pela acção exclusiva dos próprios agentes económicos.

No campo da política de preços, prosseguiremos no sentido de uma crescente liberalização, pela qual a grande maioria dos preços seja fixada de acordo com os mecanismos de livre funcionamento do mercado, muito embora se justifique intervir na regularização por via administrativa de alguns segmentos de mercado que apresentam condições de funcionamento manifestamente insuficientes.

As medidas desencadeadas em matéria de preços devem, por conseguinte, ser norteadas por preocupações de índole social, que permitam defender o interesse dos consumidores e proporcionar uma oferta de bens essenciais com nível adequado de qualidade e preço.

Realço aqui a importância do POSEIMA que ao aprovar um conjunto de medidas específicas de abastecimento de certos produtos agrícolas em condições mais favoráveis, essenciais ao consumo e à transformação, tem possibilitado não só a extinção de certos subsídios atribuídos ao consumo, como também a repercussão até ao utilizador final dos benefícios obtidos, que tem permitido reduzir o preço de venda ao consumidor de certos bens, como por exemplo as recentes descidas de preços ocorridas no pão, rações, arroz, carne de frango, ovos, açúcar e farinha para a panificação.

A existência de um sistema de apoio financeiro à modernização do comércio rural, permitiu que na última década se assistisse a uma evolução bastante positiva em matéria de reestruturação dos estabelecimentos do sector, conduzindo a uma assinalável redução de assimetrias no espaço regional.

Entendo que importa agora aproveitar o Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio, para modernizar o nosso aparelho comercial, face ao desafio que a abertura dos mercados e a profunda evolução tecnológica registada nos últimos anos representam para o sector, a fim de elevar a qualidade do serviço prestado, bem como a eficiência e o grau de competitividade das empresas comerciais açorianas.

Vamos assim, face às novas exigências do mercado, proporcionar uma mudança qualitativa desejável no parque comercial, que possibilite a existência nos Açores de um comércio moderno, envolvendo uma melhor e mais variada oferta, capaz de facultar um elevado grau de satisfação ao consumidor, que constituindo o principal protagonista do mercado, apresente um comportamento cada vez mais selectivo e exigente.

Tenho a consciência de que as infra-estruturas de apoio à actividade comercial, podem concorrer de forma assinalável para a divulgação das potencialidades económicas da Região, pelo que continuaremos a fomentar investimentos tendentes à modernização e rentabilização do seu funcionamento.

A necessidade de reforçar a competitividade da oferta externa açoriana, incrementando as nossas exportações, justifica continuar a atribuição de incentivos à exportação, com os quais se obtenha, não só uma consolidação dos mercados já conquistados, como também a possibilidade de penetração noutros mercados.

Continuaremos, em colaboração com os agentes económicos, liderados pelos seus representantes, a participar em feiras nacionais e estrangeiras, que constituindo um veículo privilegiado para divulgação no exterior das nossas actividades económicas, certamente contribuirão para promover a imagem dos Açores, como produtor de qualidade e como local desejado por operadores estrangeiros.

O Governo continuará a apostar na formação profissional dirigida ao sector comercial, apoiando a realização de cursos que contribuam para o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido pelos recursos humanos a ele afectos, e propõe-se, ainda, reforçar os mecanismos de formação de quadros empresariais da Região e a promover o contacto dos empresários com realidades externas e incentivar a cooperação entre os empresários açorianos e a Universidade dos Açores.

Pretendo, por outro lado, desburocratizar a actividade de licenciamento comercial, tornando as suas normas disciplinadoras mais consentâneas com a realidade actual e compatíveis com a legislação nacional que tem sido produzida sobre esta matéria.

Paralelamente, organizaremos o Cadastro Comercial, que permitirá dispôr de informação detalhadas sobre o aparelho comercial, em termos de mercado e entidades que nele actuam.

Por outro lado, as associações representativas dos consumidores desempenham um papel que o Governo entende como meritório, pelo que irão ser desenvolvidos mecanismos de cooperação com estas entidades, que permitirão acautelar os legítimos interesses dos seus consumidores.

A estreita relação entre o comércio e o ordenamento do território, deverá conduzir por seu turno, a uma política de ordenamento do aparelho comercial que permita corrigir evoluções desfavoráveis e preservar o equilíbrio entre diferentes tipos ou formas de comércio.

A capacidade de desenvolver o sector industrial, terá também de ser alicerçada e consolidada através de acções concretas.



Bem se sabe que a produção industrial não é o único meio potenciador de riqueza, mas pelas suas características, induz na economia um efeito multiplicador, tido até em muitas das regiões desenvolvidas da Europa, como o principal suporte do desenvolvimento económico e social.

A adesão à Comunidade revelou a necessidade de se desencadear um grande esforço de modernização a todos os níveis, com o objectivo principal de aumentar a produtividade das empresas e a qualidade dos produtos.

Entendo por isso, que o desenvolvimento industrial dever-se-á basear em factores de ordem qualitativa, integrando capacidade de inovação e sofisticação da gestão, qualidade, "design" dos produtos, e qualificação da mão-de-obra, complementando-os com um esforço mais ambicioso de internacionalização.

A competitividade industrial deverá assentar na efectiva capacidade concorrencial das empresas, cabendo ao Governo apenas um papel subsidiário, catalizador de estratégias empresariais, através da criação de um ambiente propício ao seu desenvolvimento, bem como diminuindo os riscos associados, através da comparticipação com incentivos adequados.

A correcta gestão dos incentivos ao investimento produtivo, permitiu nos últimos quatro anos, não só aumentar de forma significativa o número de empresas industriais, como igualmente modernizar as já existentes.

Foram aprovados valores de investimento, através do Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR), da ordem dos 20 milhões de contos, comparticipados pela Comunidade Europeia e Governo Regional, em aproximadamente 50%.

O número de empresas industriais cresceu 14,0% entre 88 e 90, e a respectiva produção aumentou em 20% a preços constantes de 88, segundo dados do Cadastro Industrial recentemente implementado.

A criação de envolventes favoráveis à fixação e desenvolvimento de empresas industriais, é condição necessária para uma evolução sólida e realista da estrutura do sector.

Neste sentido, dar-se-á continuidade ao esforço de criação de infraestruturas básicas e do seu racional aproveitamento, bem como à criação de zonas e pólos industriais, aumentando a oferta de terrenos, devidamente infra-estruturados, contribuindo

também para os esforços de ordenamento do território e minimização dos impactos ambientais negativos.

A atenção que irá ser dada ao aperfeiçoamento dos sistemas de educação e formação profissional, é justificada pela necessidade de dotar as empresas industriais de técnicos, com formação adequada aos objectivos de diversificação da produção e aumento da produtividade. Papel de relevo será igualmente desempenhado pelas instituições de investigação, vocacionadas para apoiar a indústria, no processo de modernização tecnológica e melhoria da qualidade dos produtos.

Reconhecendo que a manutenção e reforço da competitividade do tecido industrial açoriano está directamente relacionada com a introdução de tecnologia que assegure o enquadramento do "factor ecológico", e a versatilidade e flexibilidade da estrutura produtiva, vai ser implementada uma " política agressiva", baseada na melhoria dos instrumentos de incentivo directo à iniciativa privada, no apoio à concretização de projectos que potenciem a utilização de matérias primas endógenas, valorizando os recursos disponíveis e no aumento dos esforços de captação de investimentos do exterior que privilegiem projectos de avançada tecnologia.

Julgo ainda necessário reforçar os incentivos a iniciativas industriais que envolvam em "Joint Ventures" empresas regionais e do exterior, principalmente se estas últimas constituírem parceiros tecnológicos, ou bem posicionados no mercado, bem como o apoio à fixação de projectos que se valorizem pela localização estratégica do arquipélago, entre os continentes europeu e americano.

Entende ainda o Governo, na perspectiva de devolução às estruturas da sociedade civil, de certas funções até agora desempenhadas pelo Estado, que as instituições representativas dos empresários deverão assumir um papel activo na gestão de fundos de fomento ao investimento.

A batalha da modernização só será ganha com empresas inovadoras e competitivas, mão de obra qualificada e organismos de investigação actuando em ligação directa com a indústria.

O Artesanato, será com certeza uma das actividades, que no próximo quadriénio, poderá conhecer uma evolução significativa, pois é uma das áreas que o POSEIMA privilegiou.

A política energética do Governo, tem por base a caracterização do sector, a qual revela que o petróleo e derivado, constituem a fonte de energia dominante, cobrindo mais de 80% da procura de energia primária e cerca de 70% da procura final de energia.

A evolução dos preços nominais para os consumidores, tem reflectido a evolução dos preços internacionais do petróleo e, por outro lado, as políticas energéticas nacionais e da Região.

A utilização que temos dado à energia, tem sido de certo modo ineficiente, pelo que entendo dever ser dada atenção aos esforços de sensibilização para sua racional utilização.

De modo a garantir uma maior protecção contra as flutuações conjunturais dos preços da energia, e tendo sempre em consideração a economia global do sector, ter-se-á de continuar o esforço de aproveitamento dos recursos energéticos endógenos.

O seu potencial, embora não possibilite a satisfação total das nossas necessidades de abastecimento de electricidade, poderá contribuir com uma fracção importante, que poderá atingir aproximadamente 20% da procura de electricidade no ano 2000.

Irão assim ser empreendidas acções, que valorizem o potencial energético endógeno disponível, quer pelo aproveitamento integrado dos recursos energéticos renováveis, quer ainda através da utilização racional da energia.

A harmonização do sistema de preços da energia, adaptando-o à realidade decorrente do crescimento da procura, contribuirá simultaneamente para a melhoria da competitividade do sector industrial e para a continuação do desenvolvimento sócio-económico e da qualidade de vida dos Açorianos.

Sendo o mais importante recurso energético endógeno, a geotermia como investimento estratégico, assumirá uma importância preponderante no abastecimento de electricidade na Ilha de S.Miguel, que será continuada noutras ilhas onde seja identificado potencial, como é o caso da ilha Terceira cujos estudos estão em estado mais avançado.

Articular todas estas questões num único documento, foi preocupação do V Governo. Neste momento, dispomos de um Plano Energético que constituirá ferramenta de

planeamento essencial, ao serviço das entidades públicas ou privadas que pretendam actuar nesta área.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Explanados os principais aspectos que darão substancia real ao programa do V Governo Regional nas áreas da Juventude, Recursos Humanos e da Economia, continuaremos a fazer uma aposta clara nos nossos recursos humanos na sua componente potenciadora, e nos nossos próprios recursos económicos, associados dum forma equilibrada com os auxílios externos, através de uma equipa governamental coesa e solidária.

A nossa política para os próximos 4 anos, vai assim centrar-se na continuação da valorização da realização do próprio ser humano e conseqüente criação de riqueza e desenvolvimento.

É isto que o povo dos Açores espera de nós, através da confiança renovada que recentemente nos deu e nós, Governo Regional, vamos cumpri-lo num espírito de tarefa colectiva.

Disse.

*(Aplausos do PSD e do Governo)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Carlos César pede a palavra para?

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, é para pedir esclarecimentos.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma pergunta, um pouco situada à margem da intervenção do Sr. Secretário da Juventude, e que radica no seguinte:

O Sr. Secretário expos as suas pretensões nas diversas áreas que, supostamente julga estarem a seu cargo. E eu gostaria de perguntar-lhe de que forma é que pensa que está, jurídica e legalmente habilitado, para a prática de actos do Governo, na área do comércio interno, do comércio externo e da indústria que, segundo consta na imprensa, lhe foram atribuídas?

Isto porque a questão, para nós, situa-se desta forma: as competências e as alterações de áreas de competências dos membros do Governo, são fixadas de acordo com o artigo 42º - segundo creio - do nosso Estatuto, por decreto legislativo regional. E portanto, são competências da Assembleia Legislativa Regional.

Por outro lado, o Sr. Presidente do Governo tem competências que lhe foram atribuídas pela Lei Orgânica do Governo e tem um núcleo de competências em diversas áreas que, salvo erro, constam do ponto 2 do artigo 4º dessa Lei Orgânica, matérias em relação às quais, constitui o instituto e o núcleo de competências de que ele tem poderes atribuídos por essa mesma lei, para delegar. Sabe-se que ele as tem delegadas em diversos Membros do Governo, e desde logo, nos Srs. Subsecretários Regionais.

Efectivamente, as competências que lhe são atribuídas (ao Sr. Secretário da Juventude e Recursos Humanos) pela imprensa, não lhe poderiam ter sido legadas pelo Sr. Presidente do Governo, na medida em que, de acordo com a legislação em vigor, o Sr. Presidente do Governo não tem nada a ver com essas áreas de competência.

A questão não é de somenos. E a questão não se coloca numa perspectiva de aligeirado debate parlamentar, ou de discussão sem consequências apenas no plano oratório.

A questão tem impacto, porque torna-se necessário averiguar do rigor jurídico dessa solução pelo que depois também, será necessário averiguar da nulidade ou não nulidade, dos actos praticados por um membro do Governo que não esteja, justamente, investido nas funções para que se predispõe.

A questão tem este fundamento, tem esta importância e tem esta relevância, do ponto de vista do próprio interesse da Região e, portanto, deve ser aqui colocada com a maior precisão possível pelo Governo. E até hoje, em boa verdade, em nenhum discurso que eu tenha tomado conhecimento, ou em nenhuma ocasião pública em pudesse ver essa jurisprudência, tive acesso à tese do Governo sobre essa matéria. E penso que é de todo útil, e quase preliminar, termos em atenção quais são os fundamentos da opção que o Governo tomou.

Creio que não teria ficado mal ao Governo, começar por se introduzir nesta Assembleia, apresentando justamente - em obediência à legislação em vigor - mesmo que tenha a intenção de, mais tarde, a outro nível hierárquico e a outro nível orgânico, alterá-la, não seria, como disse, desajustado, o Governo se ter apresentado, aqui, com humildade, propondo uma alteração (até dispõe da maioria parlamentar para fazê-la vingar) da Lei Orgânica que se encontra em vigor, tornando absolutamente normal, tranquila, óbvia e segura, uma situação que tem direito de alterar a qualquer momento, mas que só deve ter esse direito por via legal e não por via duma espécie de direito circulatório interno, que não tem - do meu ponto de vista - consistência jurídica, nem validade legal.

A questão é, portanto importante, do ponto de vista do interesse regional e menos importante sob o ponto de vista do debate, puro e simples, de "per si".

obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo para prestar esclarecimentos.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É exactamente para responder à questão colocada pelo Sr. Deputado do Partido Socialista, porque o problema não se põe apenas em relação ao Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos, mas também relativamente a outros, aos quais também solicitei uma colaboração muito estrita para o desempenho destas responsabilidades que assumi, na altura da posse do V Governo Regional.

Quero dizer à Câmara que, de forma alguma, tomei as decisões correspondentes à formação do V Governo, e ao seu modo de funcionamento, de ânimo leve. Pensei, maduramente, sobre o modo de as enquadrar do ponto de vista político e do ponto de vista jurídico.

Julgo que os diplomas legais em vigor, permitem que o funcionamento do Governo e da Administração se façam, nesta fase, que é uma fase transitória, em plena obediência aos comandos jurídicos e sem atropelo, de forma alguma, das leis.

Eu tomei posse dos cargos de Secretário Regional da Administração Interna e de Secretário Regional da Economia, na **minha qualidade de Presidente do Governo.**

Isso consta, de resto, do decreto que me investiu nestas funções.

Portanto, é o Presidente do Governo, João Bosco Mota Amaral, quem assume a titularidade dos dois departamentos. E é nessas condições que solicitei, a três secretários regionais, que colaborassem, estreitamente, comigo, com uma delegação que lhes atribuí, com base numa aplicação analógica dum preceito legal, que eu considero que é possível.

*(Apartes inaudíveis dos Deputados Carlos César e Dionísio de Sousa)*

**O Orador:** A analogia existe precisamente para integrar as lacunas da lei, como de resto, qualquer dos inúmeros juristas que povoam as bancadas da oposição, alguns deles com título duvidoso...

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Qual é dúvida que se lhe coloca?!

**O Orador:** ... no entanto, falando tanto sobre matérias jurídicas que devem ter obtido, certamente, o grau honorário ao menos nestas matérias, pois acho que a analogia pode ser aplicada nessas questões, porque ela funciona como um dos métodos clássicos estabelecido nos princípios gerais de direito para a integração das lacunas. A analogia só não é aplicável em Direito Penal, para incriminar determinados actos que não estejam expressamente incluídos na lei, e não é de forma nenhuma o caso que nós estamos a trabalhar, pois situa-se no plano do Direito Constitucional e do Direito Administrativo.

Por outro lado, e este ponto é fundamental, a minha preocupação nos domínios da administração interna e da economia, é levar uma coordenação atenta e pormenorizada dos assuntos dos respectivos departamentos e por isso, o exercício das competências que estão delegadas, é realizado em **estreita colaboração** comigo, bem como com a minha intervenção directa e com a minha subscrição directa, sempre que tal me parecer necessário.

De resto, esta situação - toda ela - é uma situação transitória, mas mesmo por sê-lo, convém que não fiquem dúvidas sobre o bem fundado das soluções que adoptei, quanto ao funcionamento do Governo e do topo da Administração Regional.

É natural que haja dúvidas sobre esta matéria, com certeza que o papel da oposição é pensar em termos diferentes do Governo, mas este não deixa de ter o seu fundamento e não deixa de ter os seus argumentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente e espero ter esclarecido a Câmara.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs.. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O papel da oposição não é pensar de maneira diferente. O papel da oposição é **pensar**.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** A pensar, politicamente.

**O Orador:** O que pode ocorrer que, por via disso, chegue à mesma conclusão ou conclusão inversa da do Governo. O Sr. Presidente é que não está habituado a isso.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Não me digas isso ao fim de 16 anos!

**O Orador:** O Sr. Presidente não está habituado a ser rodeado por pessoas a quem dê o direito de pensar!

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** O Sr. Deputado está muito enganado!

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros):** Por esse caminho o senhor. vai mal!

**O Orador:** E não tolera a ideia de que alguém, no uso pleno dos seus direitos, lhe possa questionar, com dignidade e com seriedade, sobre matérias em relação às quais tinha dúvidas e sobre as quais as mantém.

A sua arrogância não pode ser produto da legitimidade acrescida eleitoral que lhe deram há pouco tempo. Só pode ser produto de má formação pessoal.

Gostava de dizer-lhe que o PSD vem para esta Assembleia, como os "Arrastões de Copacabana". Para rever o Regimento, para varrer direitos parlamentares, para promover a revisão inconstitucional do Estatuto e, também pelos vistos, para promover a revisão **ilegal**, das incompetências dos Membros do Governo.



O nosso entendimento é de que o Governo, e V. Ex<sup>a</sup>, não têm legitimidade nem suporte legal, para fazer o despacho normativo que fez, designadamente o Despacho Normativo 243, 244, etc.

E tanto não o tem, que quando os fez, V. Ex<sup>a</sup> que não é um "jurista de título duvidoso", preambula esses despachos, sem mencionar com que base legal os faz. E quem faz isso, sabe por que o faz, pois essa não é a norma, segundo a qual, em geral, se redigem os despachos, inclusivé da Presidência do Governo.

Portanto, o entendimento do Partido Socialista - para que fique claro - até que V. Ex<sup>a</sup> ou o Governo fundamentem, de uma forma mais segura e mais convincente, esses despachos, é que de acordo com o nº 2 do artigo 42º do Estatuto Político-Administrativo da Região, todas estas alterações devem merecer a forma de decreto legislativo regional. Essa forma não foi usada!

O Sr. Presidente do Governo não foi investido por nenhum documento legal, em funções que não fossem as da Presidência. E assumiu-as perante a imprensa e perante o povo dos Açores, como se do direito positivo, já se tivesse a ideia, apenas, de... um artigo de jornal.

Em terceiro lugar, o seu poder de delegação é restrito a um núcleo, para o qual há uma menção muito clara.

Em quarto lugar, em matéria de analogias, eu posso trazer-lhe para a próxima sessão, uma série infindável de ... "esforços analógicos" que V. Ex<sup>a</sup> tem feito ao longo deste tempo, para lhe dar conta de como é insuficiente o critério da analogia para suportar os despachos que fez.

Portanto, reafirmando o nosso entendimento político, no início da discussão deste Programa deste Governo, nós estamos a discutir o programa de um governo, em que as competências fixadas para os seus membros, não o foram com uma base legal. E temos o entendimento de que, em alguns casos, o que se passa no Governo, é que há secretários que não deviam ser secretários e presidentes que, pelos vistos, deviam ser apenas... secretários.

Muito obrigado.

**Presidente:** O Sr. Deputado Carlos Mendonça pretende usar da palavra para?

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** É para um protesto, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional:

Eu quero protestar com muita serenidade, pela forma acintosa com que V. Ex<sup>a</sup> entendeu classificar de "recheada" esta bancada de juristas, mas de **formação duvidosa**.

Eu quero protestar ainda, não reconhecendo a V. Ex<sup>a</sup> legitimidade académica, para estar aqui a aferir da formação e da qualificação ou da formação de qualquer jurista que esteja nesta bancada!

Demonstra, de qualquer forma, uma má formação de carácter pessoal, da sua parte. Está a injuriar a formação académica de qualquer pessoa que aqui se encontre.

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros):** Ele não injuriou ninguém!

**Presidente:** Tem a palavra ao Sr. Presidente do Governo para contraprotestar.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não gostaria que a Assembleia saísse da sua tarefa fundamental, no entanto não quero deixar de fazer um contraprotesto, relativamente ao protesto do Sr. Deputado do Partido Socialista.

Esse protesto não tem qualquer fundamento. Ao referir-me à abundância de juristas na bancada do Partido Socialista, apenas sublinhei o meu espanto perante a facilidade com que pessoas que é sabido não terem qualquer preparação nessas matérias, pretendem introduzir em domínios delicados, sobre os quais é preciso estudar muito, quaisquer dúvidas.

Não tenho qualquer dúvida, até por conhecimento directo, que na bancada do Partido Socialista há juristas abalizados e credenciados, mas aqueles que mais vejo agitar as questões jurídicas são, exactamente, aqueles **que eu sei** que não têm qualquer formação jurídica. Mas podiam ter algum grau honorário e foi isso a que eu fiz referência na minha breve intervenção, que não tinha qualquer acrimónia, nem queria de forma alguma - já agora quero sublinhá-lo - atacar ou injuriar (longe de mim!) os Srs. Deputados do Partido Socialista ou quaisquer outros Deputados.

Muito obrigado.

**Presidente:** O Sr. Deputado Victor Evaristo tinha pedido a palavra para?

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Sr. Presidente é para dar um esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É evidente que eu não tenho que vir aqui, ou não teria que vir aqui, em apoio do que disse o Sr. Presidente do Governo. Mas já que estamos em matéria de capacidade jurídica, é mais que reconhecido, ou pelo menos eu reconheço ao Sr. Presidente, para que se possa defender.

O que me parece muito claro são apenas duas coisas. Mas antes de entrar propriamente nisso, eu queria dizer que lastimo, profundamente, que essa bancada se sintam tão ofendida com aquilo que o Sr. Presidente acabou de dizer há pouco. Porque ontem, na ausência do Sr. Presidente do Governo, ele foi tratado de ter uma "actuação cretina", por parte do Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Vozes do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Toda esta Câmara o ouviu.

Ora, Sr. Deputado, nestas coisas não pode haver dois pesos e duas medidas!

Isso significa, pura e simplesmente, que se lhe parece que há que haver cuidado na linguagem empregue nesta Câmara, não acho é que V. Ex<sup>a</sup> tem autoridade moral - e nomeadamente V. Ex<sup>a</sup> - para vir agora censurar, publicamente, aquilo que o Sr. Presidente do Governo disse e que parece - e todos ouvimos - que não teve esse pejo que V. Exas. lhe queriam dar.

Dito isto, eu gostaria de acrescentar o seguinte:

O Sr. Deputado Carlos César levantou aqui, problemas sobre a ligitimidade ou não ligitimidade da constituição deste Governo. Independentemente disto ter outro aprofundamento jurídico, que talvez não seja o caso de poder ser discutido aqui e agora pois isso podia-nos levar a muita coisa, eu queria deixar claro que também pegando no Estatuto que o Sr. Deputado Carlos César invocou, basta ver 3 ou 4 artigos do mesmo, para se ver que a tão apregoada ilegitimidade e, nomeadamente aquilo que o Sr. Deputado levantou acerca dos despachos proferidos pelo Sr.

Presidente do Governo, são capazes de não ter o acolhimento legal que V. Ex<sup>a</sup> lhe quer dar.

Repare:

O que diz aí o artigo 43º - no seu nº 1 - é o seguinte "O Presidente do Governo é nomeado pelo Ministro da República, tendo em conta os resultados das eleições para a Assembleia Regional, ouvidos os partidos políticos nela representados".

Que eu saiba e ao que me conste, o Sr. Ministro da República deu azo a todos estes despachos. Ouvia todos os partidos, nomeadamente o seu. E depois disso, convidou (o que também é lógico e é legal) o Sr. Presidente do Governo, que tinha sido indigitado por este partido, para presidir ao Governo.

Portanto, dada a posse ao Sr. Presidente do Governo, foram empossados também, outros secretários regionais, que também pelo próprio Estatuto, são propostos ao Sr. Ministro da República, pelo Sr. Presidente do Governo. Até aqui não há ilegalidade nenhuma que eu veja.

Também não há ilegalidade, quando eu verifico que os cargos de secretários que foram empossados, correspondiam aos que já existiam no decreto anterior, aprovado por esta Assembleia.

Portanto, que eu saiba, foi empossado o novo Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos, que já existia por decreto regulamentar. Portanto não houve alteração nenhuma até aqui.

E se o Sr. Deputado tiver o cuidado de ler, também, o artigo 61º, nº2, diz-lhe assim: "O Presidente do Governo pode ter a seu cargo qualquer departamento regional".

**Presidente:** O Sr. Deputado tem mais um minuto.

**O Orador:** Ora se o Sr. Presidente do Governo pode ter a seu cargo qualquer departamento regional, significa que também pode **neles** ser empossado. E foi!

Onde é que está a ilegalidade?

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Na delegação de competências!

**O Orador:** Espere aí que isto ainda não acabou.

O Sr. Presidente do Governo é empossado **como Presidente do Governo Regional** - é um acto de posse, é um acto administrativo.

Aí, talvez o Sr. Dr. Silva Melo o possa elucidar lá no seu grupo parlamentar.

Depois disso, Sr. Deputado, é também empossado em duas secretarias. E aí, também não vejo ilegalidade.

Entretanto, o Sr. Presidente do Governo - que também foi empossado na Secretaria da Economia - dá um despacho de delegação de competências a um titular empossado noutra secretaria.

Eu queria chamar a sua atenção...

**Presidente:** Sr. Deputado...

**O Orador:** Estou a dar o esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado, exactamente porque está a dar um esclarecimento, dispõe de um tempo de 3 minutos que já ultrapassou. E eu há pouco já lhe chamei a atenção que faltava apenas 1 minuto.

O Sr. Deputado terá oportunidade de voltar a este assunto, durante o debate, se quiser. Mas agora, agradeçia-lhe que terminasse.

**O Orador:** São só mais 30 segundos.

Portanto o artigo 49º cobre a situação, quando diz que "antes da aprovação do programa do Governo, pela Assembleia Regional, o Governo Regional limitar-se-á à prática de actos estritamente necessários para assegurar a gestão dos negócios públicos." O que significa que o tal dito despacho que o Sr. Deputado aí tem, proferido pelo Sr. Presidente do Governo, apenas pode transmitir despachos de delegação para a prática destes actos que aqui estão. Como vê, Sr. Deputado, não há ilegalidade nenhuma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** O Sr. Deputado Dionísio de Sousa pretende usar da palavra para?

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** É para um protesto, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para um rápido protesto. É pena que este assunto nos esteja a ocupar, mas é necessário também que nos ocupe.

O rápido protesto é pelas deturpações, como é habitual, que são introduzidas, primeiro pelo Sr. Deputado Victor Evaristo, que deturpou aquilo que eu disse ontem e

deturpou aquilo que a lei diz. Mas isso não tem nada de estranho, porque é a sua actividade habitual, ou seja, a deformação e a deturpação.

Em relação ao Sr. Presidente do Governo Regional, o protesto surge porque ele retirou um insulto, atirando a outra pessoa outro insulto, partindo de um pressuposto de que para falar dessas matérias é preciso ser jurista. Não é preciso ser jurista. É necessário ser Deputado e é necessário, apenas, ler. E para saber ler, basta saber Português e para interpretar, basta conhecer as regras da interpretação, que não tem nada que ver com os secretários analógicos que o Sr. Presidente nomeia.

E nomeia para quê?

Pura e simplesmente, para desrespeitar as áreas de competência que, segundo o Estatuto, são **definidas** por esta Assembleia. E o Sr. Presidente do Governo Regional, que assumiu funções de Secretário Regional da Economia, está **por despacho normativo**, revogando legislação desta Assembleia. Também não é nada de estranho.

**Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos (Gaspar da Silva):** Não estamos nada!

**O Orador:** É a sua tentativa de fazer aquilo que quer e entende!

É o exemplo claro do tal reequilíbrio de competências que o Sr. Presidente do Governo clama. Está aqui à vista e ultrapassa, claramente, o que a lei dispõe e apesar de jurista, não tem a capacidade de invocar no despacho normativo os artigos que , deturpada e falsamente, o Sr. Deputado Victor Evaristo invocou. Se eles fossem invocáveis, lamentável título de jurista duvidoso teria quem fez o despacho.

Nada disto é duvidoso, porque os objectivos são bem claros e são bem evidentes. Ou seja, poderem apresentar a Orgânica quando quiserem e entenderem, passando por cima das competências desta Assembleia.

É este o problema político que está em causa, é este o problema político que eu levantei e para o levantar, não é preciso formação jurídica. Basta ter **olhos na cara! E eu tenho!**

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros):** Olhos na testa!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Depois das intervenções quer do Sr. Presidente do Governo quer do Sr. Deputado Victor Evaristo, talvez seja desnecessária a minha intervenção. Mas penso fazê-la, fundamentalmente, como jurista e não como político.

Em primeiro lugar, para dizer que estou de acordo com o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, quando diz basta saber ler. No entanto, devo dizer - com todo o respeito que tenho pelos juristas destas bancadas - que não vi nenhum deles fazer a defesa que o Sr. Deputado Carlos César fez.

Eu acho que não há qualquer ilegalidade naquilo que foi feito. Por um lado, porque isso está consagrado no artigo 42º, nº2, e este artigo, conjugado com o nº2 do artigo 61º, dá poderes ao Presidente do Governo, no sentido de ter a seu cargo qualquer dos departamentos regionais.

O que aconteceu foi que o Sr. Presidente do Governo ocupou e tomou a seu cargo esses dois departamentos e o princípio da delegação de poderes, na área do Direito Administrativo, não é de forma alguma impeditivo. E não havendo qualquer impedimento, em termos de Direito Administrativo, da delegação de competências ou de poderes, e não estando expressamente consagrado no Estatuto...

**Deputado Dionísio Sousa (PS):** Há um Estatuto.

**O Orador:** ... eu penso que não há qualquer ilegalidade.

De qualquer forma, isso pode ser rebatido e penso que poderá ser feito por colegas meus, da bancada do PS, que tenham efectiva formação jurídica e pelos quais eu tenho o máximo respeito como colegas.

**Presidente:** O Sr. Deputado Victor Evaristo pede a palavra?

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** É para um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Penso que o meu colega de bancada, Dr. Jorge Valadão, já deu mais uma achega a isto. No entanto, gostaria de fazer referência à parte final, ou seja, em relação ao despacho de competência.

Se na realidade o Sr. Presidente do Governo assume e tomou posse nessas duas áreas, que não a da Presidência do Governo, esse despacho de competência podia ser dado

inclusivamente pelo Sr. Presidente do Governo a um director regional que estivesse em funções. Porque repare-se que se trata de despacho de competência...

*(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)*

**O Orador:** o Sr. Deputado ainda não me ouviu com paciência, espere aí! Como eu ia dizendo, trata-se dum despacho de competência para a prática de actos em que o Governo apenas está abrangido pelo âmbito desse artigo, em que realmente se está só a praticar meros actos de gestão.

O Sr. Deputado teria razão , se viesse aqui dizer, perante esta Câmara, que depois do Sr. Presidente do Governo ter dado um despacho de competência a um dos Srs. Secretários, por exemplo, esse mesmo Sr. Secretário tivesse praticado actos (ao abrigo do despacho de competência) que ultrapassam os meros actos de gestão. Aí o Sr. Deputado teria razão!

Enquanto não provar nesta Câmara, que não foi feito isso, está perfeitamente legal o despacho de competência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** O Sr. Presidente do Governo pede a palavra para?

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Sr. Presidente, eu pedi a palavra para contraprotestar.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu levanto-me para contraprotestar, apenas para que não transitem julgado, o protesto de um dos Srs. Deputados do Partido Socialista, do último que usou da palavra. Apresento um contraprotesto à sua observação, em nome duma ciência que tem milhares de anos. A ciência jurídica não se compadece apenas, com o saber ler, escrever e contar.

*(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)*

**O Orador:** É preciso ir para além disso...



**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (*Gualter Furtado*): E ser um grande político.

**O Orador:** ...estudar os métodos da ciência jurídica e, designadamente, toda a teoria da interpretação das leis. É dentro dela que se deve raciocinar.

A questão política é outra coisa completamente diferente, mas sublinho o problema que foi posto, da parte do Partido Socialista, em termos jurídicos. E é por isso que, em nome dos que partilham a profissão que eu tenho, - ao contrário do que pretende o Sr. Deputado do Partido Socialista dizendo que se quer distorcer (não me recordo exactamente do verbo que ele utilizou, mas a ideia é esta) - pretendo procurar clarificar, esclarecer, dentro de perspectivas diferentes, e com a possibilidade de opiniões diferentes, pois nessas matérias do Direito, não estão em causa verdades eternas, mas isso sim, modos concretos de realizar interesses, no caso do Direito Constitucional e Administrativo, interesses colectivos.

Que fique muito claro que da minha parte, como Presidente do Governo e primeiro responsável pelo Governo, não me permitiria, de forma alguma, actuar sem uma cuidada ponderação e sem o enquadramento desta minha actuação, dentro dos preceitos constitucionais e legais que regem o nosso País e a nossa Região.

O que de forma alguma se pode adoptar, é a tal atitude fechada sobre as leis, e que é habitual em quem não está familiarizado com as mesmas, ficando-se sempre na letra sem captar o espírito. Ora, a letra mata. O espírito é que dá a vida. Disso com certeza o Sr. Deputado que me interpelou, sabe bastante.

**Presidente:** Tem a palavra a Sr<sup>a</sup>. Deputada Lisete Silveira para uma intervenção.

**Deputada Lisete Silveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

"O substracto da Autonomia é a Cultura, que identifica o Povo Açoriano e dá real conteúdo a todo este processo de desenvolvimento integral, distinguindo-o perfeitamente de uma mera regionalização administrativa, e mais ainda da desconcentração de poderes, ditada por argumentos tecnocráticos".

Esta frase, que qualquer cidadão açoriano subscreveria, é a introdução ao sector da Cultura do Programa do IV Governo Regional e as medidas que então se preconizavam são, em linhas gerais, as mesmas que, quatro anos depois, aparecem no

Programa ora em apreço. Significa isto que aquelas palavras não corresponderam à vontade e ao saber políticos de as traduzir em actos.

Entre outros aspectos se repete neste Programa as intenções de "melhoria das instalações das Bibliotecas Públicas e Arquivos" e a "melhoria das instalações dos Museus açorianos".

Bastará referir o exemplo paradigmático da Ilha do Faial onde instalações deste tipo aguardam há largos anos as melhorias periodicamente prometidas.

É, portanto, evidente que pouco se tem investido no "substrato da Autonomia" em especial no que respeita à dinamização concertada de acções, conducentes ao envolvimento indispensável das comunidades no processo cultural que não só identifique o Povo Açoriano, como o integre no espaço português e o exima ao risco da aculturação que a abertura à multitudine cultural da Europa e ao contacto cada vez mais estreito com o resto do mundo, podem proporcionar.

Proceder-se, como até aqui, à execução de acções pontuais, sem continuidade nem articulação integradas num plano director, que congregue as diversas manifestações culturais produzidas por e para as populações, é gastar os dinheiros públicos sem atingir os vários e desejáveis objectivos que são, na razão última e mais importante, o conhecimento que cada um deve ter de si e dos outros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

É absolutamente demagógico inscrever-se neste Programa do V Governo a criação de Centros Concelhios de Actividades Culturais e de estruturas oficiais de Ensino Artístico quando ainda não se conseguiu consolidar estruturas já criadas, nessas áreas, como é o caso dos Conservatórios que só conseguem funcionar com a boa vontade de alguns. Estes tempos não se compadecem só e sobretudo de boas vontades.

A fixação de professores com a qualificação exigível (neste campo, como no da Educação em geral) continua à espera dos incentivos que nunca se implementam. Habitação condigna e acessível, apoio à valorização profissional e vencimentos compatíveis com a dignidade da profissão, serão o indispensável para que na Região tenhamos profissionais competentes e capazes de promoverem a formação artística do nosso Povo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

A Comunicação Social, como factor proeminente na difusão da Cultura e veículo por excelência de toda e qualquer informação, se exige cada vez mais rigor e isenção. Nela se destaca, pela sua reconhecida importância mediática, a televisão.

Esperávamos que, através dela, pudéssemos vir a ter a opção de escolher o que queremos ver, tal como adquirimos o jornal que gostamos de ler ou sintonizamos a estação de rádio que pretendemos ouvir.

No entanto, não é essa a intenção do V Governo Regional que, ao invés de concretizar o que a Assembleia Legislativa Regional, em anteriores legislaturas, aprovou - a transmissão em directo de, pelo menos, um canal nacional - nos promete "garantir a existência de dois canais regionais;". Porquê mais um canal regional? E por que não a transmissão em directo de um canal nacional? À laia de parênteses não posso deixar de referir que no único canal TV regional que temos, dias há em que a informação sobre os Açores não ocupa mais de dez minutos do tempo total da emissão. Com mais um canal regional, o que é que se pretende salvaguardar?

Aliás, os portugueses açorianos, tal como os portugueses do continente, deveriam poder ter acesso também aos canais de televisão privada que começaram a surgir, pois já é tempo de os Açores serem, de facto, uma parcela integrante do todo nacional, com mais regalias e menos exclusões, que já lhes bastam estas que a sua situação geográfica impõe. Ou, parafraseando uma expressão do Sr. Presidente do Governo Regional, aqui pronunciada ontem, "é urgente que se estabeleça a plena cidadania portuguesa dos açorianos".

É já lugar comum afirmar-se que o desenvolvimento económico não pode processar-se com êxito sem o acompanhamento simultâneo do aumento qualitativo cultural e educacional das populações.

Saiba o V Governo Regional aliar estas duas componentes e os açorianos viverão, sem dúvida, melhores dias.

É o que desejamos.

Disse.

*(Aplausos do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Aurélio da Fonseca*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu queria apenas dizer que responderei à intervenção da Sr<sup>a</sup> Deputada Lisete Silveira, a qual eu ouvi com atenção, quanto fizer a minha intervenção.

Se depois da mesma, houver mais algumas questões, terei muito gosto em responder-lhe às mesmas. Da mesma forma que procurarei, na minha intervenção, abordar a área da educação/ensino, por não me ter sido possível ouvir a intervenção do Sr. Deputado Francisco de Sousa, espero poder nas questões que ela suscitar, responder ao que me quiserem perguntar.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo para uma intervenção.

**Deputado Humberto Melo** (*PSD*): O Programa do Governo que agora está em debate na Assembleia Legislativa Regional é de acordo com a Constituição e o Estatuto Político Administrativo, o referencial de acção e de estratégia política que norteará e enquadrará toda a actividade governativa dos próximos quatro anos.

O Governo apresentou um documento bem estruturado, com políticas sectoriais devidamente articuladas e com objectivos bem definidos.

A legitimidade democrática do documento em apreço foi eloquentemente sublinhada pelo Povo dos Açores no passado dia 11 de Outubro, já que o Programa do governo emana na sua essência do programa eleitoral, entretanto divulgado durante a campanha eleitoral.

Na elaboração do Programa Eleitoral, o PSD promoveu internamente um amplo debate e realizou um alargado trabalho de audição das forças mais dinâmicas da sociedade açoriana, como sejam associações representativas de interesses sociais ou económicos, jovens, quadros universitários, homens de cultura. Trata-se assim de um documento que obteve diversos e valiosos contributos podendo até afirmar-se que é o resultado consensual das várias modulações e perspectivas para as principais linhas mestras do desenvolvimento dos Açores.

De qualquer forma, gostaria apenas de tecer alguns comentários sobre a vertente económica do Programa do Governo.

A situação internacional vivida nos finais de 1992 é substancialmente diferente daquela que se viveu nos últimos anos.

Hoje, constata-se em muitos países, uma clara recessão económica com impacto claramente negativo a nível social - há já governos que tomaram decisões que conduziram à restrição, ou mesmo eliminação de direitos sociais adquiridos.

A incerteza é um dado presente na situação económica e social em todos os países. O quadro político internacional é inseguro; vivem-se tempos difíceis e de grande complexidade.

Nos Açores, região insular periférica, pequena e dispersa, com uma economia aberta e dependente do exterior, toda esta envolvente externa certamente condicionará fortemente o processo de desenvolvimento e, por isso, se exige rigor na adopção e definição de políticas.

Temos de actuar de forma a minorar os efeitos negativos da conjuntura internacional e a prosseguirmos no percurso ascendente de progresso económico e de progresso social.

Como resultado da votação expressa nas últimas eleições regionais, e que se traduziu na maioria clara e expressiva que o PSD tem nesta Assembleia, o povo espera que os Açores prossigam no rumo firme do progresso, consubstanciado nos principais objectivos da política governamental e que são relevantes para os açorianos: o desenvolvimento económico; o bem estar das famílias e a qualidade de vida; a afirmação da nossa identidade no mundo; o acesso à saúde; a justiça social; o sistema e o acesso à educação; a valorização dos nossos recursos; a atenuação das assimetrias intra-regionais.

Até agora foram dados passos significativos, sob a liderança política do PSD, e podemos afirmar que os Açores são uma região de Portugal onde temos orgulho de viver e onde o futuro tem sucesso. Os indicadores falam por si.

É na política económica e social que se projecta a percepção do futuro próximo e, no seu Programa o Governo estabeleceu objectivos precisos, claros e relativos,

indicadores de uma economia geradora de riqueza e não de mera gestão conjuntural da situação.

O PSD acredita plenamente e sem hesitações na capacidade dos açorianos para enfrentarem com confiança e audácia os desafios do futuro e prosseguirem no caminho da prosperidade.

O Partido Social Democrata preconiza para os Açores um desenvolvimento global equilibrado e sustentado, centrado na pessoa humana.

A prosperidade de uma economia tem de resultar do aumento de competitividade do tecido empresarial. Precisamos de empresas audaciosas e de trabalho sério, produtos de concorrência, prazos respeitados...

Consideramos que o principal agente impulsionador do desenvolvimento económico é a iniciativa privada, cabendo aos poderes públicos o papel incentivador e regulador da actividade.

A estagnação económica não é compatível com respostas positivas no domínio social, tecnológico ou cultural.

O objectivo estratégico de crescimento económico exige medidas de política adequadas de expansão do investimento, do aumento das exportações, de racionalização e eficácia da Administração, de controle à inflação.

As empresas regionais para vencerem a batalha da competitividade do Mercado Único, têm de continuar as necessárias acções de reestruturação e modernização, nomeadamente nos sectores comercial, industrial e agrícola.

As acções visando a diversificação do aparelho produtivo devem prosseguir, reforçando-se o processo de internacionalização das nossas empresas, fomentando-se acordos de cooperação inter-empresarial que conduzam a sinergias ao nível financeiro e de "marketing", a reduções de risco e ao reforço de oportunidades de mercado.

Os programas de formação profissional e de qualificação técnica em articulação com o próprio sistema educativo constituem outra vertente basilar e imprescindível para o reforço e aumento de produtividade das empresas.

Se por um lado a construção europeia do mercado interno representa um grande desafio para a economia regional, por outro lado oferece inúmeras potencialidades,

podendo mesmo constituir uma oportunidade única para abrir novos mercados aos produtos açorianos.

No âmbito do quadro comunitário de apoio, foram canalizados para a Região avultadas verbas que têm sido aplicadas com sucesso na reestruturação do tecido empresarial, sendo de perspectivar nos próximos anos um reescalamento dos apoios a atribuir nos Açores no domínio dos vários programas comunitários.

É pois, assim prioritário promover ainda mais a participação dos agentes económicos, dinamizando o espírito empresarial e de iniciativa e proporcionando envoltentes favoráveis ao esforço de competitividade da economia açoriana. Os sistemas de incentivo e de fomento e os apoios financeiros devem ser dinâmicos, selectivos e aplicados de forma criteriosa, mas célere. Devem ser sempre tidas em consideração o interesse regional, a validade e a viabilidade do projecto e a capacidade empresarial do promotor.

Certas funções, até agora exercidas ou desempenhadas pelo sector publico administrativo e empresarial devem ser transferidas quer para o sector privado quer mesmo para organismos representativos de parceiros sociais, reforçando-se, assim, o papel activo da sociedade civil nas tarefas do desenvolvimento. Refiro-me por exemplo a uma maior envolvente participativa em matéria de controlo de qualidade, concorrência e preços por parte de Associações de defesa do Consumidor e a uma ainda maior participação através de celebração de contratos das associações representativas dos interesses comerciais em matéria de promoção da região.

Também a função accionista da Região de ser equacionada numa perspectiva de que a actividade empresarial por parte do Estado deve limitar-se à prestação de serviços ou produção de bens de manifesto interesse público. Não basta a circunstância de as suas condições de exploração ou de mercado não interessarem à iniciativa privada; é necessário que o Estado as possa superar de forma duradoura e sem custo excessivo. Consegue-se, assim, não só a redução da intervenção do Estado como a lógica no funcionamento da economia e do mercado, a eficácia e a qualidade do serviço e a optimização e racionalização das despesas públicas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A maioria inequívoca que os açorianos nos deram em Outubro passado é uma manifestação de confiança no PSD. Mostrámos que somos capazes de governar tanto em conjunturas externas favoráveis, como em condições adversas. Temos um grande capital de experiência e conhecimentos adquiridos.

Queremos fazer mais e melhor.

O Governo tem um programa ambicioso que vai cumprir.

O PSD vai continuar a assumir a mudança porque essa é a nossa responsabilidade.

Foi para isso que fomos escolhidos.

Vamos merecê-la para vencermos!

Disse

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo).*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

**Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas** (*Natalino Viveiros*): Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Discutir o Programa do Governo é discutir as grandes orientações políticas que o Governo apresenta para os próximos 4 anos. É também o momento próprio para comparar os nomes propostos com as propostas da oposição, já que subjacente a qualquer debate político estão as medidas e os objectivos bem como os efeitos que elas visam e não a forma de as executar por quanto não é possível que duas pessoas diferentes executem da mesma forma um mesmo projecto.

O Programa do Governo é um programa que envolve a sociedade civil e compromete-a na sua execução já que para ele contribui não só em termos individuais mas pelas múltiplas reflexões que o PSD teve a oportunidade de fazer nos diálogos com a Sociedade.

Pena foi, que o período reservado ao debate sobre as propostas que as diversas forças políticas apresentaram ao eleitorado tivesse resvalado por parte da oposição para a fulanização do debate.

**Deputado Carlos César** (*PS*): Cá estou para o ouvir!



**O Orador:** Bem bom, o senhor é um dos figurantes!

O recente debate político açoriano assentou seus arraiais em duas praças principais: Numa vendia-se a calúnia, o boato, a mentira,

**Deputado Carlos César (PS):** A mentira engorda mas não cresce!

**O Orador:** O bota abaixo servido com requintes de malvadez, ornamentados com cinismo, arrogância e distribuídos com papos de vento, pelas esquinas da praça.

Na outra vendiam-se os anúncios de modelos de sociedade, de modelos de desenvolvimento económico, quais frascos milagrosos, preparados por sábios e cientistas encomendados para o efeito, colocados acima de tudo e de todos, defendidos da gesta de ignorantes que formam o nosso universo, porque boas só são as luminosas ideias resguardadas também do mundo real para o contágio evitar, pois não fosse um qualquer desprevenido e atrevido vírus tão boa ciência manchar.

*(Risos do Presidente do Governo)*

**O Orador:** Só se vendiam anúncios já que o produto, esse, estava sempre para chegar...

*(Risos da bancada do PSD).*

**O Orador:** Na primeira praça que falei dispenso mais que a referência que fiz para constar aqui, apenas o que se pôs por aí à venda, tomando-se como exemplo da qualidade que não presta, e também para lembrar que tão daninho produto o consumidor rejeita, porque a receita agora é a qualidade que deve ser aviada com a respectiva estabilidade.

Quanto à segunda, é tempo de dizer que o rei vai nú e, mesmo que o queiram ver vestido, será no imaginário dos que preferem noutra planeta pensar. É que uma mentira, de tanto repetida e à força de ser ouvida, quase que vira verdade.

**Deputados Carlos César e Francisco Sousa (PS):** E é!

**O Orador:** Mas nunca deixa de ser mentira e depois sempre se saberá a verdade.

Ouvimos anunciado com fanfarra e foguetes que a oposição apresentaria um novo quadro com o seu modelo e que bastaria tal acto para, qual fada mágica, tudo poder resolver para bem da oposição e para bem dos mandados.

Ficamos atentos e, sem esperar por tal cházinho milagroso, apresentámos o nosso produto que mostrou ser bom, tão bom que aqui hoje nos encontramos.

Dele vamos falar apesar de estar rotulado como um documento de generalidades e intenções, como se isso fosse talho que ficasse mal a um documento que dá pelo nome de Programa do Governo.

Trata-se de intenções, mas trata-se, acima de tudo, de intenções que tomam a forma de objectivos e objectos que resultam de um diagnóstico honesto e realista, virado para o futuro e ajustado às nossas necessidades e às nossas capacidades e dirigido aos Açorianos como seus destinatários, mas também como seus agentes.

Os Açorianos perceberam as nossas intenções, captaram os nossos objectivos e são essas intenções e esses objectivos que irão nortear a nossa acção e a nossa governação.

Mas, porque sabemos o que a casa gasta, perfilam-se já uns quantos diletantes para tocarem a pauta do chamado modelo económico, ou melhor sobre o que chamarão a sua ausência nos horizontes do Governo. Imaginaram uma sinfonia para eles próprios ouvirem. Mas há sempre disponíveis, para com suas canetas, a pauta reinscrever para poder ser lida por quantos de falta de ouvido padecerem.

À cautela, é preciso que se saiba bem qual é o modelo de oposição anunciado com muito tempo mas posto à venda a fugir, horas antes da partida pois não fosse o diabo tecê-las, fossem ter tempo de ler o que de facto não existia.

O PS diz coisas boas e finalmente reconheceu o que sempre exorcitou. É bom ouvir as loas que ele canta às mudanças em que sempre desancou.

Vou citar uma parte do Programa do Partido Socialista:

"A instauração do regime democrático em Portugal e particularmente a sua vertente autonómica, bem como a integração europeia, traduziram-se em termos económicos para os Açores numa entrada de recursos financeiros sem paralelo em toda a sua história fornecendo as condições materiais para o arranque de uma estratégia de desenvolvimento económico.

A instauração do sistema democrático e a integração europeia possibilitaram assim progressos assinaláveis nas áreas da saúde, da educação, das estradas, dos portos e aeroportos e dos centros de animação cultural que melhoraram substancialmente as condições de vida nos Açores". Isto é o PS que diz.

Depois diz:

"Tratava-se de investimentos indispensáveis à aproximação de condições de vida consentâneas com padrões modernos e europeus. A necessidade deste tipo de investimentos, de resto, está longe de estar terminada, não só porque não estão concluídos todos os projectos iniciais, como porque em numerosos casos os seus erros de concepção o tornaram já obsoleto, como ainda pelo facto de a evolução vertiginosa do mundo durante os últimos dezasseis anos ter criado novas necessidades a ritmos que deixaram desajustados planos que então poderiam ser julgados adequados".-Também lá está. Parece mentira, mas é verdade.

Depois diz-se:

"A sociedade açoriana é, em 1992, uma sociedade radicalmente diversa da que tínhamos há dezasseis anos atrás, tendo-se verificado o desenvolvimento de uma classe média, uma evolução assinalável das suas condições de vida, o crescimento do nível de abertura e de exigência da sociedade.

*(Risos do Presidente do Governo).*

**O Orador:** O Partido Socialista reconheceu o que qualquer oposição construtiva faria e credibilizar-se-ia se por aqui tivesse ficado.

Mas não! Fez o "flic flac" habitual e poucas linhas a seguir desdiz tudo quanto afirmara linhas antes. Desanca nos 16 anos de governação social democrata, apontando "...três constantes estratégias como causas do fracasso..."

Diz:

"A lógica clientelar, o conservadorismo exacerbado de quem se recusou a aceitar a evolução da sociedade açoriana" e depois outra coisa que "é a veneração pelo betão (os senhores não leram bem o que é que escreveram) que se tem como mais

importante do que o homem e que se manifesta em gastos importantes em edifícios, monumentos, barcos, **vacas**, etc...

*(Risos da bancada do PSD e do Presidente do Governo)*

**O Orador:** ...que esses gastos sejam acompanhados pela valorização das pessoas".

Nesta chamada "terceira constante" o PS estende-se ao comprido, não só porque atribui como sinais das manifestações da veneração pelo betão, os gastos em edifícios, monumentos, barcos, vacas, etc., mas porque antes considera no seu programa eleitoral que:

"O sector da construção civil e obras públicas constitui sem dúvida, uma actividade económica da maior relevância". Depois diz:

"Numa região deprimida economicamente como os Açores, não poderá de forma alguma deixar de ser considerada a influência deste sector na manutenção e alargamento do mercado, na criação de postos de trabalho, no fomento de pequenas e médias empresas e no desenvolvimento do tecido económico regional.

Assim, importa conjugar a resolução das necessidades nos domínios da habitação" - outra contradição.

Depois o Partido Socialista apresenta quatro vertentes para o seu "modelo económico":

**Deputada Lisete Silveira (PS):** O Sr. Secretário veio falar do Governo ou da oposição?

É que nós não estamos no Governo!

**O Orador:** Olhe Sr<sup>a</sup> Deputada, eu para explicar o meu, tenho que ver o que é que os Srs. dizem, para demonstrar que o meu é melhor do que o seu!

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Demonstre, demonstre!

**O Orador:** Não fiquem preocupados porque eu também vou falar do meu. Mas antes eu tinha que falar do vosso. E vou dizer-lhe mais: muita gente não tem possibilidade de ler. Mas agora, como os Diários das Sessões têm uma grande difusão, evidentemente haveria mais gente que teria oportunidade de o ler. Portanto, não fique com problemas porque eu vou lá!

1. Viabilidade económica e financeira do investimento;
2. Efeitos dinamizadores no emprego e na economia açoriana;
3. Impacto tecnológico no tecido produtivo regional;
4. Preservação do ambiente e da qualidade de vida e respeito pela cultura e pelas tradições;

Bem se poderia dizer - e perdoem-me o termo- "que a montanha pariu um rato"!

Mas olhando bem, nem isso consegui porque é confrangedor ler o que o Programa insere como desenvolvimento daquelas que seriam as traves mestras do "modelo". Sendo estas, apenas constatações e enunciados que as sebentas da economia apontam como pressupostos que qualquer projecto de investimento tem de ter, para ser um projecto com êxito.

Senão vejamos:

O PS equaciona o seu modelo dizendo :

"A integração europeia tem-se revelado, e vai revelar-se cada vez mais, como a principal fonte de fundos financeiros para a Região. A capacidade de se dar início a um processo de desenvolvimento económico vai depender em larga medida da capacidade de saber aproveitar esses fundos. Grande parte deles deverão ser canalizados para as infra-estruturas de transportes e defesa do meio ambiente, sectores a que se destina exclusivamente o novo fundo de coesão que depois da educação e da saúde, são também as áreas mais carenciadas de fundos públicos nos Açores".

Diz também!

"O segundo elemento externo fundamental de uma estratégia de desenvolvimento económico nos Açores é o de saber aproveitar a sua posição geográfica no centro do Atlântico Norte, assumindo-se como elemento de ligação entre os dois continentes mais do que o de uma fronteira avançada sobre qualquer uma das partes".

A abertura comercial aos cereais americanos , em derrogação às regras da Política Agrícola Comum, conseguida por iniciativa do Parlamento Europeu no âmbito do programa POSEIMA, é um precedente e um exemplo que deve ser seguido tanto no comércio agrícola como noutros sectores de actividade.

Depois fala de geografia e as suas condicionantes, dizendo que: "não é possível modificar toda a questão do desenvolvimento dos Açores passa pelo equacionar da sua geografia de forma a maximizar as suas vantagens e minimizar os seus inconvenientes". Diz mais.

Diz que:

"A concepção dos Açores enquanto ponto de encontro mais do que fronteira pode ser feita desde o nível do contacto humano - turismo de congressos euroamericanos - até à circulação de mercadorias e de capitais, e não tem de ser prioritariamente militar como o foi até agora".

Diz ainda:

"A distância, dimensão e dispersão territorial dos Açores determina também a existência de pequenos, múltiplos e complexos mercados e um acesso limitado das actividades económicas tradicionais aos grandes centros de consumo.

O PS é favorável a uma economia social de mercado em que caiba aos cidadãos a iniciativa e ao Estado um papel regulador e de apoio social.

**Em suma:**

O PS assenta o seu modelo de desenvolvimento que bem poderia ser a conclusão de um seminário sobre a função estratégica dos Açores promovido pelo Centro de Estudos Estratégicos.

Para conclusão de um debate sobre esta problemática certamente que não merece reparo o facto de se querer potenciar a Região como elemento de ligação entre os dois continentes, em desfavor do princípio, segundo o qual os Açores são uma fronteira avançada sobre qualquer das partes; Mas não se pode aceitar, que o modelo proposto pela oposição, como modelo de desenvolvimento, seja concebido a partir deste grande princípio, esperando que ele seja o segundo milagre da Rainha Santa Isabel.

*(Risos das bancadas do PSD e do Governo).*

**O Orador:** O modelo esgota-se antes de ser modelo.

É caso para dizer "o rei vai nú"...

O PS não teve ideias sobre o seu próprio modelo; o PS não pode falar na ausência de modelo para a Região...; o PS está esgotado também nesta área, para a qual tinha dito ter um grande coelho na cartola.

Pobre cartola... e pobre coelho...

*(Apartes inaudíveis dos Deputados Dionísio de Sousa e Carlos César).*

**O Orador:** Sectorialmente o programa eleitoral do PS é um diagnóstico estrábico da situação, pobre quanto a sugestões, utópico nas poucas que apresenta, desconhecedor da realidade em áreas estratégicas, como são as comunicações em sentido lato.

O Governo apresenta um Programa dinâmico, desafiador para a sociedade civil, mobilizador para os agentes das diversas áreas da nossa sociedade, procurando ser um instrumento para enfrentar os efeitos da crise generalizada que varre o mundo desenvolvido e que nos passa pela porta.

Apresentamos propostas concretas e formulamos o nosso modelo de desenvolvimento que assenta numa economia de mercado mas com objectivos e medidas de carácter intersectorial.

A Habitação ganha importância no actual contexto. É um direito que assiste aos cidadãos, mas é sobretudo dever de dimensão humana que o Governo assume com empenho e entusiasmo, porque aposta na valorização dos cidadãos e na coesão da família.

O Governo é e será apenas parte neste desafio que cabe em primeiro lugar a cada um dinamizar e optar.

Os sistemas ou programas de apoio em vigor serão retomados pelo V Governo. Todos os sistemas são imperfeitos e, por isso, carecem sempre de aperfeiçoamentos que serão feitos à medida das necessidades.

O combate ao abuso e a transparência dos processos estarão sempre presentes na nossa acção.

É preciso envolver mais ainda as autarquias locais, mormente as Câmaras Municipais na política de habitação. As autarquias, nesta como noutras matérias, não podem ser espectadoras daquilo que se vai passando no seu concelho.

Apesar dos sinais de recessão, as obras públicas em curso e as que se projectam para este mandato vão proporcionar um equilíbrio no mercado de emprego e um crescimento moderado das actividades conexas da construção civil.

Neste sector a concorrência é forte e forte também deve ser a vontade dos nossos empresários para adaptarem as suas empresas às novas contingências, modernizando-as tecnologicamente, adoptando critérios de rigor na gestão dos recursos humanos e materiais, objectivando índices de produtividade que concorram com as suas congéneres, abrindo o capital à participação dos aforradores regionais, dando-lhes garantias prévias de uma gestão competente e transparente, capaz de gerar a rentabilidade do capital. É preciso cultivar o gosto pelo risco.

As mudanças constantes e rápidas que se operam em todos os domínios, movidas pela ciência e pela tecnologia, colocam aos cidadãos e aos governantes desafios complexos, que é preciso enfrentar.

Desde logo, numa sociedade insular, as comunicações assumem uma importância estratégica que tanto é capaz de gerar estrangulamentos sufocantes, como é capaz de potenciar condições propícias ao desenvolvimento.

A mobilidade dos habitantes é um facto, mas novos desafios se colocam à Região com a sua crescente abertura ao exterior e com a aposta firme no desenvolvimento turístico dos Açores.

Definir a responsabilidade que vai caber à transportadora aérea neste novo quadro e o papel dinamizador que ela não pode deixar de ter é um objectivo do Governo que convém aqui referir.

O Governo não embarca na demagogia fácil, quanto a esta matéria, e cada cidadão vai saber o custo exacto do seu transporte de uma ilha para outra e será confrontado com as opções possíveis para o sector.

Os transportes marítimos são peças-chave no desenvolvimento da Região.

Há clamores quanto à qualidade e quanto aos custos, mas aqui também todos têm que assumir as suas responsabilidades. A gestão dos portos tem de ser um exercício permanente de boa gestão e nela têm de intervir os armadores, os operadores, os transitários, os estivadores e os empresários.



É preciso tornar transparente todos os custos da operação marítima, para que cada um assuma a sua responsabilidade.

As reformas em curso para o sector portuário a nível nacional são arrojadas e procuram garantir melhores preços, maior competitividade e maior estabilidade ao sector. Vamos tomar o encargo de fazer também aqui, as reformas que o sector exige: Nos Açores, temos problemas adicionais a vencer e que passam apenas pela capacidade empreendedora do tecido empresarial da Região.

Os Açorianos têm o direito e vão saber quanto custa a exploração de cada porto em cada ilha e quanto custa a política de compensação, para que os fretes sejam uniformes em toda a Região.

O Governo vai dialogar com as empresas de transporte marítimo na Região, para que sejam encontrados os novos princípios que vão nortear a actividade destes agentes económicos e também para que aqui, como noutras áreas, haja transparência e responsabilidade plena de cada parte envolvida.

A nossa ligação da Região para o exterior e do exterior para a Região é vital. Os que procuram a região têm que dispôr de facilidade de transporte com qualidade e preço capaz de concorrer com outros destinos.

As ligações "charters" para a Europa são um desafio a vencer, conjuntamente pela transportadora aérea regional, pela TAP, pelos operadores turísticos e por outras empresas de transporte que, com espírito criativo e competitivo, à iniciativa queiram juntar-se.

O pioneirismo tem custos. É preciso quantificá-los e vê-los na óptica de custo/benefício e no impacto indirecto que terá nas demais actividades que a juzante ou a montante se situam.

A qualidade do transporte marítimo e aéreo e o aumento do fluxo de passageiros com destino aos Açores exige que se feche o circuito com a existência de uma rede viária de qualidade e com um serviço de transporte urbano e interurbano adequado.

A rede viária regional é bem diferente do que era, mas as exigências crescentes dos meios de transporte exigem ainda um investimento considerável nesta importante área. O investimento a efectuar está condicionado às características inerentes à nossa

geografia física e, por isso, os meios de transporte vão ter de adaptar-se às características da nossa rede viária, já que a inversa não é possível.

O Governo proporá novas regras sobre as características do equipamento de transporte e terão de ser os serviços do Estado ou empresas que para eles trabalham, os primeiros a dar o exemplo.

É preciso apostar no transporte público urbano. É preciso evitar a saturação da circulação urbana. Vamos fazer um esforço na racionalização que urge fazer a este nível e tomar as medidas necessárias em cooperação com as Câmaras Municipais, para inverter a tendência que normalmente se associa aos impulsos do crescimento.

Não daremos tréguas no combate ao sinistro que atinge proporções consideráveis.

A prevenção é o meio escolhido. Há medidas que doem e que vão doer. Mas são preferíveis à invalidez ou à passagem abrupta desta vida para outra.

A par das medidas em vigor quanto à condução com álcool é indispensável criar um novo ordenamento jurídico à semelhança do que acontece noutros países da Europa e da América, relativamente ao consumo de álcool e à comercialização das bebidas alcoólicas. O que hoje acontece é permissivo e as vendas avulso abrem antes do raiar do dia para fecharem quando a noite já vai alta. O alcoolismo é um flagelo que caminha paredes meias com a droga. É preciso combatê-lo!

Vamos continuar a apostar na qualidade e no asseio das nossas estradas. Porém, é necessário criar mecanismos legais e vamos para isso apresentar legislação própria que estabeleça normas para combater o vandalismo e a destruição da vegetação e que combata também o lixo que se acumula nas bermas das estradas e nas zonas reservadas para lazer e passeio.

O lixo é um pesadelo, e raras são as autarquias que têm tido dimensão e capacidade para tomar medidas adequadas ao problema.

No maior centro urbano da Região, que é Ponta Delgada, o depósito de lixos é um atentado à saúde pública.

**Subsecretário Regional da Comunicação Social** (*Joaquim Machado*): E não só!

**O Orador:** É causa da propagação de pragas como são por exemplo os ratos e é um agente de contaminação com destaque para os aquíferos situados a nível inferior.

O Governo estará aberto à cooperação com o poder autárquico no sentido de encontrar soluções viáveis e rapidamente exequíveis para este problema que é um flagelo.

*(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa).*

**O Orador:** O Sr. está muito "avinagrado" e eu não gosto disso.

O Programa do Governo está virado para a sociedade civil, para o seu dinamismo, para a sua capacidade. Dela espera-se respostas concretas, aproveitando os instrumentos disponíveis e usando critérios de gestão competentes.

A utilização dos nossos recursos implica a definição clara de princípios, de modo a que os cidadãos conheçam previamente as regras do jogo. Há instrumentos que estão na fase terminal e que o Governo põe grande empenho em os concluir, pô-los à discussão pública e depois aprovar.

Refiro-me ao Plano de Ordenamento do Território e que terá depois complemento com os Planos Directores Municipais e com os Planos de Urbanização.

O desenvolvimento dos Açores tem, necessariamente, que preservar este imenso património natural que somos, reserva que podemos saborosamente desfrutar e gentilmente oferecer aos que nos procuram.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As propostas contidas no Programa do V Governo vão ser, no que se refere às áreas que me estão directamente confiadas, desenvolvidas e nelas se procurará envolver, com êxito, espero eu, os vários agentes que directa ou indirectamente nelas têm interesses.

Vamos trabalhar com honestidade, aplicando o rigor necessário e exigindo a transparência nos actos. Daremos a conhecer aos Açorianos as implicações das medidas que o Governo adoptar, bem como os custos e os benefícios que elas representarem. Não esperem a política da facilidade. Esperem a lealdade e a solidariedade de quem está para servir.

Vamos ser exigentes para podermos exigir também.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo).*

**Presidente:** O Sr. Deputado Manuel Serpa pede a palavra para?

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente é para pedir um esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu só queria fazer uma pergunta ao Sr. Secretário.

Se uma gestão competente e transparente, permite que neste momento, em algumas ilhas, como é o caso concreto do Pico, milhares (dezenas de milhares) de contos estejam por pagar a pessoas, fornecedores que andam de papel na mão, de porta em porta, à espera do seu dinheiro e nunca o viram?

**Deputado Francisco de Sousa (PS):** Onde é que estão esses milhares...?

**Deputado Carlos César (PS):** Não tem resposta!

**Deputado Dionísio Sousa (PS):** "O silêncio é de ouro!"

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte para uma intervenção.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma apreciação de ordem geral ao que se estabelece na Constituição da República a respeito da Segurança Social, desde logo faz ressaltar um conceito fundamental, o do "direito à Segurança Social" que a todos é reconhecido.

Os objectivos da Segurança Social, consignados no texto fundamental e na Lei de Bases, poderão ser classificados em dois tipos:

Por um lado, os que se realizam mediante prestações destinadas a tornar efectivo o direito à segurança económica, fundamentalmente nas situações de doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

Por outro lado, os que se realizam mediante prestações de acção social, tendencialmente personalizadas, destinadas a prevenir situações de carência, disfunção e marginalização social, a promover a integração social comunitária e a

assegurar a protecção social especificamente ajustada a certos grupos mais vulneráveis da sociedade.

Quanto ao quadro legal de competências da Região em matéria de segurança social, a Acção Social surge, indubitavelmente, como a área privilegiada de actuação dos órgãos de Governo próprio.

É através da Acção Social que se assegura especial protecção às crianças, aos jovens, aos deficientes e idosos, bem como às pessoas em situação de carência económica ou social.

A Acção Social com a relevância que lhe é reconhecida e à luz das modernas concepções que a caracterizam, deve ser entendida:

- Como instrumento de prevenção de situações de carência, disfunção e marginalização social;
- Como conjunto de métodos e técnicas aptas a promover a integração comunitária e social;
- Como uma forma institucionalizada de enquadramento de programas de organização de recursos e desenvolvimento das comunidades locais;
- Como factor de humanização do sistema de segurança social, pela adequação das respostas deste às situações concretas, nos planos individual, familiar e comunitário;
- Como forma de exercício e campo fecundo de estímulo do voluntariado social e, portanto, de novas formas de solidariedade livre e assumida.

A Acção Social, no sentido de promoção e integração dos indivíduos ou famílias, ao configurar-se como um direito, pode e deve ser exigido ao Estado como último responsável, embora a actuação deste não deva esgotar outras formas de intervenção que são possíveis e desejáveis.

Não aceitamos que o Estado só intervenha na problemática social "em último recurso quando o indivíduo, a família e a comunidade já não têm resposta". Aqui, a nossa divergência com o Senhor Secretário Regional da tutela é total. Ao Governo cabe, a cada instante, estimular e criar condições para o aparecimento e acção de novas instituições de solidariedade social, não devendo portanto interferir só em situações de ruptura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O baixo rendimento de muitas famílias, a falta de emprego, o analfabetismo, a ausência de formação, as más condições de vida, de habitação, o alcoolismo, etc., estão na origem de muitas situações de pobreza. Ela existe um pouco por toda a Região, sendo, no entanto, mais preocupante nas ilhas de S.Miguel e Terceira, onde se torna necessário concentrar maiores esforços.

Rejeitamos a afirmação muito ao gosto de certos sectores da nossa sociedade que "pobres sempre existiram e que vão continuar a existir". Este conceito de pobreza tradicional, não deve ter lugar numa sociedade que todos pretendemos mais justa e mais fraterna.

É possível combater a pobreza! Esse combate deve actuar mais sobre as causas do que sobre as consequências.

Estamos todos de acordo que a pobreza é um fenómeno social global, ou seja, é simultaneamente um problema económico, social, educacional e cultural e que requer intervenções integradas e participadas. Todavia, existem situações pontuais que reclamam medidas de natureza paliativa e que devem ser atendidas. Os subsídios de precaridade económica e outros continuam a ser necessários, embora devam ser encarados como um instrumento e não como um fim.

No combate à pobreza existe um longo caminho a percorrer que a todos responsabiliza. Mobilizem-se vontades e recursos porque os desafios são muitos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O aumento assinalável não só do número de idosos, mas também de pessoas fracas com idade bastante avançada, e os problemas daí resultantes, constituirão certamente um dos maiores problemas sociais com que a sociedade açoriana se irá defrontar num futuro próximo.

Pensamos que deve ser feito um esforço grande no sentido de evitar a desintegração do idoso do seu meio, quer familiar, quer comunitário. Para tal são importantes os centros de dia e de convívio e o apoio domiciliário. Em nosso entender o apoio domiciliário para além do esquema tradicional, poderá também passar a ser prestado por familiares, conviventes e vizinhos dos idosos, a assistir, devendo para o efeito serem criados mecanismos de apoio financeiro directo.

Existem, contudo, situações pontuais que merecem um tratamento específico, como seja o caso dos idosos doentes sem família ou casos limite de pesada dependência que reclamam soluções de internamento, quer em lares, quer em enfermarias de rectaguarda.

Um dos muitos problemas da população idosa consiste na desequilibrada utilização dos serviços e instituições, tanto públicas como particulares. É vulgar os hospitais verem-se forçados a reterem idosos acamados, depois de esgotadas as capacidades técnicas de intervenção útil, tal como é vulgar os doentes no domicílio ou acolhidos em lares terem a maior dificuldade em serem tratados num hospital quando um episódio agudo a tal aconselhe. É ainda comum encontrarmos os lares ocupados com idosos com reduzidas limitações enquanto outros, completamente isolados ou pesadamente dependentes, permanecem acamados no domicílio em condições por vezes dramáticas. Esta situação só não é alarmante porque ainda se encontra "escondido" ou dissimulado grande número de situações de crise.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As Misericórdias dos Açores, reunidas no seu IV Congresso em Abril de 1991, concluíram entre outros pontos, pela "necessidade de implementar onde tal se justifique o aparecimento de enfermarias de rectaguarda que venham colmatar as carências existentes nesse sector". Porque, por vezes, se estabelece alguma confusão, convém esclarecer que as enfermarias de rectaguarda são estruturas de apoio aos idosos, alguns em estado terminal, que necessitam cuidados constantes de outras pessoas incluindo cuidados médicos e de enfermagem e que não encontram resposta no seio da família.

Não se devem, portanto, confundir com os lares que se destinam a idosos que conservam ainda certa autonomia física e funcional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A disponibilidade manifestada pelas Misericórdias para actuarem numa área de intervenção social extremamente difícil, como é o caso das "enfermarias de rectaguarda", é bem uma prova de solidariedade activa e de generosidade humana que importa apoiar e estimular.

Não basta anunciar apoios, nem fazer apelos às entidades privadas de interesse colectivo.

Torna-se necessário passar das palavras aos actos e apoiar efectivamente as iniciativas particulares quando elas surgem, mormente se os projectos que pretendem levar a cabo abrem novos espaços de solidariedade e são do máximo interesse para a colectividade.

Por causas que, por imperativo de justiça, é nosso dever combater, muitos açorianos encontram-se marginalizados, sem capacidade para resistir à adversidade e debatem-se com a falta de recursos mínimos de vida. É nossa a responsabilidade pelo seu destino.

Só com esta consciência solidária poderemos construir uns Açores melhores.

Disse.

*(Aplausos do PS)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos suspender os nossos trabalhos. Voltaremos a reunir às 6 horas da tarde.

*(Eram 17.30 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares para prosseguirmos os nossos trabalhos.

*(Eram 18.10 horas)*

Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida para uma intervenção.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dirigir a palavra pela primeira vez, e no futuro nesta Assembleia Legislativa Regional, não é nem será certamente tarefa fácil.



Lembram-se os Senhores Deputados, também como eu, das posições assumidas durante a campanha eleitoral, no sentido de garantir ao povo que nos elegeu a dignidade deste Parlamento Regional.

É um compromisso que me preocupa particularmente. Para tal foi apenas necessária a leitura de alguns Diários das Sessões para verificar das responsabilidades e das irresponsabilidades.

Falar de agricultura nesta sala será uma responsabilidade acrescida face à sua importância nos Açores.

- Decidir nos Açores o que diz respeito aos açorianos e aos Açores;
- Apostar nos açorianos e nas suas capacidades realizadoras;
- Encontrar novas formas de solidariedade nacional e europeia.

Estes são três dos temas evidentes, apresentados neste Programa do Governo, para os quais penso devermos fazer ponto de honra.

Neste sentido creio e apostarei firmemente nos próximos 4 anos.

O povo escolheu - vamos defender e pôr em prática.

Adaptar os sectores produtivos às exigências da modernidade na Europa Comunitária, num ambiente de concertação social e diálogo, para aproximar os padrões de vida dos açorianos dos da Europa é uma meta cuja competição já foi iniciada em outras legislaturas.

Daí a necessidade de uma política clara, participativa e solidária, para a promoção do desenvolvimento harmonioso, equilibrado e dimensionado às realidades de cada ilha.

Em agricultura é assim que terá de ser.

Há na agricultura problemas graves e complexos cuja resolução não dependerá, exclusivamente, da aplicação dos princípios apresentados no Programa. Repare-se que há três factores fundamentais que são:

- O número e a dimensão;
- O Homem;
- A terra.

No primeiro caso pretendo referir que, falar da agro-pecuária açoriana é falar de uma população activa da ordem dos 19%, que se compararmos à de outros países é de facto excessiva. Em segundo lugar, temos o homem, a peça fundamental do progresso

que no sector a que me refiro, é na sua maioria idoso, e, como tal, pouco receptivo à inovação e à modernidade, receoso e por vezes imprevisível.

Em terceiro temos a terra. Nos Açores é limitada. Tremendamente fraccionada, e cujo reordenamento territorial, depende também dos homens e das mentalidades.

Esses três factores que atrás mencionei são de crucial importância e que à partida obrigam-nos a pensar em tempo.

Não penso pois que se obterão as resoluções dos problemas da agricultura açoriana nos próximos 4 anos. Seria uma irresponsabilidade da minha parte pensar assim.

Olhe-se para a Comunidade Europeia e repare-se que desde o pós guerra se procuram soluções. Criou-se uma Política Agrícola Comum, a mais importante e mais complexa, mas os problemas persistem, resultantes de oscilações dos mercados e da variação de inúmeros factores externos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os Açores, pela sua dimensão, a agricultura vem sofrendo crises consideráveis, cujos resultados afectam todos os restantes sectores da economia açoriana, muitas vezes em áreas completamente distintas, mas com dependência indirecta.

Do Programa deste Governo aprez-me registar a definição apresentada em título no Capítulo VI, para o nosso modelo económico - Uma Economia Social de Mercado.

E digo isso consciente da dimensão das nossas realidades e do nosso mercado face ao mercado comunitário, onde nos encontramos inseridos e cujo sistema de economia de mercado não estaremos aptos a alterar, mas sim, a adaptarmo-nos, potencializando as nossas aptidões naturais, e optimizando os recursos financeiros que estão ao nosso dispor, mas não estarão eternamente.

É da responsabilidade das políticas a implementar na Região o sucesso que se espera, de forma a garantir as condições necessárias ao progresso e à melhoria dos rendimentos dos agricultores.

Equacionar a modernização com a preservação ambiental não será uma tarefa fácil, mas terá de estar na base do desenvolvimento, sempre com o intuito em viver bem e melhor.

A modernização, a diversificação cultural, a melhoria e qualidade dos produtos e dos rendimentos, exigirão arte e engenho de forma a articular as políticas regionais,

adaptando a legislação comunitária à nossa realidade, negociando e propondo, sempre que possível, esquemas que directa ou indirectamente, venham proteger as nossas produções.

Repare-se que não é possível falar-se em livre concorrência quando existem condições de desigualdade com os restantes parceiros comunitários.

Poderemos contudo congratularmo-nos com o sucesso de algumas negociações, nomeadamente a aceitação de alguns princípios por parte da Comunidade Europeia.

Refiro-me ao Programa POSEIMA cuja vitória se resume - a comunidade reconheceu que somos diferentes, que vivemos numa situação geográfica particular e com condicionalismos muito próprios. O próprio Tratado de Maastricht reconhece a necessidade de se preverem ajudas específicas, de modo a permitir que os Açores atinjam o nível económico e social médio da Comunidade.

Estes são resultados que não podemos deitar a perder no nosso posicionamento com a CEE.

A importância do ambiente rural nas ilhas em que vivemos obrigará, certamente, à manutenção de explorações com objectivos sociais e ambientais com apoios ao rendimento, mas tal medida não deverá impedir, nunca, premiar os mais eficientes e mais capazes, bem como os jovens agricultores cujo potencial será a chave do sucesso na modernização do sector.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A quota leiteira, instituída na Região em 1990, por funcionar na Comunidade Europeia e em vários países com o objectivo de equacionar a produção e o consumo, é também um bem adquirido pelo produtor açoriano pelo que nos Açores dever-se-á identificar ou credenciar quem é detentor da actividade. Só assim o agricultor sentirá segurança pelo direito que o assiste, pois no futuro poderá ser um factor limitador da sua produção.

A formação profissional, actividade dirigida aos mais jovens, deverá acontecer cada vez mais próxima das suas explorações, devidamente participada pelas Associações de Jovens Agricultores.

Permitir o acesso e a fixação dos jovens à terra, passará por privilegiar o acesso aos incentivos do Regulamento CEE 2328/91 (ex -797) e à concertação de medidas

legislativas que satisfazendo todas as partes, permita o acesso à terra em regime de arrendamento.

Para garantir a aquisição da terra por parte dos rendeiros, o Governo criou o Programa SICAR, cujo funcionamento, necessita ser imediato acompanhado de medidas que impeçam a especulação dos preços da terra. Será uma forma de equacionar os interesses dos proprietários interessados em vender com os dos rendeiros que querem e podem comprar.

No que respeita aos problemas da terra e circundantes, a resolução de alguns dependerá da resolução de outros, de uma forma concertada atendendo à necessidade de efectuar emparcelamento e melhoramento das infra-estruturas, isto é, caminhos rurais, abastecimento de água e electricidade, definindo as competências do Governo, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, nesta matéria, dotando-as dos meios materiais, humanos e financeiros necessários.

A referência feita no Programa do Governo à participação das Associações de produtores na experimentação e acções de demonstração, prova uma alteração de mentalidades do próprio Governo, que se espera venha a estender à divulgação permanente dos resultados e métodos de produção utilizados nos seus campos experimentais e ao alargamento a outras áreas de actuação.

Da horticultura, fruticultura e floricultura deverá ser considerado o apoio a organizações de produtores nomeadamente a cooperativas, à semelhança com o que já aconteceu na Ilha Terceira, como forma de ultrapassar os impedimentos quanto à implementação de serviços de apoio técnico aos produtores, criação de estruturas de preparação, armazenagem e comercialização dos produtores hortícolas e frutícolas, nas variedades e quantidades necessárias ao abastecimento regional quando se tratem de operações com viabilidade.

No caso das transferências de funções do Governo para Cooperativas e Associações há provas dadas de sucesso, pelo que não deverá existir receio algum em continuar a agir de forma semelhante em outras áreas. Esta será uma forma de não onerar alguns serviços do estado responsabilizando os agricultores pela sua execução.

Estará para breve a aplicação de três Regulamentos Comunitários de primordial importância para os produtores e para a Região.

Prevêem um regime de ajudas à reforma antecipada dos agricultores, fundamental para garantir uma reforma condigna aos agricultores que, impossibilitados de obter rendimento por outras vias, têm permanecido no sector, não permitindo o acesso dos jovens seus descendentes à actividade, como titulares das explorações, única forma de garantir a modernização.

As ajudas à protecção do ambiente, será um instrumento para garantir o rendimento do agricultor que neste momento se encontra a produzir em zonas de futura protecção.

Serão certamente as formas mais capazes de proteger por exemplo as nossas lagoas da eutrofização mas também os agricultores que habitam essas áreas.

A florestação será entendida também como forma de equilíbrio ambiental e aproveitamento das zonas de menor aptidão agrícola e pecuária.

Na base de todas as ajudas ao sector, do seu planeamento e reestruturação, existem dois documentos. O Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores e a Reserva Agrícola Regional que irá definir para o futuro as áreas de actividade agrícola.

A título conclusivo é importante referir que todos comungamos da opinião que queremos para os Açores mais e melhor desenvolvimento, definimos também as prioridades, mas também temos que ter consciência das nossas limitações.

A capacidade e competência da gestão regional deverá atender aos meios financeiros existentes bem como os possíveis de conseguir, de forma a aproveitar-se os Programas Comunitários da melhor forma.

Não vamos certamente ser ridículos ao ponto de pensarmos em querer ter modelos económicos rígidos, iguais aos de alguns países.

Temos que ser iguais a nós próprios e progredir conscientes que estamos a dar os passos certos e seguros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Antes de terminar solicito o melhor empenhamento e atenção do Governo regional, de uma forma muito particular ao Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas, para a necessidade de se melhorarem os circuitos e esquemas de informação ao agricultor e às suas organizações.

A informação estará na base da capacidade de decisão, para enfrentar os nossos desafios com segurança e conhecimento de causa.

Queremos agricultores empresários bem informados, inteiramente activos e participantes no seu processo de desenvolvimento, conscientes que se encontram condicionados a factores externos à nossa economia, bem como as medidas políticas que terão de ser executadas nos Açores.

Não queremos no futuro, olhar para trás e pensar que temos que começar tudo de novo.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social para uma intervenção.

**Secretário Regional da Saúde e Segurança Social** (*António Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Cabe-me agora a tarefa de apresentar nesta Assembleia, o programa do V Governo Regional para as áreas da Saúde, da Segurança Social e da Protecção Civil matéria essa que me foi delegada por Sua Ex<sup>a</sup> o Sr. Presidente do Governo.

Parece-me ser desnecessário fazer longas referencias á importância que estes sectores têm na estrutura do Governo e na resolução de questões tão fundamentais para as pessoas, como a Saúde, a Segurança Social e a Protecção contra catástrofes naturais ou não que possam ocorrer.

Julgo que é mais importante agora, nesta sede de discussão e aprovação do programa do Governo, referir de uma forma metódica e sintética, as tendências, as medidas e a estratégia que consubstancia o programa do Governo das áreas que estão sob a minha responsabilidade.

Quanto às tendências, a Saúde e Segurança Social são sectores sujeitos de mudança profunda, consequência de alterações da sociedade e da adopção generalizada de novos pressupostos.

Efectivamente, assistiu-se a uma alteração demográfica nos Açores, na última década, em que sobressaem a baixa da população, o aumento da esperança de vida e a modificação da pirâmide etária relativamente a certos grupos, em relação aos quais os sectores terão de atender desenhar tipos de intervenção inovadores.

Por outro lado, novos parâmetros se apresentam que determinarão as estratégias sectoriais. Ou seja:

- as referências comunitárias;
- o conceito de fenómeno social;
- a participação do cidadão, quer como agente interventor quer como co-financiador dos sistemas;
- a liberalização das actividades, conjugada com a função supletiva do Estado;
- a solidariedade e a coesão social;
- a personalidade e a coesão social;
- a personalização dos cuidados e serviços prestados;
- a maior cooperação externa e construção de redes transnacionais;
- a necessidade de perspectivar futuros cenários e modelos de intervenção.

Na generalidade dos dois sectores, Saúde e Segurança Social, há que destacar um conjunto de medidas de natureza transversal que visam fundamentalmente:

- a defesa do utilizador dos sistemas;
- a melhoria da qualidade, nos múltiplos aspectos que envolvem os recursos humanos, a "produção" (em termos de custos, produtividade e eficácia, competitividade e avaliação), o ambiente e o quotidiano da população açoriana;
- a formação profissional;
- o desenvolvimento da investigação;
- a organização dos sistemas;
- a melhoria da gestão e administração;
- o aproveitamento das reservas existentes, sejam elas manifestas ou latentes;
- o reforço das funções e o papel da família, dentro do respectivo agregado e na comunidade;
- a preservação da personalidade cultural do açoriano;
- a inserção social de grupos desfavorecidos e marginalizados;

- o desenvolvimento do diálogo social, nomeadamente entre gerações;
- a melhoria da rede de equipamentos colectivos.

No caso específico do sector da Saúde, são de destacar as seguintes medidas:

- Regulamentar a Lei de Bases, adaptando-a à realidade regional;
- Promover a redução das desigualdades verificadas entre as populações;
- Incrementar acções, especiais a favor de certos grupos de risco (grávidas, crianças, idosos, etc.).
- Diminuir a morbilidade e mortalidade, relativamente às doenças de maior incidência e prevalência através da execução do Plano de Saúde;
- Fazer diminuir os acidentes, nomeadamente de trânsito e locais de trabalho, bem como os respectivos efeitos de incapacidade;
- Facultar conhecimentos e promover comportamentos conducentes a uma vivência saudável, na perspectiva que o melhor garante da nossa saúde somos nós próprios;
- Melhorar a generalidade das condições ambientais do habitat individual e colectivo;
- Promover a investigação possível e efectiva;
- Desenvolver o processo de planeamento e gestão dos recursos;
- Melhorar o sistema de informação estatística;
- Desenvolver um sistema de informação aos profissionais do sector e dos sectores adjacentes, de forma a manter actualizados os seus conhecimentos (já existe uma rede informática Med line que permite aos profissionais consultar as informações que mais lhe interessem, em termos científicos e técnicos).
- Definir as tecnologias a introduzir na Região e promover a avaliação sistemática da sua utilização.

Quanto ao sector da Segurança Social:

- Evitar as situações de marginalidade e de exclusão social, articulando a acção dos centros sociais com a família e escola;
- Responder localmente, de forma desconcentrada, valorizando o papel dos pequenos lares e apelando ao recurso das potencialidades da família;
- Apoiar o idoso, através de acções integrativas, evitando situações massificadoras;
- Criar centros ocupacionais de apoio ao jovem e adulto, de forma a colmatar situações de desequilíbrio;



- Eliminar ou colmatar as situações de pobreza, considerada esta no seu sentido amplo e técnico;
- Remodelar circuitos e procedimentos na perspectiva da prestação de melhores serviços;
- Garantir o direito à informação dos beneficiários, contribuintes e utentes em geral;
- Valorizar os mini-internatos para jovens desprovidos de meio familiar normal, recriando no possível o ambiente familiar;
- Desenvolver os serviços de apoio domiciliário, Centros de Dia e Convívio para Idosos.

Face aos processos de mudança acelerada em curso no espaço europeu com particular enfoque na Comunidade Europeia os sectores assumirão uma postura de especial observação à evolução dos fenómenos que lhe respeitam, em vista a perspectivar novas realidades e, à sua medida, definir e criar mecanismos e políticas coerentes e em tempo oportuno.

Por outro lado e, a nível regional, os sectores virão a assumir, face aos seus sectores adjacentes, um posicionamento mais aberto e dialogante, logo também mais interventor, face ao múltiplo cruzamento de variáveis determinantes para a Saúde e Segurança Social que se verificam e que necessitam por isso de abordagens complementares.

Sendo a solidariedade e a coesão social pressupostos indispensáveis na aplicação da política definida a participação dos utentes do sistema e dos grupos da comunidade (com especial destaque para a família), ela virá a ser assumida e desenvolvida ao nível dos serviços, formantando-se também a criação de grupos de voluntariado a todos os níveis de prestação de serviços.

Continuar-se-á a dotar os serviços com os recursos logísticos indispensáveis por forma a responder às necessidades dos utentes e igualmente permitir aos profissionais a actualização dos seus conhecimentos.

Em consequência, haverá que harmonizar o binómio oferta-procura, intervindo em ambos os domínios, sublinhando todavia a necessidade de disciplinar esta última. Por natureza, a prioridade de intervenção quotidiana, face aos resultados a obter, desenvolver-se-á ao nível das redes locais, nas suas correspondentes vertentes,

disponibilizando, assim, os serviços diferenciados para desempenho de tarefas para que estão vocacionados.

Decorre, em consequência, a necessidade de dar continuação às acções iniciadas de formação em gestão por objectivos e planeamento estratégico, bem como em administração.

A actividade privada no caso da saúde, um outro núcleo de prestação de cuidados de serviços, poderá registar alterações profundas, face à tendência liberalizadora a que se assiste no contexto comunitário nacional e regional. Por isso, o sector estará particularmente atento e diligenciará no sentido de proceder às análises que lhe são inerentes e estudar e propor as respectivas políticas, num quadro normativo claro e responsabilizador, salvaguardando os interesses e garantindo o cumprimento dos deveres por parte do Estado na Região e por parte dos profissionais, de modo, a criar a melhor correlação e o melhor aproveitamento dos meios envolvidos.

No caso da Segurança Social, cabe à Região um papel fundamental, mas solidário, devendo interferir quando a sociedade civil se mostre incapaz de responder aos próprios problemas e às disfunções manifestadas. Neste sentido, cabe ao Governo gerir e aperfeiçoar o sistema, adoptando políticas consentâneas com os valores e tradições históricas e sócio-culturais que realçam as virtualidades dos açorianos.

No que diz respeito à Protecção Civil são conhecidos os particulares riscos de catástrofes naturais a que os Açores estão sujeitos para além dos que poderão ser causados pelos seres humanos envolvendo instalações, aviões, navios, etc..

É por isso fundamental continuar o trabalho já encetado e melhorar a resposta e articulação de todas as entidades governamentais e autárquicas e entidades privadas e organizações de voluntários de forma a podermos fazer face e minimizar qualquer ocorrência daquele tipo.

Consciente desta necessidade, o Governo propõe as seguintes medidas e objectivos:

- dar prioridade à elaboração, pelos vários departamentos do Governo e Serviços da Administração, bem como pelos vários municípios, dos Planos Sectoriais e Locais de Protecção Civil ainda em falta.
- Prosseguir a cooperação técnica e científica com as Universidades dos Açores;

- Prosseguir com a tarefa de sensibilização à população, nomeadamente aos extractos de maior risco, para o procedimento a adoptar em caso de catástrofe;
- Dotar as corporações de Bombeiros Voluntários de adequadas instalações e equipamentos dada a sua relevância no quadro do sistema de protecção civil açoriano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acabei de expor em termos genéricos o programa do Governo nas áreas da Saúde, Segurança Social e Protecção Civil.

Estou certo, obviamente que irá merecer a aprovação desta Assembleia.

Mas independentemente do juízo de valor que os Srs. Deputados possam fazer sobre ele, os Deputados do PSD considerando-o muito bom, os Deputados da oposição considerando-o muito mau, uma coisa é certa, nenhum programa de Governo por melhor que seja, tem sucesso, se todos os que estão envolvidos, responsáveis pelas instituições do sector, profissionais, do mais diferenciado tecnicamente ao mais humilde, não tiverem grande consciência profissional e uma grande preocupação com a qualidade do serviço que prestam aos cidadãos e estes por sua vez não tenham consciência dos seus direitos e deveres e pela sua actuação responsável contribuam também para que o sistema funcione o melhor possível.

Para terminar gostaria de garantir a esta Assembleia, órgão máximo de Autonomia, de que, tudo farei para que cumprindo este programa se melhore sensivelmente o nível de vida e bem estar de todos os açorianos.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Brito de Azevedo.

**Deputado Brito de Azevedo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fui incumbido pelo meu Grupo Parlamentar de proceder à apreciação do Programa do V Governo na área de Saúde e de proferir uma intervenção acerca do mesmo, o que procurarei fazer com a serenidade que se impõe nestas circunstâncias.

Mas, ao ocupar pela primeira vez esta tribuna do Parlamento Açoriano, primeiro órgão da nossa autonomia e local, por excelência, do debate democrático, quero, antes de tudo, saudar todos os que aqui, legitimamente têm assento: - Deputados e Membros do Governo. A todos cumpre servir o Povo da nossa Região Autónoma a quem, com orgulho, pertenço.

Todos somos obrigados ao respeito mútuo e a esta norma de conduta me mantereí fiel em qualquer circunstância.

Aqui chegado, é o momento de vos comunicar que vou proferir algumas considerações sobre o que eu penso acerca da problemática da saúde e das soluções programáticas apresentadas pelo V Governo Regional.

A minha postura neste debate decorre do facto de, igualmente, entender que o PS precisa de ajustar algumas das suas soluções programáticas para o sector da Saúde.

A Saúde de uma Comunidade é um CAPITAL. É o produto da interacção complexa de múltiplos factores como sejam a habitação, a escolaridade, o nível de instrução, a alimentação, o trabalho e o lazer, a situação sócio-económica, os estilos de vida, a sinistralidade, o ambiente e o acesso aos cuidados de saúde.

Destes factores sofre efeitos benéficos, elevando-se, assim, o seu nível. Ou efeitos prejudiciais, depreciando-se.

A Saúde, na acepção de "departamento do Governo" não pode controlar - não tem meios nem competências para tal - os factores que atrás referi.

Os sistemas de cuidados de saúde têm, nesta perspectiva, uma importância relativa embora crucial, na melhoria dos níveis sanitários das comunidades.

Igualmente importantes, são as políticas definidas pelos outros departamentos do Governo e pelo poder autárquico, já que estas, pelas razões apontadas, podem ter impactos positivos ou negativos naqueles níveis sanitários. Aparentemente, o Programa de Saúde do V Governo admite a possibilidade de controlar todas as variáveis que influenciam o nível sanitário, o que é obviamente, um equívoco.

Não são definidas medidas políticas de concertação com os outros programas sectoriais o que, à partida, inviabiliza o sucesso das medidas preconizadas no ponto "Desenvolvimento de Acções de Informação e Prevenção" - pág. 24, 2a col..

Verifica-se, ainda, a circunstância curiosa de este programa não retomar a proposta apresentada - e não concretizada - no Programa do IV Governo, relativa à criação de uma "Comissão Regional de Estudos para a Saúde" que teria, como objectivo, desenvolver campanhas de sensibilização e formação do indivíduo, comunidade, órgãos de comunicação social e profissionais de saúde.

Só posso entender isso como o assumir da consciência de que o sector da saúde, enquanto tal, não tem capacidade para alterar os padrões culturais da comunidade, o que aliás, subscrevo.

O Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores caracteriza a política de Saúde e de Segurança Social como matéria de interesse específico para a Região.

Este princípio é consagrado na Lei de Bases de Saúde - Lei nº 48/90, de 24 de Agosto, na sua Base VIII.

1. "Nas Regiões Autónomas, a política de saúde é definida e executada pelos órgãos de governo próprio, em obediência aos princípios estabelecidos pela Constituição da República e pela presente Lei".

Propõe-se, agora, o Governo, mais de dois anos volvidos sobre a publicação daquela Lei, proceder à sua regulamentação "adaptando-a à realidade regional". E já o devia ter feito antes.

Quer no plano político-administrativo quer no plano geográfico a referida "realidade regional" é um dado adquirido do problema. E é este último aspecto - o geográfico - que é realmente determinante.

O facto de vivermos num arquipélago composto por 9 ilhas, impõe que se criem serviços de saúde com características e especificidades próprias.

O Sistema Regional de Saúde, nos termos das prerrogativas estatutárias e da Lei de Bases deve resultar da vontade dos Açorianos e da possibilidade de estes, nesta parcela do território nacional, organizarem os serviços de saúde de forma autónoma, original e adaptada às nossas realidades geográficas.

Mas, para que possamos prosseguir neste caminho de uso pleno das prerrogativas legais, torna-se necessário quebrar, definitivamente, a residual dependência psicológica e técnica do Governo Regional em relação ao Ministério da Saúde e aos

seus departamentos. "Decidir nos Açores o que diz respeito aos Açores e aos Açorianos" impõe o fim do recurso às assessorias exteriores à Região bem como a interdição de alguma articulação funcional remanescente, entre serviços dependentes da Administração Central e da Regional e do recurso a alguns métodos de trabalho e procedimentos importados da realidade continental e desfasados da nossa realidade insular. É esta, a meu ver, a forma mais correcta de defender o princípio da Autonomia Política e Técnica.

Defendo, por outro lado, o princípio do primado da "realidade Ilha" face à "realidade concelho", bem como as consequentes implicações na concepção, organização e funcionamento dos serviços de saúde.

Sou contra um modelo orgânico de base concelhia, embora defenda a dispersão física de algumas instalações, equipamentos e serviços. Aquele modelo agrava os custos da nossa dispersão territorial.

Proponho, assim, para cada ilha, a criação de "unidades integradas de saúde". A indivisibilidade da "saúde", por um lado e a criteriosa gestão dos recursos humanos e materiais por outro, impõe a consagração de tal modelo.

A redefinição do modelo orgânico funcional dos serviços de saúde, torna-se, assim, o "golpe de asa" que permitiria o salto qualitativo que se impõe dar neste sector.

Defendo que, tendencialmente, cada ilha deve ser auto-suficiente na resolução dos problemas mais frequentes que se situem no âmbito da clínica geral, da epidemiologia, da oftalmologia, da estomatologia, da pediatria, da ginecologia-obstetrícia e da cirurgia geral.

Na fase actual do nosso desenvolvimento social, económico e cultural, impõe-se uma redefinição estratégica dos cuidados que devem ser considerados indispensáveis, imprescindíveis e acessíveis em cada ilha, sob pena de hipotecarmos o nosso desenvolvimento.

O que atrás vos deixei à consideração poderá parecer utópico mas eu penso que vale a pena correr esse risco.

Que a vontade política renove todos os obstáculos quando está em sintonia com o sentir das populações e sempre que o objectivo é melhorar a sua validade de vida.

Claro que tudo isto tem custos ` acrescidos - os custos da nossa insularidade! - mas já alguém se deu ao trabalho de contabilizar os custos financeiros, económicos, sociais, profissionais, familiares e até morais, decorrentes das milhares de deslocações inter-ilhas para resolução de problemas banais como sejam, por exemplo: a realização de simples extracções dentárias e avaliação do "grau de visão"?

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** O Governo propõe-se desenvolver a "articulação das diversas unidades de saúde", objectivo este já fixado no Programa do IV Governo e que só muito dificilmente será alcançado.

Esta dificuldade material radicada na falsa dicotomia entre os chamados "cuidados primários " e "cuidados secundários" - já por mim denunciada em diversas oportunidades. Esta aberração conceptual está na base da disfunção organizativa bem como na perda de operacionalidade e eficácia dos serviços de saúde.

A crónica falta de articulação entre os Centros de Saúde e os Hospitais Regionais - apesar de ser uma imposição decorrente dos respectivos diplomas orgânicos - é disso prova evidente e não se vislumbra, a persistirmos neste caminho, qualquer solução exequível.

Mas outra causa da disfunção e inoperacionalidade do nosso sistema da saúde pode ser imputada à "instituição" Médico de Família.

Este tema já foi, oportunamente, objecto de uma tomada de posição pública, pelo que não vou aqui retomar a argumentação então produzida.

Gostaria, simplesmente, de reafirmar a minha convicção de que o "Médico de Família" como "instituição", está desacreditado, não corresponde às expectativas criadas, não executa, no sistema em que funciona as tarefas de que está incumbido, não responde às solicitações que a procura dos cuidados de saúde impõe, é um elemento multiplicador dos actos médicos e de contactos meramente burocráticos, é, numa palavra, o agente inocente e indefeso de um dispendioso e pouco eficiente sistema de saúde.

Propõe-se o Governo proceder à "análise sistemática da qualidade dos cuidados", à semelhança do que já acontecera no Programa do IV Governo, com o anúncio da criação, no âmbito dos serviços de saúde de "núcleos de avaliação de qualidade".

Para vos falar verdade, não conheço nenhum em funcionamento.

Melhorar a qualidade dos cuidados, implica a humanização do atendimento e acompanhamento dos utentes, promovendo-se uma verdadeira cultura de solidariedade. Igualmente se torna necessário incrementar a eficiência e eficácia dos serviços e promover a sua correcta articulação com o sector privado.

Sem o cumprimento destes pressupostos, de nada servirá a existência de boas instalações, de equipamentos modernos e sofisticados, de técnicos competentes.

Penso, sobre esta matéria, que não se verificam, entre nós, condições objectivas para a concretização daquele desígnio do Governo.

Sujeitar ao mesmo nível de exigências - as preconizadas na base XII da Lei de Bases - condições objectivas de trabalho diferentes é, no mínimo, iníquo.

O Governo propõe-se "promover a igualdade de acesso" aos cuidados de saúde, e com isto estou de acordo.

Mas, para tal, há que adoptar políticas que resolvam o problema da desigualdade verificada no acesso às especialidades que atrás considerei como imprescindíveis e indispensáveis, por parte dos habitantes de seis ilhas da nossa Região.

Por outro lado, impõe-se a formulação de políticas que promovam uma efectiva liberdade de acesso e de escolha dos prestadores de cuidados.

Importa, nesta matéria, seguirmos as pisadas de países como a Alemanha, Bélgica, Dinamarca, França, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido, onde o acesso a qualquer profissional de qualquer especialidade, no âmbito dos serviços de saúde públicos, é livre.

Defendo o princípio da democratização e desgovernamentalização do modelo de gestão e administração da saúde, a meu ver demasiado politizado e partidarizado e susceptível de gerar um clima de suspeição e de mau relacionamento entre os profissionais do sector.

Penso ser indefensável que as "chefias técnicas" - os directores clínicos dos Centros de Saúde e Hospitais e chefias de enfermagem o sejam por nomeação governamental. Impõe-se, a meu ver, uma revisão dos preceitos legais que dão cobertura a esta situação (designadamente o Artº 30 do Decreto Regulamentar Regional 3/86/A, de 24



de Janeiro e o Artº 28º e 30º do Decreto Regulamentar Regional 12/90/A, de 20 de Março).

Reconheço que o Governo tem o direito e o dever de acautelar os interesses da Região e do Estado.

Mas, para o efeito, a figura do Administrador Delegado e os poderes que a legislação lhe confere são, do meu ponto de vista, suficientes.

O Programa do V Governo Regional é omissivo em relação a alguns aspectos que considero importantes e que passo a referir de seguida:

O Conselho Regional de Saúde, criado pelo Decreto Regulamentar Regional 14/86/A, de 14 de Maio, mas ainda não constituído, apesar de promessas expressas no Programa do IV Governo, não merece, neste Programa, qualquer referência.

Mantem-se actual, a meu ver, a indefinição quanto à estratégia a seguir na luta contra a doença oncológica. De que forma, com que meios podem os Centros de Saúde, tal como foi preconizado pelo IV Governo, "desenvolver acções descentralizadas de rastreio e de diagnóstico precoce"?

Não são referidas quaisquer medidas de política referentes a novas formas de hospitalização como alternativa à hospitalização clássica, designadamente, a criação de hospitais de rectaguarda ou, para ser mais exacto, hospitais de cuidados continuados.

Num contexto de um progressivo envelhecimento da população e de alta prevalência de doenças crónicas, nomeadamente as cardio e cérebro-vasculares, as neoplásicas e doenças degenerativas osteo-articulares, impunha-se a criação de serviços vocacionados para internamentos de longa duração e destinados a doenças de evolução prolongada.

A hospitalização clássica, nestes casos, é errada, quer pelos elevados custos que comporta quer pelo impacto negativo no funcionamento dos hospitais não vocacionados para aquele tipo de cuidados.

A questão, politicamente complexa, admito, da elevação de um dos Hospitais Regionais à categoria de Hospital Central, não é abordada neste Programa do Governo, mas não é descabido admitir que ainda durante a presente legislatura este problema terá de ser devidamente equacionado.

Pela parte que me diz respeito, já tomei posição pública, em circunstâncias reconhecidamente adversas.

Em relação à iniciativa privada, no âmbito da prestação de cuidados de saúde, este Programa é totalmente omissivo.

Sou abertamente contra o monopólio do Estado, também nesta área, e defendo a existência de um espaço para aquela iniciativa que tanto tem contribuído para dissimular as "mazelas" do sector público.

Curiosamente, era prometido no programa do anterior Governo uma "definição do quadro base de cooperação, entre os recursos públicos e privados".

Defendo que o Estado deve manter com o sector privado uma relação descomplexada e totalmente imparcial, eliminando-se a reserva, a desconfiança e alguns actos de obstrução dissimulada que fazem dele um sector tolerado mas não desejado.

O Estado deve, igualmente, criar os mecanismos que possibilitem aos utilizadores uma opção livre no respeito pela transparência do mercado e da garantia da qualidade.

Seja-me permitida uma última consideração.

No sector da Saúde está prestes a encerrar-se o "ciclo do ferro e do betão". O principal atributo, neste ciclo, era o dinheiro. E ele foi aparecendo.

A ele seguir-se-á, inevitavelmente, o "Ciclo das ideias" que possibilitará, se assim o quisermos, a reformulação do nosso sistema de saúde e a sua adequação às nossas especificidades.

Serão necessárias, imaginação, coragem e determinação política - atributos que o dinheiro não compra.

Disse.

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

**Deputado António Silveira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria antes de mais saudar, todos as senhoras e senhores deputados, saudação extensiva aos membros do Governo, neste início de uma nova caminhada de desenvolvimento regional que se espera pautada pelo realismo a que os novos tempos, nos obrigam, mas sem perder de vista o desenvolvimento harmónico e solidário dos Açores.

Estamos aqui, deputados, com igual legitimidade democrática, estamos todos aqui, penso com uma enorme vontade de mais do que nos ouvirmos a nós próprios, sermos isso sim capazes de produzir mais trabalho: concreto e eficaz.

Essa será de certeza a postura que os Deputados Sociais Democratas terão nesta Casa, e lá fora no contacto empenhado e assíduo com as populações, as suas preocupações e as suas aspirações, no tempo que durará a V Legislatura.

É uma exigência de sempre, a que o povo nos obrigou, e os tempos actuais eivados de dificuldades, mas perenes de esperança ainda mais aconselham.

É uma fórmula de trabalho Social Democrata que gera vitórias, vitórias sem euforias, mas com sentido de responsabilidade, deixando à oposição, também neste tempo de reflexão uma luz verde, símbolo de esperança, resumida na frase que cito "com o tempo o impossível torna-se possível, o possível provável e o provável virtualmente certo".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É ponto assente de que o mar nos projecta e prolonga pelo espaço Europeu, dando aos Açores e ao País uma outra dimensão, e um outro poder de negociação nas instâncias internacionais.

É também razão importante da nossa grandeza no contexto nacional e europeu a nossa Zona Económica Exclusiva, e por lógica, desses dados concretos a pesca e toda a actividade daí derivada, representa no contexto do desenvolvimento sócio económico regional, um pilar de grande importância.

Porém, as Pescas, dada à sensibilidade do sector irão desenvolver-se nos próximos anos num contexto de muitas dificuldades, quer pela sua dimensão, quer pela conjuntura actual de toda a actividade a nível europeu e na relação Europa resto do Mundo, quer até e essencialmente pela reconversão do sector e fundamentalmente

pela urgência de se proteger algumas espécies, devido às consequências de sobre-exploração de que tem sido alvo ao longo dos anos.

Desta conjuntura, não se pode olvidar um factor base para a sua análise e compreensão. É que a partir de 1994, entrará em vigor uma nova política Comunitária de Pescas, que como é óbvio, a par de garantidos benefícios, projectará também outras vertentes menos favoráveis ao sector na Região.

Porém, a riqueza e a extensão da nossa ZEE e acima de tudo o esforço que se pretende desenvolver com cada vez mais eficácia de retirar (dentro de parâmetros de não sobre-exploração de determinadas espécies) retirar repito, um maior rendimento económico, nomeadamente, no aumento da captação dos grandes pelágicos migratórios, e também no aumento da exploração das espécies tradicionais de fundo de alto valor comercial, projecta o sector, no sentido de o mesmo responder positivamente aos desafios do futuro próximo.

O programa do V Governo Regional dos Açores, agora em discussão nesta Casa, dedica ao sector das pescas, dentro dos parâmetros de equidade, eficácia e objectividade de que o mesmo é portador, um capítulo, que pretende ser um retrato correcto, daquilo que o Governo aponta para ser realizado nos próximos quatro anos.

O sector das pescas, apresenta-se felizmente, não como cópia fiel de igual documento do anterior PMP 88/92, mas antes um documento sectorial novo, porque inovador e indicador de novas pistas para a melhoria, rentabilização e modernização do sector.

O contrário não se poderia esperar, porque o desenvolvimento integrado e global da Região, tem de ter em primeiro lugar, a vertente humana, e nas pescas tal, objectivo tem sido conseguido, primordialmente com a formação dos pescadores e a hipótese, sem paralelo, noutras paragens de possibilitar que alguns pescadores na área da pesca industrial, e não só, serem eles próprios os donos das suas embarcações. Valorizar ainda mais a componente - formação profissional - projectando outro grau de eficácia, no âmbito do ensino secundário, e na vertente técnico profissional, esta área tão importante para o nosso progresso sócio-económico, é tarefa a desenvolver.

Tais acções, projectam o homem, e dão à classe, outra alma e outra dinâmica, aproximando-a de padrões de vida, mais coerentes e humanistas.

Tal esforço de reconhecido valor, tem de continuar .

A investigação na área dos recursos marinhos e a fiscalização e controlo da actividade das pescas, de que a disponibilização de um navio de investigação para operar na zona Económica Exclusiva/Açores e a criação da Inspeção Regional das Pescas são exemplos de factores importantes, a terem um tratamento adequado nos próximos 4 anos, e cujos custos serão suportados em parte por financiamento comunitário.

Neste Programa, outros dados mobilizarão também o sector das pescas, para uma nova e continua dinâmica de progresso, mas estamos conscientes de que, o diálogo persistente de contínua defesa dos interesses específicos da pesca açoriana junto da Comunidade Europeia, tendo em vista a implementação de um regime de protecção da ZEE/Açores a partir de 1996, será a maior batalha, ou **o maior desafio que se apresenta ao Governo Regional dos Açores e primordialmente ao responsável do sector.**

Nos Açores, outras vertentes se assumem agora como campos importantes para um trabalho exigente, mas difícil, como seja procurar com empenhamento e diálogo, implementar principalmente nos segmentos mais jovens dos trabalhadores da pesca, uma outra ideia, ou seja, ultrapassar quanto possível toda a tradição da pesca artesanal, projectando e mobilizando os jovens para os ganhos que poderão advir de uma pesca mais moderna, mais exigente, mas mais lucrativa, e mais eficaz como é exemplo a pesca costeira.

É importante, assim referir, que uma das estratégias a seguir assenta em progressivamente, se ir "passando" a pesca artesanal, mais para uma acção de "part time" do que propriamente uma actividade profissional activa.

A procura de novos mercados, a continuação da construção de lotas e redes de frio, e uma nova e urgente dinâmica para as associações de produtores, aliada à criação de um espaço de racionalidade económica que junte num esforço de uma correcta cooperação inter-regional, os Açores, o País Basco, a Madeira e Cabo Verde numa promoção junto das instâncias comunitárias da especialidade da pesca de atum, promoverão o sector e ganhará a Região em termos sócio-económicos.

O Governo no âmbito da sua actividade de executar o programa apresentado e a aprovar por esta Casa, terá de continuar a apostar numa política correcta, de

adaptação, melhoria e construção de portos de pesca modernos e eficazes para responder às exigências, que os novos tempos, trazem ao sector.

Mas o programa do Governo é inovador, também nesta vertente, dado que apostando naquilo que deve ser uma aposta primordial, deste V Governo, introduz como objectivo a alcançar, uma transferência gradual para as organizações da produção de competências, serviços e estruturas públicas, que operam na área das pescas.

É evidente, que como em qualquer área de desenvolvimento, para se assegurar metas visíveis e seguras de êxito, as pescas têm de assentar toda a sua estratégia de crescimento numa política integrada do sector, o que felizmente se encontra definido com medidas concretas, nos enunciados deste programa do Governo.

Considerando o alto valor que representa para os Açores, este segmento fundamental para o desenvolvimento sócio-económico da Região, e tendo em atenção a realidade actual da economia regional, inserida num contexto internacional de dificuldades, fazemos votos para que os nossos pescadores, os industriais, os exportadores e todos quantos fazem desta actividade a sua vida, se motivem para uma conjugação de esforços, tendo por meta a defesa e a promoção do sector que tem dificuldades próprias, algumas das quais de previsão impossível, e portanto de desfechos não controláveis.

Contamos com o saber dos nossos homens do mar, da sua argúcia, do seu espírito de sacrifício, para que este desafio que pretende projectá-los profissionalmente seja um dado adquirido, e contributo indispensável para se vencerem os desafios da modernização.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente** (*Eugénio Leal*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Srs. Membros do Governo:

Ao apresentar os sectores do Turismo e Ambiente do Programa do V Governo regional, tenho presente a evolução recente constatada nestas áreas, bem como a perspectiva da sua evolução face aos indicadores disponíveis.

Ao nível dos conteúdos programáticos parece não existirem grandes divergências com os partidos da oposição e portanto não ser previsível o surgimento de grandes controvérsias, o que não significa não haver um debate vivo, com efeito, o único programa apresentado em campanha eleitoral, para além do do PSD, no que aos sectores em causa diz respeito, **é claramente de inspiração Social-Democrata**, porquanto no conjunto das estratégias e acções a levar a efeito em nada acrescenta de significativo ao Programa apresentado e aprovado por esta Assembleia em 1988, bem como ao discurso oficial mantido nos últimos 4 anos. **Certamente porque terá sido reconhecido o bem fundado das suas propostas.**

**À excepção da brilhante conclusão de que somos excedentários e exportadores de frutas e legumes. Não se descortinam razões relevantes para que este programa não mereça o melhor acolhimento por parte da própria oposição ao Governo.**

O Programa do IV Governo Regional apresentava nos seus traços essenciais o que se viria a concensualizar como modelo de desenvolvimento turístico para os Açores.

Concedendo-lhe carácter prioritário no conjunto da política de desenvolvimento da economia Açoriana, tomou claramente partido por uma estratégia de desenvolvimento que subordina o crescimento do sector a uma evolução qualitativa determinante.

Prossegue-se o crescimento sim, mas subordinado a uma óptica de verdadeiro desenvolvimento.

**Não queremos pois turismo a qualquer preço.** Havendo pois que implementar as políticas que nos protejam dos malefícios resultantes de um turismo desequilibrado e devastador com efeitos altamente destrutivos em vários destinos de que os Açores não serão seguramente mais um exemplo.

*(Aparte inaudível do Deputado Dionísio Sousa).*

**O Orador:** Dois vectores fundamentais resultam deste enunciado genérico por um lado, a consideração da integridade social, do património ambiental e cultural simultaneamente como substrato, mas também como limite do desenvolvimento pretendido.

Tem-se pugnado por um crescimento que se quer gradual e sustentado, garantindo a protecção daqueles valores e a manutenção das condições de excepção de que o destino potencialmente disfruta.

Por outro lado, a definição e defesa intransigente do conceito de qualidade aplicada ao destino que por controverso que seja, sempre há-de significar a promoção de estruturas turísticas de acolhimento e animação enquadradas e valorizadas, potenciadoras de produtos turísticos atractivos e competitivos, apoiados por um nível de serviços de superior qualidade que se pretende sejam a marca identificadora do destino.

Tendo em consideração a dimensão e os problemas estruturais do destino, impunha-se diagnosticar as condicionantes e estrangulamentos procurando suscitar as posturas activas e uma dinâmica realizadora capaz de proporcionar o crescimento e a diversificação da oferta e em consequência redimensionar a operação turística para os Açores.

Um sector empresarial tradicionalmente inerte tem vindo a reagir de uma forma gradual e progressiva aos estímulos entretanto criados e aperfeiçoados que pela excepcional intensidade e regime dos apoios considerados se revelaram extraordinários instrumentos de dinamização do investimento.

**Os resultados obtidos traduzem insofismavelmente um sucesso que de longe excedeu as expectativas mais optimistas no que às operações concretas diz respeito.**

**Que a oferta cresce e diversifica é irrefutável.**

Senão vejamos.

Durante os últimos quatro anos foram aprovados 195 projectos que representam um montante global de investimento superior a 16 milhões de contos, que se divide por todas as ilhas da Região e uma grande diversidade de tipologias, desde a construção e remodelação de unidades hoteleiras, à restauração, ao turismo em espaço rural



passando pela animação, o que de acordo com a ainda reduzida dimensão da oferta Açoriana assume um significado muito especial.

Hoje, felizmente, já não falamos somente em meras intenções de investimentos. Falamos, isso sim, de projectos definidos, temporalizados, aprovados, financiados, grande parte dos quais se encontrando já em fase de execução.

Como é facilmente apreensível, todas estas operações e a execução material dos projectos não pode por natureza **ter um impacto imediato e automático** na oferta disponível para comercialização turística, **não sendo portanto de acolher reivindicações pouco esclarecidas que postulam um crescimento da oferta de alojamento em ritmos incompatíveis com a actual fase de construção do sector e com os valores que o envolvem.**

**Presidente:** Sr. Secretário, conforme pediu, devo informá-lo de que atingiu os 10 minutos.

**O Orador:** Obrigado Sr. Presidente.

**Esse seria com efeito passe de mágica que política alguma pode produzir por esclarecida e clarividente que seja.**

Procuramos de uma forma racional e eficaz orientar o esforço promocional para os mercados potencialmente mais importantes, de acordo com a oferta real e previsível do destino.

Os ritmos de crescimento constatados ao nível da oferta como ao nível da procura são por si só extraordinários e dentro dos limites que a nossa dimensão como destino turístico aconselham.

**Que fique claro que se não recusamos a inspiração em exemplos de soluções alicerçadas na defesa dos valores essenciais atrás referidos não queremos ser comparados com destinos identificados por meras referências quantitativas às camas turísticas e contingentes de procura cuja dimensão está frequentemente na razão inversa da sua qualidade intrínseca.**

**Deputado Dionísio Sousa (PS):** Esse turismo não existe.

**O Orador:** Para que o turismo dos Açores tenha qualidade e seja instrumento de progresso e não desagregação social e degradação cultural e económica

**precisamos de continuar a crescer. Queremos crescer e vamos crescer. Mas de forma gradual harmoniosa e sustentada.**

Para isso o Programa do V Governo apresenta como principais objectivos sectoriais, os seguintes:

- Promoção do crescimento da oferta de alojamento turístico, procurando uma distribuição espacialmente harmoniosa e convenientemente ajustada à natureza e tipologia dos empreendimentos;
- Promoção da diversificação da oferta turística, nas suas diversas componentes, designadamente no campo de animação turístico-desportiva e cultural, visando o reforço da competitividade do destino Açores, pela criação de factores adicionais de atracção e retenção de correntes turísticas e, conseqüentemente, melhores índices de satisfação das procuras;
- Promoção da melhoria da qualidade da oferta turística, designadamente dos serviços turísticos, tendo em vista a criação e desenvolvimento de uma mentalidade favorável ao desenvolvimento do fenómeno turístico e do profissionalismo no sector, como marca identificadora do destino;
- Criação de uma imagem promocional mais consistente, de destino pacífico e de singular qualidade, potenciadora de correntes turísticas especializadas, que permitam o redimensionamento da operação turística para os Açores.

Com vista à consecução dos objectivos o Governo promoverá uma série de acções que estão definidas no seu programa.

Em conclusão poderei informar que face aos indicadores disponíveis a oferta regional e os fluxos turísticos tenderão a crescer, posicionando os Açores como um novo destino com níveis de actividade e qualidade singulares.

Contudo, tendo em consideração a conjuntura económica internacional não nos podemos esquecer que em épocas de recessão o turismo - sector dos mais permeáveis a influências exógenas - é geralmente dos primeiros a reflectir os efeitos resultantes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

**É do ambiente que depende a nossa vida quotidiana e a futura sobrevivência das gerações vindouras.**

**Deputado Francisco de Sousa (PS):** Muito bonito!

**O Orador:** Por isso, a responsabilidade que recai sobre todos nós na defesa e preservação do ambiente ultrapassa em muito aquilo que à primeira vista parece.

**A preservação da natureza não é compatível com o desenvolvimento e crescimento económico, desde que devidamente controlada e planeada a utilização da terra.**

**A verdade é que o homem com a sua necessidade de uma melhor e maior adaptação à comunidade, é tentado a destruir sistematicamente alguns recursos naturais. Mas é ele também que reivindica um melhor ambiente. Como forma de dar resposta às suas preocupações que não podem ser apenas no campo legislativo ou até mesmo ao nível dos órgãos de investigação e controle, mas fundamentalmente ao nível da própria actividade humana.**

**Só com a intervenção de todos, podemos proteger e gerir racionalmente a nossa Região.**

Na sociedade dos nossos dias bem como no futuro a educação será um dos vectores, se não o principal, o de maior importância, quanto aos problemas do ambiente e à sensibilização da população para eles.

A poluição não se limita apenas às fronteiras locais, das ilhas, da região e nacionais, pelo que a protecção do ambiente não é apenas uma questão de estética, mas sobretudo de bom senso.

Adequar o desenvolvimento à preservação do ambiente, na adopção de alternativas a modelos clássicos que mantenham a sua qualidade surge cada vez mais no primeiro plano das obrigações cometidas à administração. **Hoje desenvolver significa gestão integrada do território, complementaridade dos diferentes sectores e cuidados permanentes da sua compatibilização para com o ambiente desenvolver envolve e responsabiliza Estado, Região, Autarquia, Empresa e cidadão**, na medida em que horizontes de curto prazo vão dando lugar a sólidos projectos que investindo no futuro respeitam o passado e salvaguardam o presente.

Com vista à obtenção dos objectivos propostos, de entre as diversas acções a concretizar, pela sua importância, permitindo-me destacar:

- Criação de um novo quadro legislativo de reservas e paisagens naturais, zonas e sítios classificados acompanhado da formação de meios humanos necessários à sua fiscalização;
- Protecção da fauna e flora endémicas;
- Continuação das campanhas de sensibilização para o combate às diferentes formas de poluição;
- Combate à eutrofização das lagoas;
- Continuação do apoio às autarquias locais, na resolução dos problemas relacionados com a recolha e tratamento dos resíduos sólidos; como o temos vindo a fazer com sucesso em algumas delas;
- Colaboração com diversos institutos e organizações de carácter científico na realização de diversos projectos;
- Elaboração de planos de combate à poluição accidental das zonas litorais dotando a Região dos equipamentos necessários.

Sr. Presidente, Srs. Deputados Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo: A concretização do previsto no Programa do V Governo irá decerto permitir que possamos continuar na construção de um futuro ecologicamente sadio, preservando as exigências do meio ambiente para não nos arriscarmos a esgotar os recursos ao nosso dispôr comprometendo todo o crescimento futuro.

Termino com a citação de uma frase de poeta Americano e que julgo ser devidamente elucidativa e motivo de reflexão para todos nós com responsabilidades nesta matéria:

**Deputado Dionísio Sousa (PS):** Os poetas não contam!

**O Orador:** "Nós não herdamos a terra dos nossos antepassados; pedimo-la emprestada aos nossos filhos". Disse

**Deputado Dionísio Sousa (PS):** Nós não herdámos a terra, pois não!

*(Aplausos do PSD e do Governo).*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes para uma intervenção.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao abrigo das disposições estatutárias, o V Governo Regional dos Açores veio a esta Casa apresentar para discussão e aprovação, o seu programa que deveria ser um instrumento claramente definidor dos parâmetros da sua actuação no decurso dos próximos 4 anos.

Neste pressuposto pensei que o documento em análise fosse mais do que uma cópia " IPSIS VERBIS" do programa eleitoral do PSD apresentado nas eleições passadas.

Aproveitando esta oportunidade vou debruçar-me sobre uma área de extraordinária importância para os Açorianos, que é a protecção civil.

Este sector assume relevância entre nós, pelo facto de sermos uma região, infelizmente bastante sujeita a catástrofes naturais que são sobretudo a consequência dos tremores de terra, erupções vulcânicas, ciclones, inundações e deslocamentos de terra.

A confirmar esta nossa vulnerabilidade, temos experiências passadas que nos demonstram, até pela via empírica, que toda e qualquer parte desta Região pode ser atingida por uma catástrofe natural, sem nenhum aviso prévio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não podemos nem devemos comprometer a segurança de pessoas e bens. Se os anteriores Governos Regionais já algo fizeram no âmbito da protecção civil, também é certo que mais se devia ter investido. A propósito o IV Governo só dispendeu para este sector 0,7% do seu orçamento .

Este programa, em discussão, peca também por ser pouco esclarecedor na área acima mencionada e não faz qualquer referência às telecomunicações, nomeadamente a optimização da rede de rádio da protecção civil, que para uma cobertura pretendida, serão necessários cerca de 500 mil contos.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Para o ano hão-de ser 5 milhões.

O Orador: A propósito faço aqui um parênteses, para mais uma vez alertar responsáveis regionais de irresponsabilidade proveniente da falta deste meio de comunicação em 2 Fajãs de São Jorge, concretamente na Caldeira de Santo Cristo e Fajã dos Cubres. Estes dois lugares, para além de serem habitados todo o ano,

recebem centenas de turistas, dos quais, a maioria de idade avançada, que aqui se deslocam para realizarem um dos mais aprazíveis passeios a pé dos Açores.

Estranho que o programa em apreço, e no que concerne à protecção civil, não faça qualquer referência à rede regional sísmicovulcânica, que deveria ser totalmente ligada por um sistema "on line" e abrangendo com a eficiência possível, sobretudo as ilhas desta Região, mais sujeitas a tremores de terra.

Também reparo que não houve a preocupação de incluir a implementação dos centros de coordenação operacional e a criação do Centro de formação para bombeiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Do documento em análise e no âmbito da matéria que estou a abordar, cito o seguinte parágrafo:

"Dotar as Corporações de Bombeiros Voluntários de adequadas instalações e equipamentos, dada a sua relevância no quadro do sistema da protecção civil açoriana"

Neste capítulo e no seu último parágrafo (supra citado) o Governo não faz qualquer referência a uma eventual cooperação financeira com Associações de Bombeiros, por forma a garantir o pagamento dos respectivos quarteleiros, que são as verdadeiras sentinelas do sistema regional de protecção civil.

As corporações de Bombeiros não podem sobreviver, sem subsídios para as suas despesas correntes, nem sujeitarem-se ao critério das Câmaras Municipais que só disponibilizam verbas para este fim, se assim o entenderem, porque mais do que isso, não lhes é exigido por lei.

Por esta razão conheço, nesta Região, Associações de Bombeiros que aguardam com ansiedade a atribuição do eventual subsídio camarário referente ao corrente ano.

Terá que haver maior responsabilidade a este nível.

É necessário suportar as despesas correntes das Corporações de Bombeiros, atribuindo subsídios, por força da lei, e criteriosamente regulamentados.

Para além desta grave lacuna, não nos devemos esquecer dos "Soldados da Paz" porque são estes que voluntariamente constituem a coluna vertebral da protecção civil. Por isso, o Estatuto Social do Bombeiro, nesta Região deverá contemplar outras regalias próprias da nossa especificidade.

(Risos do Deputado Jorge Cabral)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já a finalizar a minha intervenção, faço questão em dizer que a segurança das populações também depende do seguinte:

- Recuperação do parque habitacional de estrutura inseguro;
- De um maior empenhamento das comissões locais de protecção civil ao nível da sua preparação;
- De uma maior sensibilização junto das autarquias para que estas tenham uma presença mais responsável no âmbito das comissões locais de protecção civil;
- Da construção dos quartéis de bombeiros em falta e já prometidos em anteriores Governos;
- Da aplicação do regulamento de segurança contra incêndios, já em vigor no Continente português;
- De um tratamento, conveniente de troços de estradas e fontes inseguras, por forma que resistam às possíveis catástrofes, garantindo assim a actuação das forças da protecção civil local.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Nesta minha primeira intervenção neste Parlamento desejo, antes de mais, saudar Vossa Excelência Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, assim como todos os Senhores Deputados a quem formulo votos dum proficuo trabalho em

prol da afirmação do nosso regime autonómico, da constante dignificação da nossa função e do prestígio desta Câmara.

De igual modo saúdo vossa Excelência Senhor Presidente do Governo Regional e todos os seus membros a quem auguro os maiores êxitos na sua acção, conducentes a um cada vez maior desenvolvimento da nossa Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Programa do Governo que agora e aqui compete apreciar e votar contém os princípios orientadores de toda a sua actuação política e as medidas que pretende implementar nas diversas áreas da sua actividade, orientações e medidas essas que merecem o apoio da maioria do povo dos Açores:

É, na minha perspectiva, um programa simultaneamente aliciante e ousado.

Aliciante na medida em que se propõe levar a efeito iniciativas em diversas áreas que, se concretizadas, contribuirão duma forma decisiva para o progressivo desenvolvimento da nossa Região.

Aliciante porque se propõe desenvolver uma política integrada nos sectores da saúde, higiene e segurança no trabalho, ordenamento do território, protecção civil e defesa do consumidor tendo em vista colocar a pessoa humana cada vez mais como centro de toda a acção de desenvolvimento.

Aliciante porque elege a educação, a formação e a orientação profissional como factores determinantes do desenvolvimento integral da pessoa humana.

Aliciante, ainda, porque defende um maior protagonismo da sociedade civil no processo de desenvolvimento regional e propõe medidas que visam a redução do peso do Estado e o aumento da eficácia e da qualidade dos serviços públicos.

Mas é também um programa ousado.

Ousado, antes de mais, porque os princípios nele defendidos e as medidas nele propostas estiveram na base da confiança que a maioria do eleitorado deu ao Partido Social Democrata, cujas expectativas criadas não podem ser, de modo algum, frustradas.

Ousado, também, porque a implementação dos seus princípios e a concretização das suas medidas exigem um esforço muito grande em termos humanos, técnicos e financeiros.



Ousado, finalmente, porque tratando-se dum programa para o próximo quadriénio a sua aplicação coincide com um período em que se começa a visionar sinais de recessão económica em todo o mundo o que implica estagnação ou diminuição da actividade económica com o conseqüente abaixamento dos índices de bem estar social.

As orientações e as medidas preconizadas por este programa são, no meu entender e pelas razões sucintamente expostas, na sua globalidade muito positivas, mas esperamos que estas medidas e princípios tenham efectiva expressão nos planos e sejam objecto de correcta execução.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O período em que se inicia o mandato deste V Governo é particularmente difícil, quer por razões externas, quer por motivos internos.

Externamente porque, conforme referi, a recessão económica cujos sinais já são visíveis mesmo nos países mais industrializados do Mundo terá os seus reflexos na economia desta Região que, por ser uma economia aberta e dependente, está sujeita às suas nefastas conseqüências.

Internamente, porque embora ainda não tenha atingido valores preocupantes, o ritmo de crescimento da dívida pública regional tem-se acentuado nos últimos anos, o que obriga e impõe uma gestão rigorosa dessa dívida.

É por isso necessário adoptar uma política prudente e realista, que assente numa definição criteriosa das prioridades com base nos recursos disponíveis, mas tendo sempre em consideração a unidade e o desenvolvimento harmonioso desta Região.

Estou, no entanto, convicto que este Governo saberá, com o trabalho, a tenacidade e o empenhamento já anteriormente demonstrados ultrapassar os períodos difíceis que se avizinham.

No entanto, para que tal aconteça é também imperioso o diálogo permanente e aberto do Governo com esta Câmara, no recíproco respeito pelas respectivas competências, e com todas as forças políticas e parceiros sociais, no fundo com todos os sectores da sociedade açoriana que poderão e deverão contribuir positivamente na procura das melhores soluções possíveis para os problemas que se nos irão deparar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se, por um lado, o Governo deve manter a sua intervenção nas áreas de carácter social contribuindo com a sua acção, nomeadamente, para um maior acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde e para uma melhor qualidade dos serviços, para melhorar o acesso à habitação, para minorar as situações de marginalidade e de exclusão social, dentro duma política global de acção social assente num quadro de solidariedade activa, deve, por outro lado, reduzir o seu peso e intervenção nas áreas económicas, contribuindo e fortalecendo a iniciativa empresarial.

Por isso é de registar e saudar o facto do programa deste Governo preconizar que a iniciativa privada deverá desempenhar um importante papel no desenvolvimento regional, como base no princípio social-democrata da subsidiaridade da acção do Estado. A esta caberá impulsionar e estimular as estratégias empresariais correctamente delineadas, apoiando-se com os adequados incentivos de forma a minorar os inerentes riscos e contribuir para a sua modernização tendo em vista o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos.

Para tal é absolutamente indispensável uma maior desburocratização da Administração de forma a que não seja esta, com a sua actuação normalmente morosa e complicativa, a dificultar e a desmotivar a iniciativa privada.

É, por conseguinte, indispensável que haja uma maior celeridade do Governo e da Administração nas respostas a dar aos problemas que lhes são colocados, em geral, pelos cidadãos e, em particular, pelos investidores na análise dos estudos e projectos que lhes são entregues e nos apoios que lhes são solicitados.

Neste sentido apraz registar a medida já formalmente anunciada pelo Senhor Presidente do Governo Regional no sentido deste Governo, nas reuniões que regularmente fizer nas três ilhas onde se encontram sediados os diversos departamentos governamentais, aí permanecer durante alguns dias.

Tal medida, inovadora sem dúvida, permitirá, por um lado, imprimir uma maior rapidez e eficácia à actuação governativa e, por outro lado, uma maior aproximação entre governantes e governados que contribuirá para um melhor conhecimento por parte daqueles da natureza e justeza dos problemas e preocupações por estes manifestados.

O princípio duma maior participação da iniciativa privada no desenvolvimento regional defendido e preconizado no Programa do Governo passa necessariamente por uma efectiva política de privatizações e alienação das participações financeiras detidas pela Região nas empresas que terá de prosseguir duma forma determinada mas também segura acautelando-se os interesses de todos aqueles que nessas empresas trabalham e assegurando-se previamente da confiança e da credibilidade dos eventuais investidores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acompanharemos duma forma empenhada e interessada a actuação deste Governo ao longo do seu mandato.

Dispomo-nos na medida das nossas possibilidades e dentro dos poderes e competências que nos estão legalmente fixados e atribuídos, a apoiar duma forma abnegada mas responsável as orientações e medidas ora propostas neste programa, mas também não abdicamos de, duma forma respeitosa mas séria e frontal, alertar o Governo para os eventuais erros que no nosso entender estejam a ser cometidos e distorções que estejam a ser praticadas.

Fá-lo-emos por força e em nome da nobre e honrosa missão que nos foi conferida pelo mandato popular, mas também porque pretendemos, como verdadeiros sociais-democratas, que a confiança em nós depositada seja renovada e, se possível reforçada, pelo povo desta Região quando for chamado a julgar a nossa actuação.

Muito obrigado.

*(Aplausos do PSD e do Governo).*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (*Gualter Furtado*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A economia Açoriana encontra-se cada vez mais inserida na economia Nacional e Internacional, com especial destaque para a Comunidade Europeia, para tal basta verificar o seu grau de abertura ao exterior e que pode ser medido pelo peso do

comércio externo dos Açores em relação ao PIB. Esta realidade que é típica nas pequenas economias insulares, no caso Açoriano acentua-se bastante, em parte resultado da melhoria dos indicadores de bem estar e também dos variados projectos realizados quer pela Administração Pública, quer pela iniciativa privada.

Este fenómeno gera naturalmente situações de inter-dependência e mesmo dependências, razão porque numa economia e numa sociedade como a Açoriana tem de prestar uma atenção redobrada à envolvente externa, sob pena de sermos confrontados com dificuldades acrescidas, dadas as tendências e mesmo realidades que se vivem actualmente em todo o Mundo.

Longe vai o tempo em que o que se passava na casa do nosso vizinho era um problema alheio e não constituía motivo de preocupação.

Embora as previsões e a análise da conjuntura sejam realmente difíceis de retratar em toda a sua extensão dado a rapidez da mutação dos fenómenos e a incapacidade dos instrumentos analíticos em acompanhá-los, **todos os analistas concordam que vivemos hoje uma situação generalizada de restrições e um clima de contenção, com prováveis cenários de crescimento nulo e mesmo negativo.** E esta conjuntura não é apenas vivida nos Países e Regiões mais atrasados, ela afecta mesmo Países ricos da Comunidade e Nações como os Estados Unidos da América. Altas taxas de desemprego e esquemas de segurança social à beira da rotura não são uma miragem, repito mesmo em Países com elevados níveis de rendimento.

As vagas de Protecção, e as necessidades de ajustamento nos Orçamentos, apontando para a conseqüente redução dos défices em relação ao PIB, a par da contenção da Dívida Pública, por parte de Países que até agora têm constituído o núcleo duro do financiamento do Orçamento da Comunidade, fazem antever dificuldades acrescidas. Esperamos que este ciclo não se prolongue e que o aprofundamento da integração **Europeia se acelere.** Já que é hoje um dado adquirido que as expectativas e o optimismo gerado em torno do Novo Quadro Comunitário de Apoio e do **Fundo de Coesão estão bastante mais arrefecidas.** O Governo Regional e o Governo da República estão atentos a estas tendências e tudo farão com a participação de outras entidades públicas e privadas para minimizar os constrangimentos mais do que previsíveis.

Se aliarmos a estas perspectivas Europeias a realidade Norte Americana, e os seus reflexos nas fontes de financiamento do Orçamento Regional, tanto directa como indirectamente, temos de fazer um grande esforço para traçar um quadro de referência realista, sem falsas expectativas, e que evite, ao mesmo tempo, situações de ruptura. O **próximo Plano de Médio Prazo** tem de conter um conjunto de realizações que se ajustem **a uma política Orçamental prudente e assente tanto quanto possível numa correcta adequação das despesas às receitas.**

Neste cenário, o necessário crescimento do PIB regional, como meio de salvaguardar a estabilidade nos mercados reais, em particular no mercado de emprego bem como nos monetários e financeiros, tem de ser preferencialmente realizado com uma participação activa do sector privado, tanto interno como externo à Região.

**Razão porque vamos privilegiar o diálogo e a concertação social como já referiu o Senhor Presidente do Governo.** A promoção das exportações e do investimento privado assente em bases sólidas terão todo o nosso apoio e serão actividades a serem desenvolvidas **preferencialmente pelo sector privado.**

**Não basta apenas apelar ao sector Privado, como muito bem disse e fez o Senhor Presidente do Governo;** O sector público terá de dar sempre o exemplo. O Governo Regional retomando o seu programa eleitoral coloca, no topo da hierarquia dos seus objectivos o combate aos desperdícios, ao despesismo, à falta de cuidado perante os bens públicos, ao crescimento forçado das necessidades, e esta preocupação de contenção deve ser exercida nas pequenas e grandes coisas (desde a actividade dos gabinetes aos grandes projectos). Mas em contrapartida apoiaremos todas as acções que contribuam para melhorar a produtividade e a eficiência do Sector Público e se elimine ou transfira para outros operadores funções altamente desnecessárias. A diminuição do peso do Estado na sociedade e na economia é o nosso objectivo.

Evidentemente que estes princípios devem ser alargados a todos os serviços públicos incluindo os fundos e serviços Autónomos e as empresas e Institutos Públicos.

Para alcançar estes objectivos contamos, naturalmente, com a colaboração de todos e principalmente com a **contribuição daqueles dirigentes, funcionários públicos e trabalhadores competentes e dedicados e que, felizmente existem na nossa Região.**

**Princípios de rigorosa contenção nas despesas correntes**, exigem medidas incentivadoras à mobilidade e flexibilização da Administração Pública, no respeito da pessoa humana e da legislação em vigor. **Antes de um dirigente, seja de que nível for, pedir mais um funcionário, tem de perguntar perguntar primeiro a si próprio, se os que tem à sua volta estão ou não convenientemente aproveitados.**

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** As acções de formação profissional continuarão a estar na primeira linha das nossas preocupações e em articulação com o Departamento dos Recursos Humanos.

A orientação financeira do Governo está bem expressa no Programa eleitoral e com o qual estamos comprometidos . A complexidade dos fenómenos actuais exigem uma grande articulação com o Governo da República em áreas como a Cooperação Financeira e dos Programas Operacionais, razões por que já estamos a trabalhar com o Ministério das Finanças e com o Ministério do Planeamento e Ordenamento do Território em protocolos e Programas, que minimizem os efeitos negativos dos constrangimentos existentes. Aliás, temos já **hoje uma experiência muito positiva nos Programas Operacionais**, e dos quais têm beneficiado outras entidades como as Autarquias, as empresas Públicas e privadas e a Universidade dos Açores. Aliás, neste campo, manteremos a cooperação com as Autarquias e principalmente reservando-lhes uma **quota positiva** na apresentação de Projectos dos Programas Operacionais e facultando-lhes apoio técnico nos diversos domínios. Cooperação séria e responsável são ingredientes indispensáveis para que resultem da nossa acção conjunta resultados positivos para as populações e deste ponto de vista não há pois, razões para haver infundadas preocupações.

Um outro importante elemento estruturador da economia, apoia-se numa Política de alienação das empresas que são património da Região (na íntegra ou participadas). Esta tarefa não é **fácil e só por demagogia** ou desconhecimento da realidade se resolve este problema com a simplicidade que tenho tido a oportunidade de ler e ouvir da boca de **alguns políticos e pseudo-analistas**.

Considerando que a tarefa não é fácil, tudo faremos para que o processo da transferência e alienação do capital a privatizar ou reprivatizar, seja um elemento

estruturador do sector privado da economia, no respeito da legalidade e os interesses Regionais. Teremos um longo diálogo com os legítimos representantes das actividades económicas para podermos aferir melhor quais os problemas e as melhores soluções a adoptar. Não temos preconceitos nesta matéria e consultaremos quem melhor está posicionado no plano Regional e Nacional para nos aconselhar. **Aproveitaremos o trabalho já realizado nesta área das privatizações e seguiremos a estratégia oportunamente definida.**

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Mais estudos?!

**O Orador:** Os meus estudos quem faz sou eu!

*(Risos do PSD e do Governo).*

**O Orador:** A estabilidade do mercado de emprego (temos uma das mais baixas taxas de desemprego da Europa), um andamento dos preços compatível com o objectivo da convergência nominal e real do País, o controle do défice do Sector Público constitui preocupação dominante da nossa acção. **Os tempos que se avizinham não serão fáceis para nós**, porque não serão também fáceis para os residentes em Países tidos como os mais desenvolvidos e ricos do Mundo, e temos mesmo de estar preparados, para com realismo enfrentarmos os desafios que temos pela frente. Tudo faremos para não introduzir falsas expectativas e num clima de Concertação Social, que se pretende discreto e eficiente, podermos em conjunto encontrar as soluções que se impõem sem fugir à responsabilidade e utilizaremos a linguagem que nos é reconhecida.

Finalmente quero reafirmar a nossa postura, perante os Srs. Deputados, que é de trabalho e cooperação e de total e aberta lealdade, como é meu apanágio.

Muito obrigado.

*(Aplausos do PSD e do Governo).*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

**Deputado Ricardo Barros (PS):** Sr. Presidente, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Da análise crítica ao Programa do V Governo Regional, que é dever e obrigação dos partidos da oposição, coube-me a tarefa de tecer alguns comentários ao sector da Habitação.

Antes de mais, importa salientar que me parece errada a separação que o Governo persiste em fazer, entre património habitação e sociedade ou, se preferirem, entre urbanismo e políticas de habitação e de preservação do património.

Por outro lado, gostaria de dizer que é minha convicção que os regimes de propriedade e de ocupação habitacional reflectem sempre, e numa perspectiva dinâmica, quer os padrões e níveis de desenvolvimento e de transformação económica e sócio-cultural, quer os modelos institucionais de funcionamento de uma dada sociedade.

Assim e, feita a abordagem, ainda que de forma sucinta, ao enquadramento metodológico que devia enformar a orgânica governativa num sector de vital importância para o desenvolvimento e bem estar da sociedade açoriana, importa escarpelizar as medidas anunciadas neste programa do Governo e apontar algumas metas que me parecem ser as mais eficazes na prossecução de uma política de habitação cujo alcance deve ser o de atingir um maior número de famílias e beneficiar, em primeira instância, os casais jovens.

Não posso deixar de referir como suporte à minha intervenção, ainda que seja de forma cautelosa a recente reportagem do Correio dos Açores vinda a lume no passado dia 11 de Novembro, corroborada pelo noticiário da RTP/A do último domingo.

Pela junção das ideias extraídas dos documentos referidos, ficamos a saber que este V Governo Regional pretende subtrair uma fatia substancial do próximo orçamento que se prevê seja, neste domínio de cerca de 2 milhões de contos, e afectá-la à construção de bairros sociais sobretudo nas ilhas onde se reconhece existirem bolsas de pobreza.

Gostaria de afirmar que não somos contra a construção de bairros sociais desde que eles não constituam autênticos guetos, onde a marginalidade seja uma realidade que choque o cidadão mais atento e preocupado com a sorte do seu semelhante .



Pode e deve o Governo construir bairros sociais devidamente integrados nas comunidades e que ofereçam as condições necessárias a quem deles tenham de se socorrer, criando desde logo as infra-estruturas julgadas suficientes e que passam necessariamente pela existência de espaços verdes, escolas, zonas de convívio e de recreio, ou seja e em suma locais onde valha a pena viver. Porém, o que não podemos aceitar é que o Governo venha dizer que, para atingir tais objectivos, eles tenham que ser através de cortes de verbas que fundamentalmente iriam beneficiar uma camada significativa da nossa juventude ou, se preferirmos, ao de uma população já de si debilitada em termos económicos.

Está mais do que demonstrado que as verbas disponibilizadas nos últimos anos pelo Governo para o apoio à construção de novas habitações ou para a aquisição de casa própria se revelaram insuficientes e deixaram de fora muitos casais jovens que, de outra forma não podem aspirar a uma habitação condigna.

É de resto lamentável que o Governo não só não tenha sido capaz de perceber o alcance social de uma política de habitação eficaz, como também não tenha sequer sido suficientemente perspicaz para perceber a necessidade de ser mais célere na atribuição dos subsídios prometidos e tenha submetido os casais jovens a esperas que, nalguns casos ultrapassaram de longe um ano, obrigando-os assim a recorrerem à banca para poderem satisfazer os compromissos assumidos na compra das suas habitações o que, às taxas de juros praticadas no mercado bancário, oneram a compra em montantes muito acima das suas possibilidades.

Aliás a política de subsídios deste Governo, em todos os domínios, peca não pelos montantes aprovados mas pela longa demora na sua atribuição.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs Deputados:

Relativamente ao apoio à habitação degradada gostaria de dizer que estou, em princípio, de acordo com a política implementada pelo IV Governo, nomeadamente com a descentralização para as Juntas de Freguesia de um programa que reputo de fundamental importância para a preservação do nosso parque habitacional.

Creio no entanto que, nesse domínio há que proceder a correcções urgentes como sejam a de não fazer depender a atribuição de subsídios à visita do Sr. Secretário da Habitação e Obras Públicas à ilha respectiva, porque tal desiderato obriga à

acumulação de projectos e, o que é mais grave, ao descrédito em tais medidas de política que se desejam eficazes e geradoras das correcções e assimetrias gritantes sobretudo nas nossas zonas rurais.

Parece-me igualmente de corrigir o facto de não existirem indicações precisas quanto à aplicação de tais verbas até porque, de outra forma, não se compreenderia que as mesmas nem sempre se destinem a ajudar os cidadãos de facto mais carenciados .

Finalmente, importa salientar que os comerciantes e industriais queixam-se frequentemente da morosidade no pagamento dos materiais fornecidos, ao abrigo do programa referido, o que não abona em favor do Governo e pode levar a expedientes menos correctos para quem se habituou a considerar o Estado como um mau pagador.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Não basta que a Constituição da República Portuguesa reconheça que "Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar". É preciso que o Governo avance, sem tibiezas, com apoios claros e seja mais célere na atribuição dos subsídios.

É ainda preciso que o Governo demonstre no sector da habitação, que também os Açores são parte integrante da Europa.

*(Aplausos do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Gil Ávila

**Deputado Manuel Gil Ávila (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma das grandes apostas do Programa do V Governo é sem dúvida na Educação.

Qualquer Governo que no seu Programa coloque a Educação como uma das grandes prioridades é sinal que deseja ao Povo que governa, melhor qualidade de vida, maior participação na vida política do seu País ou Região, mais e melhor iniciativa privada e gosto de continuar a viver e trabalhar no local onde nasceu.

Mas para que tudo isto seja uma realidade não basta colocar a Educação como uma das grandes prioridades. É necessário um grande esforço no sentido de se proporcionar à população meios para o que acima citei se consiga atingir.

É necessário:

- . promover a capacidade de escolha e inovação;
- garantir a igualdade de oportunidades a todos os jovens;
- .contribuir para a integração social dos deficientes;
- .melhorar a qualidade do ensino em todas as ilhas;
- .valorizar a carreira docente;
- .criar novos incentivos à fixação de professores e outros técnicos, em áreas geográficas mais carenciadas, como por exemplo na introdução de um sistema de crédito bonificado à aquisição ou construção de habitação própria;
- .melhorar os edifícios e equipamentos escolares;
- .apoiar o ensino privado e cooperativo;
- .continuar a promover a via profissionalizante e o ensino tecnológico ;
- .aplicar a reforma educativa com adaptações às especificidades regionais;
- .melhorar a administração e gestão escolar;
- .reforçar a autonomia dos estabelecimentos de ensino;
- .criar incentivos à frequência do ensino superior;
- .continuar a apoiar a formação profissional no artesanato e sua divulgação.

Enfim como disse é necessário um grande esforço, disponibilidade e capacidade para que os açorianos possam ter todos os mesmos direitos.

Urge pois neste dealbar de uma nova Legislatura, passar das intenções aos actos concretos, e porque para nós o que conta é resolver com oportunidade as carências ainda não ultrapassadas, é preciso implementar as medidas já anunciadas, para que o 10º e 11.ºs anos de escolaridade sejam uma realidade em ilhas como por exemplo S. Jorge, Flores ou Graciosa e mesmo Pico e Santa Maria, permitindo assim criar outras oportunidades para a fixação tão importante das populações à terra onde nasceram.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O programa do V Governo agora em discussão tem tudo o que citei, assim como o modo de atingir os objectivos. É um Programa que tem, acima de tudo, por objectivo, dar à população dos Açores o que a mesma deseja e merece.

Os açorianos já sabiam e voltaram a responder, que podiam contar com o PSD.

O nosso manifesto eleitoral continha propostas coerentes afirmando o que o PSD desejava para os Açores.

Fomos compreendidos e por isso estamos hoje nesta Casa com o Programa do V Governo do PSD em discussão.

O nosso programa foi baseado no que apresentamos a julgamento dos eleitores. E como sempre temos cumprido o nosso contrato, o Povo dos Açores mais uma vez nos projectou para a vitória e mais uma vez vamos cumprir para voltar a vencer!

Disse.

*(Aplausos do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Antes de mais, permitam-me que saúde V. Ex<sup>a</sup> nesta minha primeira intervenção parlamentar desta legislatura, a todos endereçando os meus respeitosos cumprimentos.

Durante os últimos 12 anos, habituei-me, desde a 1<sup>a</sup> hora a respeitar V. Exas. como os legítimos representantes do povo açoriano, **nesta casa mãe da nossa Autonomia**, tendo procurado **sempre fazer** do debate político um exercício da inteligência, da tolerância e da procura do conhecimento aprofundado das diferentes questões aqui abordadas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O debate político do Programa do V Governo, assume, no caso da agricultura, e no contexto actual, aspectos muito particulares.

Desde logo, porque algumas das mais importantes decisões de política agrícola, já não nos pertencem, pois nascem nos órgãos de decisão comunitários, Conselho e Comissão.

Estas decisões comunitárias, definindo objectivos políticos muito claros, envolvem não só a obrigatoriedade da sua execução, como também disponibilizam parte dos meios financeiros para a conseguir envolvendo, como é óbvio, há a também obrigatória participação financeira do Estado Membro.

Por outro lado, os grandes objectivos de política agrícola, são inesperadamente influenciados (na maioria das vezes no sentido negativo) pelo comportamento dos mercados, ou seja, da envolvente externa, que directamente se reflecte na nossa pequeníssima realidade económica, dependente, acima de tudo, do custo de factores e da exportação.

Também é indispensável ter em conta que toda a política de estruturas, quer a comunitária quer a que envolve um conjunto de medidas especificamente regionais, e por nós decidida e elaborada é sempre de lenta aplicação, envolvendo elevados encargos financeiros, levando a que os seus benefícios não sejam muitas vezes sentidos pelo agricultor quando dela mais necessita. Em contrapartida, a política de mercados, envolvendo na sua esmagadora maioria decisões comunitárias, faz sentir os seus reflexos de forma imediata, alterando repentinamente as regras do mercado e, conseqüentemente, as perspectivas dos diferentes agentes económicos face ao mesmo.

Como exemplo, posso afirmar, que terá mais consequências imediatas na economia leiteira da Região, a recente decisão política da Comissão em antecipar os mecanismos de protecção previstos na 2ª etapa de adesão, do que qualquer outra decisão relacionada com o sector e que, internamente, pudessemos tomar neste momento.

Assim, a evolução da agricultura açoriana no próximo quadriénio 93-96 - isto é, o conjunto de transformações de natureza tecnológica, produtiva, estrutural e sócio-económica - vai, em primeiro lugar, ser fortemente influenciada pelo comportamento futuro do quadro externo, designadamente pela política de preços e mercados agrícolas, medidas sócio-estruturais comunitárias decorrentes das orientações

adoptadas no âmbito da reforma da PAC, das negociações em curso no "Uruguay Round" do GATT, e da plena adesão da agricultura portuguesa no final do período de transição. Em segundo lugar, das variações que vão ocorrer no quadro interno, e que articulam, necessariamente aspectos agro-tecnológicos, sócio-estruturais e políticos.

Existe um conjunto de problemas, condicionalismos e estrangulamentos que têm vindo a ser combatidos, se bem que subsistam alguns ainda não totalmente resolvidos, e outro conjunto relativamente novo que se vem explicitando, e que se encontra associado à maior concorrência entre sectores e entre produtores agrícolas.

Em relação aos problemas, salientamos as alterações do nível e nas relações de preços agrícolas, que têm evoluído desfavoravelmente, e que têm vindo a afectar negativamente o sector agrícola, mais concretamente a actividade maioritária na Região que é a Pecuária.

Em relação aos condicionalismos devo apontar, em primeiro lugar, os do tipo macroeconómico de entre os quais saliento:

1- Taxa de Câmbio ECU/Escudo - a evolução da taxa de câmbio a utilizar na conversão dos preços agrícolas comunitários de ECU para Escudos irá depender, enquanto a política agrimonetária actual se mantiver em vigor, de dois diferentes factores. Por um lado, do comportamento evolutivo do Escudo, o qual após a nossa integração no SME, ficou exclusivamente dependente do funcionamento do respectivo mercado.

Por outro lado, dos movimentos relativos que se vierem a verificar no contexto do SME, dos quais irá depender o factor correcção a utilizar na conversão da taxa de mercado na taxa verde.

Assim, quanto menor for a desvalorização do escudo, maiores serão os decréscimos que se irão verificar nos preços reais de produtos agrícolas.

2- Preços dos Factores de Produção Agrícola - cuja evolução irá depender fundamentalmente da forma como os respectivos mercados se comportarem face às variações que vierem a ocorrer no quadro externo de política agrícola. É de prever uma evolução favorável do custo do factor capital, que tenderá a manter-se constante ou mesmo a reduzir-se, a preços reais.

Quanto aos factores que influenciarão a evolução futura dos preços dos factores intermédios de produção agrícola irão ser, no essencial, a necessidade de adaptação dos sectores produtores dos bens e serviços intermédios aos decréscimos que se irão inevitavelmente fazer sentir ao nível dos preços dos produtos agrícolas, e a abertura dos mercados nacionais à entrada de bens intermédios em condições de qualidade e preço mais favoráveis.

Quanto ao conjunto de estrangulamentos específicos do sector agrícola, para além de outros sobejamente conhecidos, devo referir apesar de ter vindo a ser atenuada, subsiste como estrangulamento a rigidez do factor terra, ligada à pequena dimensão física e dispersão das explorações agrícolas e à insuficiência em quantidade e qualidade de redes de infra-estruturas rurais. Este estrangulamento limita frequentemente a optimização da rentabilização dos outros factores de produção e a sua resolução passa pela implementação de acções de Ordenamento Agrário.

3- O nível actual de eficiência da componente transformação/comercialização - para a qual se perspectivam já soluções inovadoras - tem de deixar de ser um estrangulamento no curto prazo porque pode inviabilizar o esforço necessário à modificação das estruturas primárias. Face à sua complexidade, deverá continuar a ser dada particular atenção à distribuição e aos elementos com ela relacionados, já que o seu papel se demonstra cada vez mais importante.

A análise do quadro interno permite concluir que o sector evidenciou no último quadriénio uma evolução no sentido do reajustamento/modernização estrutural quer a nível das explorações quer a nível da produção.

O sistema de produção dominante continua a ser a pecuária, verificando-se, no entanto, uma favorável tendência de crescimento dos sistemas de natureza vegetal, e um expressivo movimento da agricultura regional para a sua diversificação.

Já no sistema de produção pecuária, e não dissociável da condição de insularidade da economia regional, verificou-se uma clara permeabilidade do sector à conjuntura exterior. Essa circunstância aliada a problemas estruturais e internos, determinou situações menos favoráveis, que acabaram por afectar negativamente a economia dos agricultores açorianos, nomeadamente os que se dedicam à bovinicultura vocacionada para a orientação produtiva de leite.

Repare-se, no entanto, que a evolução das estruturas do sector e da sua principal actividade produtiva, comprova que, ao longo do período em análise:

- A percentagem relativa e o número de activos agrícolas **diminuiu**.
- A superfície agrícola utilizada e os efectivos animais **aumentaram**.
- O número de explorações e a sua fragmentação **diminuiu**.
- A produtividade unitária e os quantitativos globais do principal produto da actividade agrícola **aumentaram**.

Seria, portanto, esperável que a rentabilidade da actividade agrícola tivesse igualmente aumentado, facto que não é totalmente comprovado na prática.

Estudos de base microeconómica realizados sobre esta problemática indiciam de facto que as razões principais para essa situação se prenderam com os efeitos da conjuntura externa como aliás já referi, nomeadamente a evolução desfavorável dos custos dos factores intermédios de produção e as alterações verificadas no nível e na relação dos preços agrícolas.

Tal circunstância, impôs à agricultura regional dificuldades acrescidas em termos de competitividade, que obrigou, inclusivé, a sucessivas correcções na condução da política agrícola estabelecida, nomeadamente no que respeita ao reforço de soluções de natureza conjuntural para apoios específicos ao rendimento.

É neste contexto que surge o POSEIMA, Programa que visa objectivos múltiplos, que vão da redução dos custos de abastecimento, à melhoria de produção e comercialização dos produtos agrícolas açorianos. Os efeitos do Programa, na redução dos custos dos factores de produção intermédios cria um quadro mais equilibrado pelo reforço da capacidade competitiva da pecuária regional e assume uma importância decisiva para a viabilidade futura dos sistemas de produção.

É neste contexto, que posso afirmar que na política agrícola implementada no último quadriénio, e em face de novas condições estabelecidas através do relacionamento e das negociações com a CE - com destaque para o POSEIMA e a Reforma da PAC - está construído um enquadramento que pode garantir o cumprimento de novos objectivos estratégicos de política a médio prazo.

Contudo, é necessário reafirmar que, face à crescente internacionalização da economia portuguesa, a evolução da agricultura regional vai certamente depender da



influência exercida nomeadamente da plena integração europeia, da PAC, e do GATT e da evolução do conjunto de vantagens e condicionantes que lhe estão adstritas.

No âmbito da integração europeia, tudo aponta para uma antecipação do desaparecimento dos mecanismos protectores da 2ª etapa de transição em virtude do estabelecimento do Mercado Único Europeu a partir de 1993.

A ultimação da plena integração do sector agrícola português na Política Agrícola Comum, significa que vamos passar a ficar totalmente sujeitos à concorrência com os preços comuns dos produtos comunitários.

Com a Reforma da PAC, pretendem-se atingir, entre outros, os seguintes objectivos:

**1 Controlo de produção** - com reflexos no nosso caso através do estabelecimento de quotas de produção do bovino de carne e manutenção das quotas do leite;

**2 Dar maior estabilidade aos rendimentos dos produtores** através da substituição do suporte ao rendimento exclusivamente assente nos preços, por um sistema assente em ajudas desligadas da produção, concedidas por hectare ou cabeça de gado, até ao limite de uma referência histórica;

**3 Proporcionar um melhor equilíbrio a nível rural**, através da implementação de medidas complementares da Reforma, contemplando as medidas de apoio à florestação, à protecção do ambiente e à cessação antecipada da actividade de agricultores idosos com reestruturação das respectivas explorações.

Deste modo, os instrumentos tradicionais de garantia de escoamento dos produtos (preços e intervenção pública) tenderão a perder intensidade pelo que a produção deverá ser cada vez mais orientada para o mercado, o que aconselha a aumentar os esforços no sentido da melhoria da competitividade dos produtos, quer através de acções de reconversão produtiva quer através de modernização tecnológica, racionalização da produção e dos circuitos de comercialização. Por outro lado, observa-se por parte da CE o reforço da problemática do ambiente enquanto componente da política agrícola comum, e expressa na criação de instrumentos e de regimes de ajudas que favorecem a prática de actividades agroambientais e florestais.

Por outro lado, verificar-se-á a impossibilidade prática de expansão de determinadas actividades produtivas (cereais, leite e carne de bovino, tabaco e ovino), a menos que condições particulares o consintam ainda, por aproveitamento de margens de quotas

disponíveis. Isto obrigará a intensificar acções visando a melhoria da competitividade destes produtos, através da melhoria da qualidade e de redução de custos.

Quanto às negociações do GATT, que tiveram início em 1986 no âmbito da Ronda do Uruguay, caminham actualmente para o seu termo. Pela primeira vez, foram incluídos nestas negociações os produtos agrícolas, de forma generalizada, o que tem sido um dos focos de disputa e de atraso da conclusão da Ronda, dadas as divergências que neste campo têm ocorrido especialmente entre a Comunidade Económica Europeia, os Estados Unidos da América e o conjunto de países constituintes do grupo de Cairns.

O objectivo das negociações é claro e visa iniciar o desmantelamento dos diferentes mecanismos de apoio e protecção dos mercados dos produtos agrícolas, com vista a incentivar o comércio mundial de tais produtos, pela eliminação dos mecanismos distorçores de livre concorrência, com vista a atingir a plena liberalização. É obvio que estes factos nos afectam directamente.

Das longas negociações entretanto ocorridas é possível antever o perfil do acordo final, o qual deverá permitir, no espaço de sete a dez anos, eliminar cerca de um terço dos apoios actualmente concedidos ao sector agrícola (quer na componente de apoio interno quer na componente de subsidiação à exportação, ao nível de cada país ou bloco económico), com o desmantelamento de igual proporção dos mecanismos de protecção de modo a facilitar o acesso dos produtos agrícolas aos respectivos mercados nacionais ou regionais. Em paralelo, progredir-se-á igualmente no sentido da harmonização das regulamentações fitossanitária e veterinária.

Como conclusão, é indispensável referir, que as medidas complementares da Reforma da PAC e, acima de tudo, as medidas contidas no POSEIMA, permitem, com seriedade e solidez, antever um quadro de consolidação e desenvolvimento social, económico e ambiental da agricultura da Região.

Por último, os grandes objectivos políticos referidos no Programa do Governo, encerram uma estratégia com as seguintes características:

**Terá** como meta de política a afirmação definitiva do sector agrícola regional em termos de racionalidade económica na sua tripla valência produtiva, integradora de rendimentos e actividades e preservadora do ambiente.

**Assentará** num processo de desenvolvimento que sustente o maior número possível de sistemas e explorações agrícolas, quer se justifiquem porque apresentam viabilidade económica efectiva e potencial, ou porque a sua sustentação se justifica por razões de natureza social e/ou ambiental.

**Visará** privilegiar o estabelecimento de um contexto de recursos e de tempo suficientemente amplos que assegure a adaptação/evolução num quadro de equilibrado ajustamento social, económico e estrutural.

Termino a minha intervenção no sector agrícola por referir o indispensável esforço de aumentar a capacidade competitiva do sector transformação e comercialização. Face à sua importância no contexto de viabilização da produção agrícola, é indispensável aumentar a sua eficiência, adequando-a às exigências de desenvolvimento e estabilidade competitiva da agricultura regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Referir-me-ia agora, de uma forma breve ao sector das Pescas. Como se refere no Programa o esforço de pesca nos Açores concentra-se na exploração das zonas com menos de 500 m de profundidade normalmente designadas de zonas potenciais de pescas, donde provém a quase totalidade do peixe de fundo e também a maior parte das espécies pelágicas, normalmente tunídeos, desembarcados nos portos da Região. Embora ainda não estejam disponíveis dados suficientes que nos permitam retirar conclusões com tão grau de fiabilidade sobre as potencialidades da ZEE dos Açores, é possível avançar 2 afirmações à partida indiscutíveis:

**1- A riqueza da ZEE dos Açores está longe de ser proporcional à sua dimensão,** já que é condicionada por um conjunto de factores que em muito reduzem a sua potencialidade.

**2- O aproveitamento da ZEE dos Açores poderá ser ainda aumentado,** nomeadamente através da diversificação dos hábitos de pesca:

- **maior exploração dos bancos situados dentro de raios superiores a 100 milhas da costa;**
- **exploração de áreas de maior profundidade;**
- **utilização de novas técnicas de pesca;**

Face a estas condições, tem sido exigido um grande esforço para conseguir uma cuidada e atenta gestão dos recursos desta zona, através, nomeadamente, de uma estreita interligação entre as entidades responsáveis pela investigação no sector, a administração e os agentes económicos.

Contudo, como se refere no Programa do Governo, o próximo quadriénio desenvolver-se-á num contexto particularmente difícil para o sector das pescas ao nível comunitário e mesmo mundial, criado, sobretudo, pelas consequências acumuladas de anos de sobre-exploração de recursos.

Também aqui, as decisões de políticas geradas na Comunidade Europeia, ultrapassam o nosso poder de decisão, ainda mais acentuadamente a partir do momento que as águas dos Açores sejam plenamente comunitárias, tendo também em atenção a entrada em vigor, a partir de 1994, da nova Política Comum de Pescas.

Para além das estratégias e objectivos políticos exaustivamente definidos no Programa do Governo, e que me dispenso de aqui repetir, gostaria de salientar dois aspectos fundamentais: a investigação e o aumento da importância da pesca do atum e conseqüente produção de conservas.

A investigação relacionada com o estudo dos nossos recursos de demersais, especialmente as espécies de grande valor comercial, quando comercializadas em fresco, deverá constituir uma tarefa prioritária para os próximos anos. Com ela, teremos de conseguir dois grandes objectivos:

- 1- Dotar a administração dos conhecimentos indispensáveis à defesa dos interesses específicos da pesca açoriana junto da Comunidade.
- 2- Programar de forma sustentada, o crescimento da frota costeira de palangre, não permitindo a sobre-exploração, que seria altamente lesiva dos nossos interesses.

Dispomos de meios financeiros e técnicos para o fazer, necessário se torna efectuar as ligações a instituições nacionais e internacionais capazes de potencializarem os nossos recursos em matéria de investigação.

Tarefa importante para o nosso Departamento de Oceanografia e Pescas, a quem cabe a condução dos trabalhos da investigação na Região e em quem confio plenamente para levar a cabo esta tarefa.

Quanto à pesca do atum, a experiência colhida claramente aponta para um urgente aumento do período e áreas de pesca, com exploração de águas para além da nossa ZEE, aproximando-nos dos arquipélagos da Madeira e Canárias. Aí deverão ser construídos entrepostos frigoríficos pertencentes a empresas regionais, servindo de apoio à nossa frota, potencializando-se assim a sua exploração.

A indústria conserveira, pelo que representa de emprego e de valor acrescentado para a Região, exige maiores volumes de abastecimento de peixe, a preços competitivos, e em condições de qualidade que permitam aumentar a sua competitividade nacional e internacional.

Por outro lado, a exploração dos mercados em fresco ou congelado, de determinadas espécies de atum, deverá constituir uma diversificação importante da nossa frota, permitindo-lhe rendimentos adicionais muito significativos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Espero ter contribuído com a minha intervenção para a valorização do debate político relacionado com o Programa do Governo.

Tenho a consciência plena das dificuldades a enfrentar, assim como também tenho a consciência de que o por mim proposto no passado teve falhas e problemas. Prometo enfrentar o futuro com a mesma determinação e competência que julgo me reconhecem.

*(Aplausos do PSD e do Governo).*

**Presidente:** Srs. Deputados, atingimos e ultrapassámos um pouco, a nossa hora regimental. Vamos concluir os nossos trabalhos por hoje. Continuá-los-emos amanhã pelas 10,00 horas da manhã.

Antes, porém, gostaria de dar conta aos Srs. Deputados, dos tempos disponíveis para este debate.

Assim:

- O Governo dispõe de 1 hora e 45 minutos;
- O PSD dispõe de 3 horas e 47 minutos;
- O PS dispõe de 2 horas e 50 minutos;

- O CDS dispõe de 21 minutos;

- O PCP dispõe de 15 minutos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa noite e muito obrigado.

*(Eram 20,10 horas).*

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS**; - Francisco Oliveira).*

---

**A Redactora de 2ª Classe:** *Ana Paula Garcia de Lemos e Nazaré*